

Prática de Ensino Supervisionada em Educação Pré-Escolar e do Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico

Sérgio Paulo Ferreira Fernandes

Relatório de estágio apresentado à Escola Superior de Educação de Bragança para obtenção de grau de Mestre em Educação Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico.

Orientado por: Carlos Lopes

Bragança, 2010



Prática de Ensino Supervisionada em Educação Pré-Escolar e do Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico

Sérgio Paulo Ferreira Fernandes

Relatório de estágio apresentado à Escola Superior de Educação de Bragança para obtenção de grau de Mestre em Educação Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico.

Orientado por: Carlos Lopes

Bragança, 2010

Não há nada tão fascinante como observar e promover o desenvolvimento de uma criança. Isto deveria ser uma experiência enriquecedora, estimulante e aprazível.

(De Ketele, 1980, p.27)

Agradecimentos

Ao longo destes aproximadamente 10 meses em que estive envolvido no estágio do Mestrado em Educação Pré-escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico, em contexto de 1º Ciclo e na respectiva preparação e redacção deste documento, tive a oportunidade e felicidade de poder contar com o apoio de diversas pessoas que, directa ou indirectamente, contribuíram para a obtenção deste trabalho.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a todos aqueles que, com o seu saber, a sua colaboração e o seu apoio crítico, disponibilizaram o seu tempo para comigo debater orientações e práticas pedagógicas para me ajudarem a entender este novo contexto de prática educativa que é o 1º Ciclo do Ensino Básico.

Estou grato à minha Orientadora Cooperante, Regina Correia e ao meu Orientador de Estágio Carlos Lopes pela sua preciosa orientação, especialmente durante o período de estágio, o que me ajudou a compreender conceitos, adquirir aprendizagens e consolidar práticas que serão de grande valia para mim no futuro.

Um especial agradecimento à minha entidade empregadora, Centro Social e Paroquial Santo Condestável, na pessoa do seu Presidente da Direcção Padre Calado e Director Técnico Pedro Guerra, pois possibilitaram que o meu estágio fosse possível, dispensando-me da minha componente lectiva uma vez por semana, durante um ano lectivo.

Por último, não posso deixar de manifestar o meu apreço pelo constante apoio da minha família e em particular da minha namorada.

Índice Geral

	Pág.
Resumo.....	VIII
Abstract.....	IX
Parte I. Prática profissional em contexto de 1º ciclo do ensino básico	
1. Introdução.....	1
1.2. Contexto da Prática Profissional.....	2
1.3. Caracterização do Contexto Local.....	2
1.4. Caracterização do Contexto Institucional.....	4
1.5. Caracterização da Turma – 1º e 2º Ano.....	5
1.6. A Criança dos 6 aos 8 anos.....	6
1.7. Caracterização do Ambiente Educativo - Caracterização do espaço/ matéria.....	8
1.8. Horário semanal - Organização do Tempo.....	9
1.9. O Projecto Educativo da Escola.....	10
1.10. Dinâmica Relacional entre Criança-Adulto na sala de aula.....	11
1.11. Relação Escola – Família - Comunidade.....	12
1.12. Fundamentação das opções Educativas.....	14
1.12.1. Aprendizagem por Descoberta.....	14
1.12.2. Planificação.....	15
1.13. Desenvolvimento da prática profissional.....	17
1.14. Procedimentos de observação.....	18
1.14.1. Observação Participante.....	18

1.14.2.Observação Sistemática.....	20
1.14.3.Planear a estratégia de observação.....	21
1.14.4.Indicadores de filtragem de informação.....	21
1.14.5.Registo das Observações.....	22
1.15. Avaliação da Acção Educativa.....	23
Parte II. Trabalho de Investigação - Trabalho colaborativo entre Docentes	
2. Enquadramento teórico.....	27
2.1.1.Definição de Educação Formal.....	27
2.1.2.Evolução da Educação em Portugal.....	28
2.1.3.Novas metodologias em Educação-conceitos fundamentais.....	29
2.1.4.Síndrome de Burnout.....	34
2.1.5.Trabalho Colaborativo entre Docentes.....	37
2.1.6.Plataformas Colaborativas.....	39
2.2. Estudo Empírico - Método.....	40
2.2.1. Problema.....	40
2.2.2. Objectivos.....	40
2.3. Leitura e Análise dos Dados.....	42
2.3.1. Interpretação dos dados.....	57
2.3.2. Implicações do estudo para a prática profissional.....	60
2.4. Considerações finais.....	62
2.5. Referências Bibliográficas.....	64
2.6. Referências Webgráficas.....	67

ANEXOS

Anexo I – Regimento interno Escola Básica 1 de Samil.....	70
Anexo II- Lista de verificação.....	71
Anexo III- Escala de classificação.....	72
Anexo IV – Plano Anual de Actividades.....	73
Anexo V – Planificações de aulas.....	74
Anexo VI - Inquérito “Trabalho colaborativo entre docentes do 1º Ciclo”.....	75
Inquérito “Trabalho colaborativo entre educadores de infância”	

Índice de tabelas

Tabela 1 - Lista nominal dos alunos Ano 2009/2010.....	5
Tabela 2 - Horário Lectivo.....	9
Tabela 3 - Vantagens e Limitações da Observação participante.....	19
Tabela 4 - Vantagens e Limitações da Observação sistemática.....	20
Tabela 5 - Indicadores de filtragem de informação	21
Tabela 6 - Síntese dos resultados obtidos dos inquéritos.....	57

Índice de gráficos

Gráfico 1. Resultados dos docentes do 1º Ciclo para a questão nº1.....	42
Gráfico 2. Resultados dos educadores de infância para a questão nº.....	42
Gráfico 3. Resultados dos docentes do 1º Ciclo para a questão nº2.....	43

Gráfico 4. Resultados dos educadores de infância para a questão nº2.....	43
Gráfico 5. Resultados dos docentes do 1º Ciclo para a questão nº3.....	44
Gráfico 6. Resultados dos educadores de infância para a questão nº3.....	44
Gráfico7.Resultados dos docentes do 1º Ciclo para a questão nº4	45
Gráfico 8. Resultados dos educadores de infância para a questão nº4.....	45
Gráfico 9. Resultados dos docentes do 1º Ciclo para a questão nº5	46
Gráfico 10. Resultadosdos educadores de infância para a questão nº5.....	46
Gráfico 11. Resultados dos docentes do 1º Ciclo para a questão nº6.....	47
Gráfico 12. Resultados dos educadores de infância para a questão nº6.....	47
Gráfico 13. Resultados dos docentes do 1º Ciclo para a questão nº7.....	48
Gráfico 14. Resultados dos educadores de infância para a questão nº7.....	48
Gráfico 15. Resultados dos docentes do 1º Ciclo para a questão nº8	49
Gráfico 16. Resultados dos educadores de infância para a questão nº8.....	49
Gráfico 17. Resultados dos docentes do 1º Ciclo para a questão nº9	50
Gráfico 18. Resultados dos educadores de infância para a questão nº9.....	50
Gráfico 19. Resultados dos docentes do 1º Ciclo para a questão nº10.....	51
Gráfico 20. Resultados dos educadores de infância para a questão nº10.....	51
Gráfico 21. Resultados dos docentes do 1º Ciclo para a questão nº11.....	52
Gráfico 22. Resultados dos educadores de infância para a questão nº11.....	52
Gráfico 23. Resultados dos docentes do 1º Ciclo para a questão nº12.....	53
Gráfico 24. Resultados dos educadores de infância para a questão nº13.....	53

Gráfico 25. Resultados dos docentes do 1º Ciclo para a questão nº13.....	54
Gráfico 26. Resultados dos educadores de infância para a questão nº13.....	54
Gráfico 27. Resultados dos docentes do 1º Ciclo para a questão nº14	55
Gráfico 28. Resultados dos educadores de infância para a questão nº14.....	55
Gráfico 29. Resultados dos docentes do 1º Ciclo para a questão nº15.....	56
Gráfico 30. Resultados dos educadores de infância para a questão nº15.....	56

Resumo

Um dos objectivos deste trabalho é reunir e dar a conhecer todas as informações do espaço de Intervenção/Acção, das observações efectuadas e recolhidas durante o estágio. Pretende-se apresentar uma estrutura de auto-análise reflexiva e avaliativa.

Com a realização deste trabalho, pretende-se afirmar que todos podemos ser autores e actores dos nossos projectos, conferindo-nos autonomia, valorização, assim como, simultaneamente, mudança e inovação.

Outro dos objectivos é investigar um tema que nos ajudará na nossa prática profissional futura.

Esta investigação baseia-se numa análise que foca, entre outras, as vantagens do trabalho colaborativo entre docentes e em que medida é que esse mesmo trabalho poderá melhorar não só o desempenho dos docentes, assim como os resultados escolares dos alunos.

Deste modo, procurou-se compreender por que motivo é que o trabalho docente continua a ser desempenhado individualmente, quando as suas vantagens são reconhecidas por inúmeros profissionais da área. Para tal, será feita uma breve referência às concepções que existem relativamente às metodologias de educação. Torna-se também importante fazer o enquadramento teórico da mesma para que se entenda como a visão sobre ela tem vindo a sofrer alterações com o passar do tempo, assim como analisar vários contextos de colaboração.

Trata-se de um estudo exploratório, baseado numa metodologia de carácter qualitativo, através do qual se procurou compreender alguns dos aspectos que, de forma directa ou indirecta, interagem e condicionam o trabalho colaborativo entre docentes.

Para esse efeito foi realizado um pequeno estudo empírico que contou com a colaboração de docentes do Ensino Básico e Educadores de Infância da cidade de Bragança, confrontando a opinião dos inquiridos com os dados da fundamentação teórica, procurando assim, conhecer as suas ideias e experiências acerca do trabalho colaborativo entre docentes.

Abstract

One of the objectives from this work is get together and show all the information and observations collected in the time of intervention/Action.

It is intended to provide a structure for self-reflective analysis and evaluation.

With the elaboration of this work, it is intended to say that we can all be authors and actors in our own projects, giving us autonomy, assessment and simultaneously, change and innovation.

Another objective is to investigate a theme which will help us in our professional future practice.

This research is based on an analysis that focuses, among others, the benefits of collaborative work between teachers and in what aspects that work can, not only improve the performance of teachers but also students' school outcomes.

Thus, we tried to understand why teaching continues to be carried out individually, when the advantages oh teacher's collaborative work are recognize by many experts. For this purpose it will be made a brief reference to the perspective that exists concerning education methodologies. It is also important do to the theoretical framework, which will allow us to understand how the vision of it has been changed over the time, as well as an analysis of different contexts of collaboration.

This is a study with an exploratory nature, based on a qualitative methodology, which aim to understand some aspects that, directly or indirectly, interact and influence the collaboration work among teachers.

To this purpose I performed a small empirical study with the collaboration of teachers from kindergarten and Primary Schools from the city of Bragança, comparing the respondents' opinions with the theoretical research, seeking to understand their ideas and experiences about collaborative work among teachers.

**Parte I. Prática Profissional em contexto de 1º ciclo do Ensino
Básico**

1. Introdução

Este relatório foi elaborado no âmbito da disciplina de Prática de Ensino Supervisionada, cujo docente responsável pela orientação é o Dr. Carlos Lopes. Este relatório foi um trabalho que cresceu com o decorrer do tempo, pois foi elaborado à medida que as informações foram sendo recolhidas, as interações realizadas, as observações efectuadas e as acções postas em prática.

Com a realização deste relatório pretende-se afirmar que todos podemos ser autores e actores dos nossos projectos, conferindo-nos autonomia, valorização, assim como, simultaneamente, mudança e inovação.

Este trabalho contém uma parte de investigação, a qual terá como principal função ajudar a nossa prática futura, principalmente em termos de docentes do 1º Ciclo do Ensino Básico. Nessa investigação o tema abordado foi “Trabalho colaborativo entre Docentes”, a finalidade do trabalho foi perceber, primeiro, se existe trabalho colaborativo entre os profissionais de educação e em segundo entender em que medida esse trabalho promove ou não uma boa prática educativa.

Este, tem como um principal objectivo reunir e dar a conhecer todas as informações do espaço de Intervenção/Acção, das observações efectuadas e recolhidas. Pretende-se apresentar uma estrutura de auto-análise reflexiva e avaliativa.

Outros objectivos será alcançar com esta investigação são, recolher a opinião de Docentes do 1º ciclo e Educadores de Infância, verificar quais os pontos em que a opinião dos Docentes do 1º ciclo e Educadores de Infância divergem e/ou têm em comum, conhecer quais os entraves ao trabalho colaborativo entre Profissionais de Educação e saber se o trabalho colaborativo entre Profissionais de Educação é uma boa estratégia para melhorar o rendimento escolar dos alunos.

Com vista a uma melhor organização, o trabalho foi dividido em duas partes distintas: 1ª parte – Prática profissional em contexto de 1º Ciclo do Ensino Básico e 2ª parte – Trabalho de Investigação/Ação com o tema “Trabalho colaborativo entre Docentes” a segunda parte terá uma reflexão também sobre o tema do trabalho colaborativo em contexto de Jardim de Infância. Quanto à primeira parte, foi dividida em três partes principais: Contextualização da prática profissional, Fundamentação das opções educativas e Desenvolvimento da prática profissional.

A 2ª parte do trabalho, Investigação/Ação será dividida em três partes. Na 1ª parte será feito o enquadramento teórico do tema do trabalho de investigação, na 2ª parte será feito o estudo empírico e na 3ª parte será comentadas e exploradas as implicações de estudo para a prática profissional.

Para finalizar, acrescenta-se que, neste trabalho, um dos objectivos é deixar bem vincado todo o trabalho que foi realizado durante um ano de estágio, quer se ainda que neste trabalho se deixe uma prova viva de como se encara cada dificuldade, ultrapassando cada degrau, chegando ao fim de algo tão complexo como um estágio sendo trabalhador estudante.

1.2. Contexto da Prática Profissional

A fim de nos situarmos em relação ao contexto pedagógico em que se desenvolveu esta cooperação, foi colocado em evidência, num primeiro momento, os elementos do meio físico e social onde se situa a Escola Básica 1 de Samil e num segundo momento a caracterização da Instituição.

1.3. Caracterização do Contexto Local

Samil é uma aldeia do Concelho e Distrito de Bragança, com um universo populacional de cerca de 925 habitantes, o que a torna numa das mais populosas freguesias brigantinas, situada na periferia meridional citadina de Bragança, no Nordeste Transmontano. O povoamento desta localidade é muito antigo, como demonstra a sua arqueologia, a começar pelo famoso castro de Samil. Situada muito perto da margem direita do rio Sabor, a freguesia de Samil estende-se por uma área total de 9,3km². A caracterização física do seu território aponta, para uma tipologia planáltica, de pendor pouco acidentado e altitude média a rondar os quinhentos metros.

Caracteriza-se por uma zona montanhosa, onde as indústrias são escassas e pouco diversificadas. Em termos económicos, Samil enquadra-se num regime económico essencialmente primário – agricultura e pecuária – se bem que complementado por alguma actividade industrial (quase exclusivamente do sector da

construção civil) e comercial, praticada em pequena escala num e noutra caso. (Junta de Freguesia de Samil, 2010)

Cultiva-se o trigo, a batata, o centeio e outras variedades de produtos agrícolas. Os terrenos incultos são cobertos com vegetação baixa de tojos, giesta, entre outros. A vegetação é constituída, essencialmente, por carvalhos, castanheiros e oliveiras.

Reconhecido já nos finais do século passado como local de assento de um povoado fortificado castrejo, o lugar de Castrilhão, com demonstrações ainda visíveis, onde têm sido encontrados numerosos espólios cerâmicos.

O povoado estaria sobre uma colina e envolveria uma considerável área habitacional protegida, no seu perímetro, por uma sólida muralha em pedra de formato mais ou menos circular, completada exteriormente por um profundo fosso.

Em dado trecho deste último, ergue-se o vetusto “*Castanheiro do Senhor*”, espécime arbóreo de considerável porte e ancianidade, recordado na tradição popular pela sua ligação ao folclore “mourisco” local.

É assim, perpetuada a crença de que a secular árvore marcará o local de uma grande e oculta cisterna, povoada por umas quantas mouras encantadas, pacientes tecelãs de miríficos teares de ouro, engenhos que se “ouvem” a trabalhar nos dias de S. João... (Junta de Freguesia de Samil, 2010)

Nas imediações deste Castro de Samil há outro testemunho arqueológico, possivelmente proto-histórico: trata-se da denominada “*Fraga do Selvage*”, referenciada em antigos documentos. É pretensão de alguns etimologistas que o topónimo Samil faça mergulhar suas raízes num antropónimo de suposta origem germânica – “*Aemilius*”, que deu “*Emílio*” – pressupondo-se assim a sua raiz altimedieval, de época suevo visigótico. (Junta de Freguesia de Samil, 2010)

Também do período medieval, mas mais possivelmente respeitante à época da reconquista cristã (séculos IX a XII), será a sepultura escavada na rocha existente no sítio conhecido pela curiosíssima designação de Martim Cansado. Santa Maria (depois N. Sra. da Assunção) de Samil foi outrora um simples anexo à vizinha Santa Maria de Bragança. (Junta de Freguesia de Samil, 2010)

Como todas as aldeias do Nordeste Transmontano, Samil sofreu um declínio demográfico nos últimos anos. Os factores são a emigração para França e a redução da taxa de natalidade.

Com a melhoria das vias de comunicação e transportes, os mais novos deslocam-se diariamente à sede de concelho onde estudam ou exercem profissões variadas, desde funcionários públicos, carpinteiros, electricistas entre outras.

Os seus habitantes vivem em condições climatéricas adversas, próprio do Nordeste Transmontano, como bem retrata o velho ditado popular “*Nove meses de Inverno e três meses de Inferno.*” (Junta de Freguesia de Samil, 2010)

1.4. Caracterização do Contexto Institucional

A Escola Básica 1 de Samil fica situada na localidade de Samil, à entrada da aldeia e dista da cidade de Bragança cerca de 3km. A escola é administrada por um regimento interno. (ver anexo I)

Foi anexa a esta escola, a Escola EB1 de S. Pedro de Sarracenos.

A EB1 de Samil faz parte do Agrupamento de Escolas Augusto Moreno, pertencendo à freguesia de Samil, concelho de Bragança.

É um edifício do plano Camarário e é constituído por:

- Duas salas de aula;
- Duas entradas com um pequeno átrio;
- Três casas de banho;
- Água canalizada e saneamento;
- Aquecimento;
- Um recreio bastante espaçoso.

Dada a configuração e a idade do edifício, agravada pelo clima rigoroso desta região, as condições de trabalho não são as melhores para as crianças, para os professores, para o estagiário e funcionária da EB1 de Samil.

A escola é frequentada por 16 crianças, distribuídas do seguinte modo: Turma V: 8 alunos do 1º e 2º ano, turma U: 8 alunos do 3º e 4º ano.

O corpo docente é formado por duas professoras titulares de turma, duas professoras colocadas administrativamente e 3 professores das AECS. A Coordenação fica a cargo da professora Regina Correia.

Existe também uma auxiliar de acção educativa, para a limpeza de todo o edifício e auxílio em todas as tarefas da sua competência.

Lista nominal de alunos – ano 2009/2010

E. B.1 de Samil (1º e 2º ano)

NOME	SITUAÇÃO ESCOLAR Anos de frequência	IDADE (anos)
B	2º	7
C	2º	7
C1	2º	7
C2	2º	7
S	2º	7
D	1º	6
E	1º	6
F	1º	6

Tabela 1 - Lista nominal dos alunos do ano lectivo 2009/2010

Como se pode verificar pela tabela apresentada, o nível etário dos alunos situa-se entre os 6 e os 7 anos de idade, não havendo por isso crianças retidas em anos anteriores.

A maior parte é proveniente de famílias com nível cultural médio e médio baixo. São crianças saudáveis, aparentando possuir capacidades de aprendizagem.

No que concerne ao comportamento, não demonstraram dificuldades em respeitar as regras sociais é um grupo calmo e muito interessado em aprender.

A relação professoras/alunos considera-se bastante satisfatória, pois todos eles manifestam particular interesse em participar nas tarefas que lhe são propostas.

A relação com o professor estagiário foi e é considerada, como uma relação de respeito mútuo, de carinho e companheirismo, sendo as aulas sempre motivo de convivência e harmonia.

1.5. Caracterização da Turma – 1º e 2º Ano

Os alunos que frequentam a EB1 Samil são oriundos de estratos sociais de médio e baixo nível social, económico e cultural.

Estes alunos foram agregados à Escola Básica de Samil, provenientes das seguintes aldeias:

- (1) Aluno de Cabeça Boa;
- (3) Aluna de S.Pedro;
- (4) Alunos de Samil.

Frequentaram a Escola Básica 1 de Samil 8 alunos:

1º Ano – três alunos, todos do sexo masculino;

2º Ano – Cinco alunos, sendo quatro do sexo feminino e um do sexo masculino;

Este é um grupo, em termos gerais, bastante heterogéneo, pois em relação às aprendizagens, temos alunos com um enorme potencial, que são atentos e interessados e temos outros que principalmente devido à sua “imaturidade” são muitas vezes levados à distração. A falta de apoio educativo em casa prejudica o dia-a-dia da criança. Apesar de ser um grupo bem comportado, alguns alunos, se deixados à vontade, perdem um pouco a noção das regras instituídas e ultrapassam o limite do bom ambiente dentro da sala de aula. Não são alunos agressivos, muito pelo contrário, bastante meigos, denotam carência afectiva.

De realçar, ainda, o interesse por tudo o que é novo, principalmente da parte dos três meninos de 1º ano, que são considerados por mim e pela professora titular da sala, com alunos excepcionais e sedentos de saber. Um deles tem uma capacidade extraordinária para o desenho e pintura, representando fielmente tudo que desenha.

Estas conclusões além de terem sido efectuadas com a observação directa, estão suportadas por três listas de verificação (ver anexo II) e uma escala de classificação (ver anexo III).

1.6. A Criança dos 6 aos 8 anos...

O período dos 6 aos 8 anos caracteriza-se por uma evolução consideravelmente rápida sob todos os aspectos do crescimento: físico, emocional, social, e intelectual da Criança.

Esta evolução traduz-se por diferenças assinaláveis entre as crianças da mesma idade. Por outro lado, os diferentes domínios da actividade mental evoluem a ritmos variáveis o que reforça a diversidade de respostas de crianças da mesma faixa etária perante uma situação específica de aprendizagem. Nestas idades o desenvolvimento cognitivo faz-se mais rapidamente, enquanto que a aquisição do auto-controlo e da autonomia, de que resulta uma maior estabilidade dos comportamentos decorre mais lentamente. Ora, os aspectos do auto-domínio desempenham um papel tão importante nas aprendizagens como os intelectuais, embora estes últimos sejam muitas vezes mais valorizados, quando se pensa em termos do rendimento e do sucesso escolar

(Zazzo cit in Rodrigues, 2005, p.11)

De acordo com Landsheere (1992) citado por Rodrigues (2005):

As abordagens construtivistas e interaccionistas do desenvolvimento e da aprendizagem (como as de Piaget, Bruner, Vygotski, entre outros) descrevem a maturação cognitiva como um processo sequencial e contínuo, que se desenrola de acordo com uma série de etapas evolutivas. A existência destas etapas condiciona os momentos mais favoráveis às aprendizagens, o que já Maria Montessori designava por períodos sensíveis, como os momentos particularmente favoráveis para a realização de certas aquisições. Se esse momento passa, a aprendizagem pode tornar-se extremamente difícil. Torna-se então necessário assegurar que a aprendizagem não decorra de forma fragmentária mas sim de modo contínuo e evolutivo. A importância da continuidade e da coerência da acção educativa para o desenvolvimento harmonioso da criança é sublinhada na resolução do simpósio de Versailles que reuniu elementos do Conselho da Cooperação Cultural (CCC) do Conselho da Europa, para estudar as questões da ligação entre a educação pré-escolar e o

ensino básico (Conseil de l'Europe, 1979). Para o conseguir há que procurar alcançar formas de cooperação entre as pessoas que têm a seu cargo a educação destas crianças: os pais, os educadores de infância e os professores do 1º ciclo, entre outros, (p.12).

Segundo Rodrigues (2005), deve assegurar-se a continuidade educativa do processo de aprendizagem ao longo das várias etapas iniciais da escolaridade da criança, que deve passar pela construção de currículos que garantam uma progressão sem falhas entre as experiências vividas na fase pré-escolar e o 1º ciclo do ensino básico.

1.7. Caracterização do Ambiente Educativo - Caracterização do espaço/ material

A sala é um espaço relativamente amplo e com bastante luz natural. No início do ano lectivo a disposição de móveis e materiais da sala sofreram algumas alterações, para uma melhor resposta às necessidades e interesses do grupo de crianças em questão.

A sala está organizada por áreas facilmente identificáveis, com onze mesas e vinte e duas cadeiras, que são o local de trabalho dos alunos, existe ainda uma mesa e uma cadeira para o professor. Existem vários armários que têm um aspecto velho, onde são guardados livros e cadernos dos alunos, dossiês dos professores, assim como materiais de uso corrente. Possui ainda um computador com ligação à internet e uma impressora, um quadro interactivo e um quadro branco.

Existem duas áreas em concreto, a área da biblioteca e a área da informática. Cada uma das áreas está equipada com os respectivos materiais.

O espaço está organizado para que, de qualquer ponto da sala seja possível o seu visionamento global, o que permite que o professor tenha um controlo de tudo o que se passa na sala. Os alunos para além de poderem observar os colegas em actividade têm também uma maior facilidade de se deslocarem na sala.

A sala possui um equipamento de aquecimento, que é essencial para o bem-estar das crianças, dadas as características climáticas da aldeia de Samil. Existe também na sala um placar onde se expõem regularmente as descobertas e criações das crianças e que permitem, a quem entra na sala, perceber um pouco do trabalho que os alunos desenvolvem ao longo do ano lectivo, as paredes da sala também são utilizadas para essa exposição.

1.8. Horário semanal - Organização do Tempo

Na sala existe uma rotina diária, bem estruturada e coerente, organizada de acordo com o horário semanal e lectivo. Esta organização de tempo oferece segurança e confiança ao aluno, uma vez que lhe permite antecipar os acontecimentos, ajuda ainda, o aluno a consolidar e entender acontecimentos sequenciais.

Tempos	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
	Matemática	Língua Portuguesa	Estudo do Meio	Língua Portuguesa	Língua Portuguesa
	Matemática	Língua Portuguesa	Estudo do Meio	Língua Portuguesa	Língua Portuguesa
	Intervalo				
	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Matemática
	Almoço				
	Estudo do Meio	Expressões	Matemática	Estudo do Meio	Estudo do Meio
			Expressões	Expressões	

Tabela 2 - Horário Lectivo

Os alunos iniciam a manhã pelas 9h com uma canção intitulada de “bons dias”. Depois é-lhes leccionada uma disciplina, fazem um intervalo entre as 10h e 30m e as 11h, que serve para o lanche. Durante este tempo, verifica-se uma grande interacção entre todas as crianças da Escola. Este é um momento de grande euforia, os alunos têm total liberdade para escolherem as brincadeiras e os grupos. Sempre que as condições climáticas assim o permitem o recreio realiza-se no exterior, caso contrário este tempo é passado no pátio. Às 11h é-lhes leccionada outra disciplina até ao 12h e 30m, depois vão almoçar. Os alunos almoçam num salão disponibilizado pela Junta de Freguesia de Samil. Recomeçam as aulas com outra disciplina pelas 14h e terminam às 15h e 30m, depois têm actividades extra-curriculares (AEC’S), com as disciplinas de Educação Física, Inglês e Música.

1.9. O Projecto Educativo da Escola

A autonomia da escola concretiza-se na elaboração de um projecto educativo próprio, constituído e executado de forma participada, dentro de princípios de responsabilização dos vários intervenientes na vida escolar e de adequação a características e recursos da escola e à solicitação e apoios da comunidade em que se insere
(decreto-lei n.º 43/89, de 3 de Fevereiro).

A abordagem de projecto pode ser uma forma privilegiada de estimular e valorizar o desenvolvimento intelectual e social dos alunos, assim sendo o projecto curricular da sala, foi encarado por mim como um “andaime” de suporte à aprendizagem e ao desenvolvimento do aluno.

Esta abordagem parte da observação e conseqüente conhecimento do grupo de crianças em questão e assume um papel activo ao longo de todas as etapas de aprendizagem.

O Projecto não é apenas um esboço de uma intenção é essencialmente acção que deve trazer um valor acrescentado ao presente. Seguindo o fio condutor do projecto da instituição pretende-se, com o projecto de sala, responder às necessidades e interesses do grupo de alunos.

Para Rodriguez (1985):

Projecto Educativo é um documento pedagógico elaborado por toda a comunidade educativa, que, com carácter temporal, expressa de forma realista e concreta a acção educativa tendo em vista a coerência da acção e organização académica do centro,
(Pág. 432).

O projecto curricular deve constituir-se como um meio facilitador da organização de novas dinâmicas que propiciem aprendizagens que permitam ao aluno uma visão mais alargada do mundo. Apesar de este grupo ser ainda bastante infantil, é crucial considerar as suas vivências e experiências adquiridas anteriormente.

Sendo assim, pretendeu-se com este projecto e com as minhas aulas, partir das situações do quotidiano, das vivências de cada aluno, das leituras que fazem do seu meio envolvente, e encaminhá-las para um processo de descoberta e literacia do mundo.

Pretendeu-se, no desenrolar do projecto e do meu estágio, que a exploração das diferentes linguagens do corpo e dos diferentes sentidos sejam uma constante em todo o processo de investigação e descoberta. (ver anexo IV)

1.10. Dinâmica Relacional entre Criança-Adulto na sala de aula

Todos os seres humanos apresentam três necessidades básicas: a necessidade de competência, a necessidade de autonomia e a necessidade de relação ou ligação, que reflecte a necessidade de nos sentirmos ligados a outrem de forma segura, experienciando-nos como seres portadores de valor simultaneamente amados e capazes de amar.

(Connell, 1990, citado por Cooper, Hooper & Thompson, 2005).

Viver em sociedade é comunicar, dialogar, partilhar espaços, aceitar regras e aceitar o outro. Para as crianças, a socialização começa sobretudo no jardim-de-infância, num processo de integração, pois o Homem é um ser social que precisa dos outros para se realizar e ser feliz. Estas aprendizagens são consolidadas com o decorrer dos anos e escolaridades seguintes. No 1º ciclo, para além de haver novas aprendizagens, deve haver uma continuidade no desenvolvimento dos conteúdos já transmitidos nos Jardins-de-infância, de forma a cimentar as aprendizagens. É por isso importante saber e querer conhecer o passado da criança, partindo muitas vezes do que eles já sabem, para desenvolver aprendizagens mais complexas.

Quanto aos conflitos que por vezes surgem entre os alunos, a Professora e eu, como Professor Estagiário, nem sempre entrevimos, deixando-os resolver sozinhos a situação. Mas quando há necessidade, fá-lo-íamos de uma forma justa para ambos os lados. É um grupo bastante pequeno e bastante funcional, notando-se aqui o trabalho de excelência da Professora Titular de Turma.

Este grupo é muito dependente em termos emocionais, notando-se em alguns alunos falta de afecto e falta de incentivos positivos, sobre tudo em casa.

Os rapazes distinguem-se porque procuram sempre ficar juntos, talvez pelo facto de serem rapazes da “aldeia”, onde existem ainda fortes tradições nas famílias.

Não podemos homogeneizar o grupo, porque cada aluno é uma criança com a sua personalidade. Há alunos espontâneos, bem-dispostos, simpáticos e comunicativos, outros pelo contrário são introvertidos, reservados, tímidos, estes últimos e apesar das suas características, relacionam-se com facilidade com o grupo e com outros elementos da sala.

O relacionamento entre a professora e os alunos é muito bom, eles gostam muito dela e respeitam-na. É uma professora bastante carinhosa e amável, mas quando é necessário mostrar autoridade sabe fazê-lo com ensinamento.

Relativamente à auxiliar da acção educativa, os alunos gostam dela e também a respeitam, no entanto, não sentem por ela o mesmo sentimento que nutrem pela professora, pois apesar de serem crianças já entendem os papéis sociais que cada pessoa desempenha na escola.

Quanto a mim (professor estagiário), sempre que presente mostram-se bastante receptivos e adaptaram-se imediatamente à minha presença.

1.11. Relação Escola – Família – Comunidade

A Escola deve estabelecer sistemas de comunicação, procurando disponibilizar canais de comunicação diversos (reuniões de pais, reuniões individuais com a família, contactos telefónicos, caderneta do aluno, boletins da escola, contacto por e-mail, entre outros) de forma a alcançar todas as famílias. A comunicação deve ir além das dificuldades escolares, do comportamento e da avaliação do aluno. As reuniões de pais devem ser clarificadoras do projecto educativo da escola, dos regulamentos interno e do projecto curricular de turma. As reuniões individuais com os pais devem fornecer informação acerca dos progressos e dificuldades do aluno e de como os pais devem ajudar as crianças a ultrapassar essas dificuldades. Devem ser igualmente aproveitadas para conhecer melhor a família e as suas necessidades.

Bock em (1989) afirma que:

A importância da primeira educação é tão grande na formação da pessoa que podemos compará-la ao alicerce da construção de uma casa. Depois, ao longo da sua vida, virão novas experiências que continuarão a construir a casa/indivíduo, relativizando o poder da família. (p.143)

A participação dos Pais é, na minha opinião, fundamental na vida de uma Escola. Com a experiência profissional que tenho em Ensino (Educação de Infância), notei e noto que quanto mais alto é o nível de ensino maior é o distanciamento entre escola e família.

Para além dos tradicionais eventos que a escola promove (actividades de início e fim do ano lectivo, festas de Natal, Dia da Mãe, Dia do Pai), a escola pode e deve oferecer oportunidades mais diversificadas que possibilitem a participação da família,

com o objectivo de melhorar não só o espaço escolar, como as diversas relações que dela surgem.

Além da escola, é minha convicção, que se devem envolver os pais em actividades de aprendizagem em casa. Os pais são fulcrais na aprendizagem e no progresso escolar das crianças. Para que os pais possam desempenhar o seu papel com eficácia necessitam que o professor os informe acerca das competências que a criança deve adquirir em cada momento da aprendizagem e de como podem estar envolvidos em actividades de aprendizagem articuladas com trabalho que o professor desenvolve na sala de aula.

Esta ajuda e confiança ou mesmo incentivo, pode ser levado a cabo ao envolver os pais nas tomadas de decisões, quer através da representação dos pais nos organismos da escola, quer em grupos de reflexão-acção criados para a resolução de problemas que visem a melhoria da escola. Isto pode ser concretizado, procurando cativar os pais de todos os níveis sócio-económicos, etnias e de diferentes grupos profissionais que estão presentes na escola.

Quem, como eu, defende este envolvimento, não deixa passar também a importância da comunidade neste crescimento global que queremos para os nossos alunos. A escola deve procurar partilhar as suas responsabilidades e recursos com as diferentes instituições e organismos existentes na comunidade (Câmara Municipal, Junta de Freguesia, Centro de Saúde, Associações recreativas e culturais, Polícia, Bombeiros...).

Para terminar, qualquer programa de envolvimento parental na escola deve começar por fortalecer a comunicação entre as famílias e as escolas. A comunicação escola-família é o requisito básico para a existência de outras formas de envolvimento parental na escola. Quando a escola e a família comunicam de forma eficaz, os pais têm mais probabilidades de estabelecer uma relação de confiança e um clima de cooperação com o professor e com a escola, as interacções entre a escola e a família aumentam, os pais percebem a escola e os seus profissionais de forma mais positiva, entendem melhor as políticas da escola e a acção dos professores, assim como os resultados.

A escola deve ainda estar atenta aos grupos de pais mais vulneráveis no envolvimento na escola. Deve aproximar-se mais a estas famílias, ultrapassando assim esse obstáculo. É importante lembrar que são precisamente as crianças destas famílias que mais beneficiam de um maior envolvimento dos pais na escola. Um grande entrave

do envolvimento parental na escola é o nível sócio-económico e o nível educacional dos pais. Estas famílias que por vezes são designadas por “famílias difíceis de alcançar” têm relativamente às outras famílias dificuldades adicionais para se envolverem na escola: horários de trabalho pouco flexíveis, falta de recursos, preocupações com questões de sobrevivência, percepção de baixa competência para tratar de assuntos relacionados com a escola e memórias negativas relacionadas com a sua própria experiência escolar.

As escolas e os professores devem estar atentos a estas dificuldades e procurar contorná-las criando horários flexíveis de atendimento aos pais; estabelecendo uma abordagem positiva de aproximação às famílias (estabelecer o contacto com a família no início do ano para se dar a conhecer e conhecer a família, contribuindo para a construção de uma imagem mais positiva da criança por parte da família, tornando visíveis os recursos e competências da família, construindo novas competências e valorizando a própria família), tornando a linguagem mais clara e acessível, diversificando a forma de comunicar com as famílias e em algumas alturas recorrer ao contacto telefónico ou à visita domiciliária para manter a comunicação com aquelas famílias que têm mais dificuldade em deslocar-se à escola.

Quando se fala em vida escolar e sociedade, não há como não citar o mestre Paulo Freire (1999), quando diz que:

A educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda. Se opção é progressista, se não se está a favor da vida e não da morte, da equidade e não da injustiça, do direito e não do arbítrio, da convivência com o diferente e não de sua negação, não se tem outro caminho se não viver a opção que se escolheu. Encarná-la, diminuindo, assim, a distância entre o que se diz e o que se faz. (p. 18)

1.12. Fundamentação das opções Educativas

1.12.1. Aprendizagem por Descoberta

O professor deve ser um “mero” orientador, encaminhando o aluno a atingir determinadas metas. Faz sentido que o estágio curricular tenha sido dirigido de acordo com as ideias principais preconizadas por Bruner. Com este efeito, faz sentido nesta parte do trabalho fazer resumidamente a identificação das características essenciais e modo de utilização destas ideias.

Bruner, apelidou a sua teoria de instrumentalismo evolucionista, uma vez que para o psicólogo e pedagogo norte-americano, o homem depende das técnicas para a

realização da sua própria humanidade. Este acentua o carácter contextual dos factos psicológicos. A abertura à influência de contexto e do social no processo de desenvolvimento e de formação, torna a teoria de Jerome Bruner muito mais abrangente que a de Jean Piaget. O carácter desenvolvimentista da teoria de Bruner, mantêm-se graças à tónica que ele coloca no papel da equilibração, ou seja, na capacidade que cada pessoa tem de se auto-regular.

Ele afirma que o desenvolvimento cognitivo será tanto mais rápido, quanto melhor for o acesso da pessoa a um meio cultural, rico e estimulante. O papel que Bruner concede à Linguagem tem um papel amplificador das competências cognitivas da criança, ajudando-a a uma maior interacção com o meio cultural. O desenvolvimento cognitivo da criança depende da utilização de técnicas de elaboração da informação, com o fim de codificar a experiência, tendo em conta os vários sistemas de representação ao seu dispor.

Existe uma regra fundamental na aprendizagem por descoberta, o aluno constrói o seu próprio conhecimento. Na aprendizagem por descoberta significativa, o aluno descobre o conhecimento que irá incorporar significativamente na sua estrutura cognitiva. O conhecimento construído pelo próprio permite que se estabeleça uma relação única entre este conhecimento e o seu possuidor.

Bruner, defende a ideia que, quer o aluno quer o cientista, cada um no seu próprio campo de construção, reorganizam e transformam evidências obtendo a partir daí novos impulsos cognitivos (*insights*). Sem a preocupação de descrever o acto da descoberta como processo, Bruner encoraja a sua aplicação recorrendo a argumentações centradas nos seguintes pontos: 1º Aumento da potencialidade intelectual; 2º Mudança da motivação extrínseca para intrínseca; 3º Maior conservação na memória e 4º Heurística da descoberta.

Por este e por muitos outros motivos, escolhi esta teoria para realizar o estágio curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico, assim como será uma ferramenta que utilizarei quando exercer a minha profissão no 1º Ciclo do Ensino Básico.

1.12.2. Planificação

Será pertinente nesta parte do trabalho, relatar acontecimentos vividos durante a prática de estagiário no 1º Ciclo, sendo que para isso escolhi duas das muitas

planificações que foram feitas semanalmente ao longo do ano lectivo. A escolha recaiu sobre estas, (ver em anexo V), pois penso serem as que melhor podem reflectir o trabalho realizado durante as sessões de estágio.

Em relação à primeira escolha, planificação número 4 (ver em anexo V), foi feita esta escolha por ser uma das primeiras. Novos métodos, novas idades e acima de tudo novas exigências. As primeiras planificações, foram como que uma espécie de experiências, onde todos os dias se aprendia algo novo, onde a maior preocupação era alicerçar caminhos seguros para o próximo passo.

A segunda escolha, recaiu sobre a planificação número 19, e a escolha simplesmente acontece, porque foi a aula que melhor preparada e foi, e que sei pela reacção dos alunos que foi aquela que eles mais gostaram e aquela onde melhor foi conseguida a finalidade principal onde assentava o estágio que era a aprendizagem por descoberta.

A actividade ou matéria a trabalhar era matemática e o euro (moeda). Para trabalhar esta matéria, foi construída na sala de aula uma espécie de supermercado, (ver fotografias no anexo V), onde existiam produtos, dinheiro, carrinhos de compras, moedas de euro, notas de euro, vendedores, compradores. A aula consistiu em fazer grupos, para trabalharem colaborativamente. Uma aluna era a vendedora e os outros os compradores. Teriam de fazer compras, pagá-las, receber o troco, fazer o troco e no fim comparar os produtos comprados e o dinheiro que sobrava do orçamento anteriormente estipulado. O orçamento estipulado dependia do dinheiro que era encontrado por casa grupo, dinheiro esse que tinha sido espalhado pelo professor estagiário pela sala. Antes das compras o início da aula foi uma espécie de caça ao tesouro, neste caso aos euros. (a explicação de toda a actividade está ainda mais explícita no plano anexo à planificação nº 19, que se encontra em anexo neste trabalho).

Foi possível, com esta actividade que todos os alunos na sala, tanto os de 2º ano, como também os próprios de 1º ano adquirissem competência essenciais sobre a matéria a trabalhar. Foi possível sobre tudo trabalhar em grupo, trabalhar sendo os alunos os principais intervenientes nesse processo e principalmente foi possível fazer de uma aprendizagem que nem sempre é “divertida”, conseguir o entusiasmo o interesse e a inter-acção de todos os alunos presentes.

A avaliação foi francamente positiva o que deixou todos os intervenientes agradados com a aula.

Só acrescentar que a forma como trabalhamos seja qual for o assunto é que pode influenciar ou não o interesse da criança e com isso influenciar também uma aprendizagem conseguida e eficaz.

As coisas mudam e como tudo na vida o ensino também não pode mais ficar a mercê do ensino expositivo que tanto prejudica as aprendizagens dos nossos alunos.

1.13. Desenvolvimento da prática profissional

Para a obtenção de um bom trabalho é preciso recorrer a um conjunto de métodos e técnicas, no sentido de recolher e tratar a informação respeitante ao trabalho a querer desenvolver.

Todos os dados deste relatório incidem nas intervenções/observações realizadas durante todo o ano lectivo de 2009/2010, no âmbito da unidade curricular de Prática do Ensino Supervisionado.

Este trabalho foi elaborado com o decorrer do tempo e à medida que as interacções iam sendo realizadas, as observações efectuadas, as acções e sessões postas em prática, com base numa observação naturalista e sistemática uma vez que estamos a interagir com crianças no meio onde elas se divertem e aprendem.

Segundo Carmo & Ferreira (1998) ao planificar e desenvolver actividades para os alunos, pretende-se aperfeiçoar, uma posição de observador participativo, portanto, a técnica de observação/participação, também conhecida por observação artificial. Esta implica que o observador participe e seja aceite ao ponto de se integrar no grupo que observa, de se fazer quase que esquecer como observador mas ficando presente como colega. Tudo isto permitiu conhecer as crianças/alunos e vice - versa.

Recorreu-se ainda a métodos de procedimento que se revelaram como etapas mais concretas da investigação, com finalidades mais restritas e apresentando por isso um menor grau de abstracção.

Foi ainda utilizado o método monográfico. Este pressupõe que se examine o tema do trabalho, observando todos os factores que o influenciarão e analisando-o em todos os seus aspectos.

1.14. Procedimentos de observação

Observar é um processo que inclui a atenção voluntária e a inteligência, orientado por um objectivo final ou organizador e dirigido a um objecto para recolher informações sobre ele.

(Kerlinger, 1980, p.1)

Existem diferentes perspectivas de observação, que variam consoante o enquadramento teórico dos autores em relação aos processos de investigação.

É curioso assinalar que a maior parte dos especialistas que utilizaram amplamente a observação ou escreveram sobre ela não tenham tentado dar uma definição da observação. Talvez tenham considerado o conceito estabelecido. No entanto, alguns fizeram esforços nesse sentido, mas as suas definições são, em certos aspectos, pouco satisfatórias, específicas e unívocas no seu enunciado, são depois utilizadas de maneira equívoca com a atribuição de um valor geral ou particular.

Os autores Evertson e Green (1986) citado por Lessard-Herbert *et al.*, (1998, p. 147), “*aludem à observação enquanto conjunto de utensílios de recolha de dados e enquanto processo de tomadas de decisão (o quê ou quem observar, como observar e registar os dados, quando, onde, por quem?). Tanto num caso como no outro, estas autoras acreditam ser possível e importante para a investigação no campo da Educação, abordar a questão da Observação de um ponto de vista geral, capaz de transcender a variedade dos tipos e dos níveis de observação, necessariamente presentes devido ao postulado da selectividade.*”

Rodriguez (1999), entende a observação como um processo sistemático através do qual um especialista recolhe por si mesmo informação relacionada com um certo problema. Acrescenta ainda que a observação, assim como outros procedimentos de recolha de dados, constituem um processo deliberado e sistemático que deve estar orientado por uma pergunta, propósito ou problema. O mesmo autor refere ainda que as características atribuídas ao processo da observação, o seu carácter deliberado, sistemático e guiado por uma questão, são precisamente os elementos que a diferenciam de outras práticas mais ou menos quotidianas de observação.

1.14.1. Observação Participante

Para Carmo & Ferreira (1998), a observação participante é o tipo de observação no qual o investigador assume explicitamente o seu papel de estudioso junto da

população observada, ao mesmo tempo que o combina com outros papéis sociais. Esta posição concede-lhe um bom posto de observação.

A Observação Participante tem vindo a ser cada vez mais utilizada em trabalhos de natureza sociológica, interdisciplinar ou em antropologia social e também como ferramenta exploratória, técnica principal de recolha de dados e como instrumento auxiliar de pesquisas de natureza quantitativa. (Carmo & Ferreira, 1998)

Considera-se duas questões para tirar partido deste tipo de observação:

A questão do papel social que se vai desempenhar como observador – é necessário ponderar sobre o papel social que o observador vai desempenhar. Este pode ser considerado um intruso, gerando desconfiança. Este sentimento deve ser ultrapassado e o observador deve ganhar a confiança da população na qual se vai integrar. Para tal, deve assumir um papel claro e de utilidade social reconhecida. O facto de ser uma equipa diversificada e numerosa, assumindo cada um dos estudantes um papel diferente, permite cruzar informações e ganhar uma visão crítica através da análise das fontes de informação utilizadas, na construção final do conhecimento. (Carmo & Ferreira, 1998)

A questão da intensidade do mergulho (o grau de envolvimento do observador com o grupo alvo) – o investigador deve interrogar-se sobre a questão do seu envolvimento com o grupo alvo, isto é, sobre a intensidade do mergulho que quer dar sobre o objecto de estudo. (Carmo & Ferreira, 1998)

Vantagens e Limitações da Observação participante

Vantagens e Limitações da Observação participante	
Vantagens	Limitações
<ul style="list-style-type: none">▪ Possibilidade de entender profundamente o estilo de vida de uma população;▪ Oportunidade de adquirir um conhecimento integrado da sua cultura▪ Capacidade de perceber a realidade	<ul style="list-style-type: none">▪ Exige um grande período de tempo para que possa ser feita a recolha de dados;▪ Dificuldades na quantificação dos dados (devido à grande quantidade de dados recolhidos).

<p>do ponto de vista de alguém de “dentro” do estudo, e não de um ponto de vista externo (Yin, 2005).</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Permite obter percepções da realidade estudada, que dificilmente poderiam conseguir se o investigador se envolver nessa mesma observação. (Rodriguez <i>et al.</i> 1999) 	
--	--

Tabela 3 - Vantagens e Limitações da Observação participante (Carmo & Ferreira, 1998)

1.14.2. Observação Sistemática

Segundo Lakatos e Marconi (1992), a observação sistemática é utilizada em pesquisas que têm como objectivo a descrição precisa dos fenómenos/situações, pode ocorrer em situações de campo ou de laboratório; Antes da recolha de dados, o observador elabora um plano específico para a organização e registo das informações. Isto implica estabelecer antecipadamente, as categorias necessárias à análise da situação. Para que as categorias sejam estabelecidas adequadamente, é conveniente que o observador realize um estudo exploratório, ou mesmo estudos dirigidos à construção dos instrumentos para registo dos dados.

Vantagens e Limitações da Observação sistemática

Vantagens e Limitações da Observação sistemática	
Vantagens	Limitações
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Facilidade na análise do material recolhido. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O observador está privado de ocultar a realização da pesquisa; ▪ Tem que ter tempo e preparação prévia das categorias a serem analisadas.

Tabela 4 - Vantagens e Limitações da Observação sistemática (Lakatos e Marconi, 1992)

1.14.3. Planear a estratégia de observação

Segundo Carmo & Ferreira (1998), o investigador tem necessidade de planear estratégias de observação a adoptá-las de modo a recolher os dados pretendidos. A preparação da observação implica responder a algumas questões:

- Observar o quê?
- Que instrumentos se deverão utilizar para registar as observações realizadas?
- Que técnica de observação escolher?
- Que papel deve assumir o observador na observação?
- Qual o grau de envolvimento que o observador deve manter com o objecto de estudo?
- Que questões deontológicas terá de gerir?
- Que dificuldades particulares o observador antevê no processo de observação?
- Como pensa o observador ultrapassar as dificuldades?

1.14.4. Indicadores de filtragem de informação

Os indicadores têm como principal objectivo a filtragem de informação, permitindo ao observador uma orientação mais segura no terreno.

Indicadores de filtragem de informação	
Demográficos e Económicos	Sociais
<ul style="list-style-type: none">▪ Permitem ao observador aperceber-se com maior rigor e clareza, aspectos relacionados com a estrutura da população (distribuição espacial e funcional);▪ Permitem ao observador retratar a dinâmica da população (indicadores de natalidade,	<ul style="list-style-type: none">▪ Retratam a realidade social (a nível estrutural e dinâmico);▪ Revelam as percepções dos diferentes grupos sociais sobre o sistema social;▪ Planeiam a intervenção social;▪ Avaliam a intervenção com clareza e rigor;▪ Contribuem para dar a conhecer

mortalidade e migrações); ▪ Contribuem para a compreensão do sistema social.	aspectos pertinentes da realidade social, com o objectivo de a estudar, a diagnosticar e intervir sobre ela.
Ambos os indicadores podem ser quantitativos ou qualitativos: ▪ Quantitativos – Ex: taxa de mobilidade intergeracional (destina-se a revelar a mobilidade social no espaço de uma geração). ▪ Qualitativos – Ex: Relação com a sociedade envolvente (medo; suspeita, discriminação, etc.)	

Tabela 5: Indicadores de filtragem de informação (Pardal & Correia, 1995).

1.14.5. Registo das Observações

De acordo com Pardal & Correia (1995), no momento da observação torna-se indispensável o seu registo.

Elementos de registo de informação:

a) Guiões de observação – No caso onde a observação é dirigida a determinados aspectos, ou orientada a determinados registos de incidências (grelha de observação).

b) Bloco de notas – onde se anotam as primeiras impressões sob a forma de tópicos, diagramas e memorandos.

c) Diário de pesquisa – relato mais detalhado no qual se registam os factos observados, interpretações, hipóteses que surgem aquando da observação e outras informações úteis a não esquecer. O investigador anota por ordem cronológica os vários procedimentos da investigação.

Optar por um diário de pesquisa em suporte escrito, com folhas soltas, torna-se vantajoso pelo facto de se poder entremear os elementos anexos.

Pode optar-se logo à partida por um diário de pesquisa em suporte informático, cujas vantagens são:

- Permite construir texto que mais tarde poderá ser recuperado facilmente na elaboração do relatório final;
- Permite uma pesquisa rápida da informação registada;
- Permite um arquivo seguro e organizado dos dados recolhidos.

d) Gravações em áudio ou em vídeo – Usadas para transcrever a informação recolhida. Normalmente as gravações em áudio e vídeo dão origem a registos escritos.

e) Registo automático de informação em suporte informático - Cada vez é mais comum recorrer ao registo automático de dados recorrendo a meios informáticos, para obter informação precisa, que muito dificilmente um observador poderia registar.

No caso das crianças, os programas informáticos, como jogos educativos, podem através de determinada programação, registar tempos de permanência em determinada actividade e procedimentos que a criança utilizadora vai realizando à medida que explora a aplicação. O investigador pode aceder depois a estes registos e analisar, por exemplo o percurso seguido pelo utilizador, as tarefas realizadas, o tempo de realização, e o nível de profundidade, assim como dificuldades encontradas.

1.15. Avaliação da Acção Educativa

Terminado este passo importante e este teste difícil que foi o estágio e tudo que ele envolve, é com nostalgia que será aqui lembrado, principalmente de como correu, quais os objectivos pessoais e tudo que achar relevante para que possa reflectir o que foi um ano de estágio num novo nível de ensino. Confesso que me deu bastante alegria realizar este estágio.

Sendo inovador e gostando de entrar de cabeça, não gosto de ir atrás de ninguém, gosto de criar o meu próprio caminho, recebendo os louros, se os houver, da mesma maneira que receberei as críticas, sempre de sorriso e calma estampada no rosto. Quero ser diferente e penso que de vez em quando o consigo, talvez pelo facto de querer e lutar pelo que acredito e quero.

Apraz-me dizer “missão cumprida”, pelo menos este ano, pois a luta e formação é contínua. O que foi começado há já algum tempo estará sempre a evoluir, estando em permanente desenvolvimento.

Sinto que o “dever” foi feito e tudo que fiz foi de facto enriquecedor para mim, mas principalmente para os alunos que tinha à minha responsabilidade. O estágio foi pautado por diversos, novos e variados factores.

Sendo assim, e na minha opinião, o meu estágio correu bem. Digo bem e não muito bem devido a alguns factores que condicionaram de forma menos positiva o meu desempenho no estágio. Eu explico: Sendo trabalhador estudante e sendo a minha profissão Educador de Infância, tenho que diariamente ou semanalmente preparar as

actividades para as “minhas” crianças, sendo assim era um trabalho bastante acrescido preparar dois estágios para uma semana, mas apesar de disso, aplicando-me e com um espírito de sacrifício e uma dose elevada de motivação, tudo foi conseguido e os meus objectivos atingidos.

Apesar desta “condicionante” que não é mais do que um obstáculo positivo que temos de ultrapassar, devo admitir que ultrapassar esta fase foi um pouco esgotante.

A fase de transição, onde passamos de estagiários/observadoras (activos), a estagiários/participantes (activos), foi também uma fase importante, (apesar de já conhecer os mecanismos de um estágio, este era diferente, outro nível etário, outras responsabilidades, outros mecanismos), já que se ganham os pré-requisitos necessários, para poder mais tarde, ter capacidades para assumir por completo e sem condicionante uma turma de alunos do 1º Ciclo, sozinho.

Tenho que confessar que estava bastante calmo, muito à vontade e sem qualquer tipo de medos ou apreensão. A minha vontade de participar activamente numa turma era muita.

Penso que todas as pessoas que abraçam um curso e futuramente a profissão de Educador de Infância ou Professor de 1º Ciclo, tem como principal objectivo participar activamente logo de início no estágio, tendo logo contacto directo e activo com as crianças e alunos. Num primeiro momento sei que isso não é possível, já que é preciso antes de mais conhecer o grupo, certos conceitos que são necessários para haver uma progressão de conhecimentos, que me deram os pré-requisitos necessários para passar à etapa seguinte.

A escolha desta Escola (EB1 Samil), não foi, escolha ao acaso, mas sim pensada e reflectida. Escolhi por variadíssimos factores, mas apenas mencionarei alguns.

Em primeiro lugar, queria perceber e constatar se em termos de Escola, algo tinha mudado durante estes largos anos, visto tê-la frequentado como aluno. Em segundo lugar, pela profissional de Educação que aquela sala tem, caracterizada pela sua competência e profissionalismo, e esperava com isso aprender tudo o que poderia aprender com alguém que tinha tanto para me ensinar. Por último e para mim o mais importante, era um grupo pequeno, estimulado e sedento de conhecimento.

Devo acrescentar que estes factores eram objectivos pensados e esperados por mim e para mim para este ano lectivo.

Tendo em conta o factor mencionado, tenho de dizer e com muita alegria minha, que quando entrei na escola muita coisa vi de “novo”, muita evolução na aparência interior e exterior, muitas modificações no aspecto decorativo. É sem dúvida uma escola arrumada, limpa e bem organizada, com alegria nas paredes.

Analisando agora mais em termos específicos da sala onde realizei o estágio, muito havia a dizer mas eu apenas vou escrever, duas ou três palavras que a reflectem, completa, quente de calor humano e com muita alegria. Alegro-me por saber que esta realidade foi mudada e continuada com o aparecimento do estagiário.

Em relação ao segundo motivo/objectivo, devo acrescentar que não estava a espera do que vi e vivi, tive imensa sorte ter trabalhado directamente com alguém tão humano e profissional como a docente que lecciona nesta sala, atenta, carinhosa, exigente mas acima de tudo amiga e educadora, digo educadora porque, além de ensinar educava cada criança, cada aluno.

Fico feliz por ter aprendido, ensinado e partilhado cada minuto do meu estágio com alguém que tudo dá em prol desta profissão. Por último mas não menos importante, o grupo de crianças, como previ, era um grupo interessado e atento a tudo de novo e era exactamente esse o meu objectivo, saciar a sede de conhecimento de cada um dos alunos e esse objectivo foi também conseguido, acabando o estágio com a consciência tranquila que tudo fiz para melhorar as práticas, para saciar essa sede e para além de professor ficar como amigo daquela escola.

Para finalizar, devo dizer que todas as metas por mim idealizadas foram atingidas, entre as quais, ter conhecimento das práticas utilizadas no 1º Ciclo, ter a capacidade de encarar um grupo de alunos sozinho, realizar actividades conducentes com o grau de ensino a leccionar, ser um bom profissional, ganhar experiência, ser inovador e acima de tudo ter consciência das minhas capacidades como profissional.

Atingindo os objectivos por mim e para mim propostos e até em alguns casos superando os mesmos.

Parte II- Trabalho de Investigação
Trabalho colaborativo entre Docentes

2. Enquadramento teórico

2.1. 1. Definição de Educação Formal

Antes de abordar especificamente o trabalho colaborativo entre docentes, é necessário voltar um pouco atrás no tempo para aprofundar e explorar alguns conceitos para uma melhor compreensão e clarificação da problemática.

Segundo Pinto, o conceito de educação formal não é difícil de perceber, pois pode ser entendido como a educação tradicional que se transmite nas instituições de ensino e que centra a sua atenção no papel do professor e no papel do aluno.

A educação formal está normalmente associado a várias etapas de desenvolvimento, devidamente graduadas e avaliadas quantitativamente. Pretende-se também fomentar no indivíduo capacidades de integração social e desenvolvimento pessoal. Essas etapas estão associadas a mudanças a nível educativo, assim como a nível político, económico, social e cultural. Estas mudanças funcionam como um ciclo, onde um nível influencia e é influenciado por outros (Pinto, 2005).

Para a UNESCO (s/d), a educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo de toda vida, serão para cada indivíduo, os pilares do conhecimento: aprender a conhecer, isto é adquirir os instrumentos para a compreensão; aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente; aprender a viver em sociedade, a fim de participar activamente nas decisões cívicas da sociedade; e por fim, aprender a ser, aprendizagem essencial que integra as três anteriores. É claro que estas quatro aprendizagens constituem apenas uma, dado que existem entre elas múltiplos pontos de contacto, de relacionamento e de permuta.

Este tipo de aprendizagem não visa somente a aquisição de um conjunto de saberes, mas sim o domínio dos instrumentos para usar o conhecimento que pode ser considerado, simultaneamente, como um meio e uma finalidade da vida.

Actualmente e segundo Carvalho (2001), a educação traduz-se num movimento de mudança e de emancipação, mas também de responsabilidade e de solidariedade para com a sociedade, tentando tornar-nos assim, mais solidários e justos.

2.1.2. Evolução da Educação em Portugal

Portugal, entre 1910 a 1974, atravessou um período de grande instabilidade a nível educacional, que se caracterizou pelas diversas mudanças que levaram a que os sucessivos governos criassem leis que introduziram alterações importantes no sistema educativo e leis cujo impacto foi menos notório. Todas essas reformas afectaram substancialmente a estrutura da educação do nosso país, afastando Portugal cada vez mais do nível de educação dos restantes países europeus. Na sequência da Proclamação da República em 5 de Outubro de 1910, verificaram-se alterações profundas na política de ensino, com o objectivo de transformar a mentalidade regressiva que se instalara no povo português, através do acesso à educação e à instrução (Carvalho, 2001).

À semelhança do que aconteceu nos restantes países europeus, Portugal definiu uma escolaridade básica de 9 anos (dos 6 aos 15 anos de idade), organizada em três ciclos de ensino (1º, 2º e 3º ciclos). O 1º ciclo refere-se ao 1º, 2º, 3º e 4º ano de escolaridade. O 2º ciclo que compreende o 5º e o 6º ano de escolaridade. O 3º ciclo corresponde ao 7º, 8º e 9º ano de escolaridade obrigatória.

O 3º ciclo tem continuação, através do ensino secundário, que é formado por três anos lectivos e que se encontra estruturado segundo formas especializadas, com cursos de diferentes áreas. Quer para a continuação dos estudos, quer para a entrada no mundo do trabalho. O sistema educativo português compreende também a educação pré-escolar, mas é de frequência facultativa e destina-se a crianças com idades compreendidas entre os 3 anos até à entrada na escolaridade obrigatória (Ministério da Educação).

Nas últimas décadas tem-se verificado um enorme esforço de qualificação escolar da população portuguesa. Contudo, o país continua a apresentar um défice estrutural de formação e qualificação da população, que obriga à criação de uma reforma objectiva e persistente quanto à resolução dos problemas de níveis de insucesso e abandono escolar e o défice de qualificação da população activa (Ministério da Educação).

Segundo o Ministério da Educação (2007), a superação destes obstáculos só é possível através da concretização de medidas que melhorem o desempenho global da escola, qualificando-a, melhorando o seu funcionamento e organização e os resultados

escolares dos alunos através de uma política de valorização da escola pública portuguesa.

O principal objectivo desta nova medida é colocar a escola pública ao serviço dos alunos e das suas famílias e reduzir as desigualdades no acesso à formação e ao conhecimento.

Ao longo dos últimos anos, o Ministério da Educação tem orientado a sua política educativa em torno dos seguintes objectivos (De A a Z da Educação, 2009):

1. Promover o sucesso educativo;
2. Modernizar as escolas, criando melhores condições de trabalho;
3. Enraizar a cultura e a prática de responsabilização e de avaliação;
4. Abrir a escola ao exterior, fortalecer as lideranças, promover a autonomia das escolas e melhorar o seu funcionamento, pelo reforço da participação das famílias e das comunidades na direcção estratégica das escolas;
5. Alargar as oportunidades de aprendizagem ao longo da vida;
6. Aderir a novas ofertas formativas;
7. Garantir uma melhoria da qualidade média dos recursos humanos, físicos, organizacionais e curriculares ao dispor da comunidade educativa, independentemente da sua localização geográfica;
8. Reduzir as desigualdades escolares;

As diversas medidas levadas a cabo nas diferentes áreas do sistema educativo cooperam fortemente para atingir o objectivo central, que é combater as altas taxas de analfabetismo e insucesso escolar das políticas educativas do governo português.

2.1.3. Novas metodologias em Educação - conceitos fundamentais

Segundo Carvalho, antes de falar sobre novas metodologias em educação é necessário distinguir a escola tradicional da escola cultural. Nesse sentido:

A escola tradicional é unidimensional: a sua única dimensão pedagógica é a curricular estrita, com seus territórios disciplinares, suas metodologias de ensino e seus correlativos regimes de avaliação do rendimento escolar.

(Carvalho, 1995, p.11)

Por sua vez, a escola cultural pretende ser pluridimensional, desenvolvendo todas as dimensões constituintes da personalidade humana: a físico-motora, a

intelectual, a afectiva, a volitiva, a psicossocial, a estética, a ética e a religiosa. A Escola Cultural baseia-se em três dimensões pedagógicas básicas – a curricular, a extracurricular e a interactiva -, com a correspondente metodologia e regime de avaliação do rendimento educativo. Estas dimensões proporcionam ao aluno autonomia para participar livremente em clubes escolares ou situações educativas equivalentes. (Carvalho, 1995)

A Escola Cultural considera ainda, que a substância do processo educativo é a cultura e que é para a cultura que a Escola deve orientar as novas gerações, preparando pela Escola uma nova Sociedade: a Sociedade Cultural. (AEPEC)

Conclui-se assim, que a escola tradicional tem como único objectivo ensinar, enquanto que a escola cultural está direccionada para o processo de aprendizagem do educando, onde este tem um papel activo. Carvalho afirma que no movimento da escola cultural:

A concepção de educação assumida é uma concepção personológico-antropológica, em que o educando é entendido como sujeito cultural do processo educativo. (1995, p.12)

Segundo Carvalho (1995), as novas metodologias educativas pretendem impulsionar a construção da autonomia, da liberdade e da responsabilidade do ser humano. É nesse sentido que surgem conceitos como escola aberta, interdisciplinaridade, multidisciplinaridade, entre outros.

Com a implementação de uma educação menos virada para o tradicional e mais dedicada às aprendizagens para um futuro “ser social”, surgiu a necessidade de criar estratégias apelativas e práticas para os alunos e docentes.

Surgiu então o conceito de Escola Aberta, Paré (1976), mencionou a escola aberta, como uma escola assente na participação daqueles que vivem nela e que permite otimizar o desenvolvimento.

Paré (1976), afirma que a escola deve ser aberta e assentar nos seguintes princípios: na essência da aprendizagem; a importância do aluno enquanto pessoa; a construção de uma imagem positiva de si mesmo e do meio que o rodeia; o desenvolvimento da individualidade e da originalidade; um educador sentido como parceiro e guia; a avaliação concebida como instrumento de recolha de informação. Esta pedagogia vai permitir que o desenvolvimento pessoal seja individualizado, respeitando assim o ritmo e o estilo desse mesmo desenvolvimento; permitir que as capacidades pessoais de cada um dos alunos sejam utilizadas e valorizadas de maneira constante,

num meio rico e estimulante; permitir ao aluno que encontre aprendizagens significativas na sua interacção com o meio.

Quanto ao docente, Paquette (1985) afirma que este não pode trabalhar a partir de um conjunto de objectivos preestabelecidos. O seu papel consiste em fazer os alunos viver experiências enriquecedoras, ajudando-os depois a analisar as aprendizagens que puderam concretizar.

Dentro das novas metodologias da educação, destacou-se o avanço tecnológico do séc. XX, este avanço marcou as instituições escolares e foi interpretado como sendo um conjunto de suportes para a acção. Tanto pode tratar-se de recursos, de ferramentas, de instrumentos, de aparelhos, como de procedimentos, métodos, rotinas e programas. (Bertrand, 2001)

Barros (2008), considera as Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC- uma contribuição positiva para o aumento do sucesso escolar dos alunos, pois melhoram as práticas de ensino e contribuem para a formação contínua do docente.

Para melhor implementar essa nova metodologia, foram criadas algumas reformas, como é o caso do Plano Tecnológico da Educação, que tem como objectivo modernização das escolas, equipando-as com os mais recentes meios tecnológicos, de forma a colocar Portugal entre os cinco países europeus mais avançados nesse domínio. (Barros, 2008).

A iniciativa, lançada em 2008, Escolas Professores e Computadores Portáteis, coordenada pela Equipa Computadores Redes e Internet na Escola, da Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular – DGIDC- e com financiamento do Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal - PRODEP-, possibilitou equipar as escolas dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, mediante a candidatura dos estabelecimentos de ensino com projectos que contemplassem a melhoria do uso educativo das TIC. Mas este plano não se dedicou somente aos equipamentos informáticos, foram também desenvolvidos conteúdos multimédia educativos e promovida a formação dos alunos nas TIC (Barros, 2008).

Segundo Bertrand (2001), houve docentes que interpretaram o uso da tecnologia como negativo, a cibernética e a tecnologia foram utilizadas pelos professores para melhor dominar o processo de educação, paradoxalmente consideraram que esse controlo passou do docente para os especialistas da área tecnológica, provocando uma certa insegurança nos docentes.

Contudo, pode concluir-se que actualmente o avanço tecnológico é uma componente fundamental no desempenho quotidiano do docente, facilitando a sua actividade. (Bertrand, 2001).

Uma outra metodologia da educação é a pedagogia cooperativa, também ela analisada por Bertrand (2001). Segundo este autor na pedagogia cooperativa o docente exerce uma função fulcral. O docente não deve ser somente uma pessoa que transmite informação, deve ser alguém que desempenha várias funções de facilitação do trabalho individual e de grupo, o docente deve recorrer a justificações para explicar os êxitos e/ou fracassos das aprendizagens, deve evitar as reacções unicamente orientadas para o êxito, e nunca deve abandonar os grupos que passam por problemas de funcionamento.

A pedagogia abordada apoia-se em quatro ideias principais:

1. O direito a exprimir-se e a comunicar;
2. A análise crítica do real;
3. A tomada a cargo de si mesmo;
4. Esta é uma pedagogia materialista em que a criação de ferramentas e de técnicas de trabalho, sempre aperfeiçoáveis, permite aos alunos desenvolver à autonomia individual e colectiva e a aquisição de saberes. Assim, o trabalho cooperativo é a melhor maneira de utilizar o tempo disponível e o talento de cada um.

Bertrand (2001), verificou que grande número de docentes é favorável a interactividade na sala de aula, mas não optam pelos meios certos para chegar a resultados positivos. Existe então, a necessidade de instalar estruturas de ensino que facilitem a sinergia do trabalho em grupo. A parceria deve substituir a competição.

Conclui-se então, que os alunos devem adoptar um modo cooperativo entre si e o docente, aprendendo assim, não só uma forma de trabalhar, como também de viver em sociedade. (Bertrand, 2001)

Outro conceito similar ao de trabalho cooperativo é a dinâmica de grupo e trabalho em equipa. A expressão dinâmica de grupo surgiu pela primeira vez num artigo publicado por Kurt Lewin, um Psicólogo social alemão, em 1944, onde tratava da relação entre teoria e prática em Psicologia Social. (Infopédia, 2003)

Dynamis é uma palavra grega que significa força, energia e acção. O objectivo de Kurt Lewin (1944), era o de ensinar a pequenos grupos de indivíduos comportamentos novos através da discussão e de decisão em grupo, em substituição ao método tradicional de transmissão sistemática de conhecimentos. (Infopédia, 2003)

A dinâmica de grupo, definida por Lewin, tem como princípios orientadores o exercício de escuta e aceitação do outro como ser diferente, a experiência de abertura ao outro e a participação em grupo, a percepção do todo e das partes individuais, o desenvolvimento da consciência crítica e da tolerância, o confronto e avaliação das situações, a tomada de decisão de modo consciente e crítico, a sistematização de conteúdos, sentimentos e experiências e a construção colectiva do saber. (Infopédia, 2003)

Relativamente ao trabalho em equipa, este é um processo contínuo interactivo de um grupo de pessoas aprendendo, crescendo e trabalhando interdependentemente para alcançar metas e objetivos específicos no suporte a uma missão comum.

Assim sendo, e para que se compreenda melhor o trabalho de equipa num contexto educacional, será analisado o modelo curricular High/Scope. Segundo a High Scope Educational Research Foundation (2010), este modelo defende um ambiente de aprendizagem activo entre docente e aluno, que deverá encorajar os alunos para o prático, ou seja, a olhar, ouvir, tocar, falar, descansar, brincar, entre outras. O espaço físico, deste modelo, deve ser seguro, flexível e pensado de forma a proporcionar conforto. Deverá também, atender às necessidades, potencialidades e interesses de cada aluno. Este ambiente inclui uma grande variedade de materiais, disposto de forma arrumada e acessível, que os alunos possam agarrar e explorar à sua vontade e ao seu ritmo.

No modelo curricular High/Scope, o docente trabalha em equipas que apoiam a aprendizagem activa dos alunos. Esta aprendizagem, é toda aquela que pressupõe o contacto directo e a participação com as experiências, através das quais os alunos assumem o que aprenderam e sucessivamente constroem o seu próprio conhecimento.

Os membros da equipa deste modelo, partilham o mesmo compromisso, trocando informações fidedignas sobre os alunos, planeando estratégias curriculares e métodos eficazes de avaliação, não só dos conteúdos adquiridos pelos alunos, como também das estratégias implementadas pelos docentes. Os membros da equipa esforçam-se por aprofundar a percepção que têm, quer do currículo, quer de cada aluno individualmente, de forma a poderem oferecer um contexto que seja consistente com os seus objectivos e crenças na área de educação. (High Scope Educational Research Foundation, 2010).

Ao pôr em prática o Modelo de High/Scope, um trabalho de equipa eficaz pressupõe:

- Criar um clima de apoio entre os docentes, para que a aceitação e confiança que sentem entre eles contagie às interacções com os alunos;
- Ir ao encontro das necessidades dos docentes em termos de pertença, partilha, desempenho, reconhecimento e compreensão do currículo, para que se possam concentrar totalmente nos interesses e interacção dos alunos;
- Criar uma abordagem unificada para a concretização do currículo, permitindo a todos os docentes que trabalham com o mesmo grupo de alunos darem a cada um, um apoio consistente e apropriado.

Em suma, pretende-se que o trabalho em equipa permita aos docentes promoverem diariamente aprendizagens activas e impulsionadoras às crianças, de modo a desenvolver nos alunos uma maior responsabilidade social e uma melhoria do desempenho educacional.

2.1.4. Síndrome de Burnout

Deparamo-nos, actualmente, com uma sociedade cada vez mais exigente, a sua evolução rápida tem tido repercussões sociais, económicas e políticas, exigindo cada vez mais competência das instituições educativas e de todo o seu meio envolvente.

As tentativas de minimizar os índices de reprovação e manter todos os alunos interessados em continuar a sua formação nas escolas, juntamente com as políticas relacionadas com a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais, têm criado uma série de dificuldades às instituições e aos docentes. Esse tipo de situação pode criar, nos professores, estados de ansiedade e esgotamento profissional. (Codo, 1999)

Esse esgotamento profissional traduz-se muitas das vezes em sintomas da síndrome de Burnout. Define-se como sendo resposta ao *stress* crónico que afecta directamente o desempenho do técnico, o relacionamento interpessoal, a produtividade e até mesmo a qualidade de vida do indivíduo e da organização do seu trabalho, ou seja, a síndrome de Burnout é resultado do *stress* acumulado que se transforma numa doença crónica. As consequências do Burnout são potencialmente muito graves para toda a

equipa técnica, pois pode pôr em risco o desempenho da mesma, tendo assim repercussões para todo o meio que dele depende. (Garcia, 2003)

Este síndrome caracteriza-se por uma exaustão emocional, uma avaliação negativa de si mesmo, depressão e desinteresse em relação a quase tudo e todos que o rodeiam. Esta doença afecta principalmente profissionais que mantêm uma relação constante e directa com outras pessoas, principalmente quando esta actividade é considerada de apoio e dependência. (Delbrouck, 2006)

A síndrome de Burnout foi introduzida pela primeira vez em 1974 pelo médico psicanalista Herbert Freudenberger, cujas primeiras pesquisas acerca desta síndrome são resultado de uma investigação sobre o estudo das emoções e as várias formas de lidar com elas, esta investigação foi desenvolvida com profissionais que, pela natureza de seu trabalho, necessitam manter um contacto directo com os respectivos utentes, como é o caso dos técnicos da área da saúde, dos serviços sociais e da área da educação, uma vez que se percebia a manifestação de stress emocional e sintomas físicos por parte destes profissionais. (Benevides-Pereira, 2003)

Para este investigador, Burnout é resultado de um esgotamento, decepção e perda de interesse pelo trabalho, que leva a um estado de fadiga ou de frustração. As causas desta síndrome, para Freudenberger, remetem para o facto de o técnico ter de tomar decisões de grande importância em prazos demasiados curtos, levar para casa solicitações emocionais do trabalho, ter falta de oportunidade para observar os seus progressos no trabalho, assim como estar inserido num ambiente de trabalho pobre em termos comunicativos. (Delbrouck, 2006)

Este mesmo conceito foi melhorado, posteriormente, em 1981, pelas Professoras de Psicologia Social Christina Maslach e Susan Jackson, e fundamenta-se numa perspectiva sócio-psicológica. Esta perspectiva considera a síndrome como uma reacção à tensão emocional crónica, causada por se lidar excessivamente com pessoas. Nesta definição, a síndrome de Burnout é composta por três fases evolutivas, o esgotamento emocional, a despersonalização, e o sentimento de incompetência. Na primeira fase os técnicos sentem que não conseguem dar mais de si, trata-se de uma situação de esgotamento da energia dos recursos emocionais próprios. (Delbrouck, 2006)

A fase da despersonalização pode ser definida como o desenvolvimento de sentimentos e atitudes negativas e cinismo para com as pessoas destinatárias da intervenção do técnico. E a última fase, pode ser entendida como uma consequência das

fases anteriores, que se apresenta como uma diminuição da realização pessoal, que é vivida dolorosamente pelo técnico, a mais grave das consequências pode ser a elaboração de planos para mudar de emprego ou área. (Delbrouck, 2006)

Estas fases podem apresentar-se segundo uma ordem quase habitual. Inicia-se com um entusiasmo e dedicação idealista. Seguidamente instala-se a estagnação, o trabalho passa a ocupar maior parte do tempo, o que faz com que perca o interesse. Por fim, instaura-se a apatia, o técnico sente-se cronicamente frustrado a nível profissional e evita o trabalho, os utentes e qualquer tipo de desafio profissional.

Relativamente às causas que podem provocar este tipo de exaustão profissional, podem destacar-se os factores externos e internos. Dentro dos factores externos encontramos causas como carga horária e volume do trabalho, falta de sono, excesso de responsabilidades, falta de apoio no meio de trabalho, aumento das expectativas do público, entre outras. Nos factores internos, destaca-se como causa a ansiedade, o desejo de agradar a toda a gente, um sentido de auto-crítica demasiado rígido, a vontade de querer fazer tudo sozinho e por fim o espírito excessivo de empreendimento. (Delbrouck, 2006)

Este conceito e esta doença foi propositadamente referida neste trabalho, pois visa dar um enquadramento, sobre o que o trabalho colaborativo poderia facilitar a evitar esta doença nos docentes, partilhando, falando, discutindo saudavelmente, conseguimos libertar muita da tenção acumulada em dias de trabalho exaustivos.

2.1.5. Trabalho Colaborativo entre Docentes

De forma a auxiliar o trabalho do docente e a combater o insucesso escolar, surge então uma nova metodologia, o trabalho colaborativo entre docentes. Este, estrutura-se essencialmente como um processo de trabalho articulado e pensado em conjunto, que permite alcançar melhores resultados com base no enriquecimento obtido pela interacção dinâmica dos vários saberes e de vários processos cognitivos em acção. (Roldão, 2007).

A crença no trabalho colaborativo, como ingrediente essencial para o desenvolvimento das escolas e dos docentes, é partilhada por um leque alargado de autores.

Roldão afirma que o trabalho colaborativo entre docentes pode ser o ponto de partida para transformar os problemas em soluções, enfrentando desafios que são colocados à escola e aos docentes.

O trabalho colaborativo não se resume a colocarmos um grupo de pessoas perante uma tarefa colectiva - não chega agrupar, nem é suficiente pedir resultados. O essencial das potencialidades do trabalho colaborativo joga-se no plano estratégico, e operacionaliza-se no plano técnico. [...] Implica conceber estrategicamente a finalidade que orienta as tarefas (de ensino) e organizar adequadamente todos os dispositivos dentro do grupo que permitam (1) alcançar com mais sucesso o que se pretende (as aprendizagens pretendidas), (2) activar o mais possível as diferentes potencialidades de todos os participantes (no âmbito do grupo-disciplina, do grupo-turma, ou outros) de modo a envolvê-los e a garantir que a actividade produtiva não se limita a alguns, e ainda (3) ampliar o conhecimento construído por cada um pela introdução de elementos resultantes da interacção com todos os outros. (2007, p.27).

Trabalhar colaborativamente permite ensinar mais e melhor, contudo não significa ser obrigatório trabalhar sempre colectivamente. Esta forma de cooperação implica que cada indivíduo tenha um contributo a dar ao grupo. As próprias tarefas de trabalho colaborativo entre docentes podem e devem incluir momentos de trabalho individual para preparar ou aprofundar o trabalho colectivo no momento seguinte (Roldão, 2007).

O que se pretende com o trabalho colaborativo não é promover a relação de amizade e convívio entre os docentes, nem aliciar a discussão das apreensões e desconfortos diários. O trabalho colaborativo pretende fomentar a ajuda recíproca entre docentes, de forma a compreender e analisar o porquê de uma situação problemática, a mobilização de tudo o que cada docente sabe sobre um determinado tema, para cooperar na discussão de uma certa situação e na decisão da acção a adoptar. É pretendido também que haja um levantamento de novos e imprevistos problemas cuja solução é pesquisada, discutida, conjugando sempre os resultados para obter a melhor solução possível. (Roldão, 2007)

Segundo Hargreaves (1998), o desenvolvimento de um trabalho de colaboração presume que as relações entre os docentes sejam:

- a) **Espontâneas**, uma vez que parte dos próprios docentes enquanto grupo social, podendo estas ser apoiadas pelas instituições.
- b) **Voluntárias**, pois estas relações resultam não de constrangimentos administrativos, mas antes da percepção que os docentes têm do seu valor como profissional;

c) **Orientadas** para o desenvolvimento, uma vez que os docentes trabalham em conjunto para desenvolver iniciativas próprias, ou para trabalharem em iniciativas que são apoiadas ou requeridas externamente, nas quais eles estão interessados, estabelecendo eles próprios as tarefas e as finalidades do seu trabalho em conjunto;

d) **Difundidas no tempo e no espaço**, pois o trabalho em conjunto não é, na maioria das vezes, uma actividade calendarizada que seja fixada administrativamente, para ter lugar num tempo fixo e local designado. Grande parte do trabalho em conjunto consiste em encontros informais, quase imperceptíveis, breves mas frequentes.

e) **Imprevisíveis**, dado que os docentes exercem discricção e controlo sobre aquilo que desenvolvem, os resultados da colaboração são muitas vezes incertos e dificilmente previsíveis.

Para que o trabalho colaborativo seja propiciador de mudança, ele precisa de um elevado grau de segurança e de abertura entre os seus membros. As culturas colaborativas são, muito claramente, organizações sofisticadas e delicadamente equilibradas, razão pela qual são muito difíceis de criar e ainda mais difíceis de manter. (Hargreaves, 1998)

Também Ferguson (2006), defende que os docentes se devem unir e apoiar, colaborar para alcançar um objectivo, que na opinião do autor, é o sucesso do aluno através do sucesso do docente. Os docentes devem reunir e interpretar uma variedade de informação para garantir que seus alunos atinjam os objectivos definidos. É dever do docente utilizar as mais diferentes formas de expor os conteúdos curriculares, de forma a cativar todos os alunos e a facilitar as aprendizagens, promovendo o desenvolvimento pessoal e social do aluno, preparando-o para ser um sujeito activo na sociedade.

Segundo Johnson (2003), o trabalho colaborativo entre docentes é uma combinação de todos os elementos que são necessários para o sucesso escolar tanto do aluno como do docente.

De acordo com Salvador (1994) e Colaço (2004), citados por Damiani (2008), os benefícios das actividades colaborativas entre alunos têm-se destacado, da mesma forma que entre docentes. Os seus estudos sobre esse efeito, mostram ganhos positivos em termos de: 1) socialização (o que inclui aprendizagem de modalidades comunicacionais e de convivência), controlo dos impulsos agressivos, adaptação às normas estabelecidas (incluindo a aprendizagem relativa ao desempenho de papéis sociais) e superação do egocentrismo (por meio da relativização progressiva do ponto de vista próprio); 2)

aquisição de aptidões e habilidades (incluindo melhoras no rendimento escolar); e 3) aumento do nível de aspiração escolar.

Isso leva a compreender a importância de o docente não só estimular os seus alunos a trabalhar em grupo, assim como fornecer-lhes um modelo interactivo que leve à partilha de ideias, em vez da intervenção autoritária e directiva.

2.1.6. Plataformas Colaborativas

Para facilitar essa prática, são desenvolvidas cada vez mais ferramentas que estimulam o trabalho colaborativo entre os docentes, como interdisciplinaridade e multidisciplinaridade. A verdade é que são visíveis os benefícios do trabalho colaborativo entre docentes, tanto para eles, como para os alunos. Segundo Damiani (2008), as escolas onde predomina a pedagogia colaborativa são mais inclusivas, apresentando menores taxas de abandono escolar e formas mais eficazes para combater as dificuldades de aprendizagem. As escolas apresentam baixos índices de reprovação e alto grau de satisfação e investimento na formação continuada de seus docentes.

Uma das ferramentas mais funcionais da actualidade são as plataformas colaborativas, para além de fornecerem uma infra-estrutura que pode facilitar a comunicação e colaboração entre professores (ajudando assim a ultrapassar o habitual isolamento da sua prática profissional), permite partilhar recursos e materiais pedagógicos e a envolverem-se em grupos virtuais de trabalho. Estas plataformas trouxeram uma nova dimensão à sala de aula, possibilitando, através da conectividade, criar novas formas de aprendizagem, facilitando o seu prolongamento no espaço e no tempo, promovendo também um trabalho em rede entre alunos e docentes. (Silva, 2007)

O exemplo mais prático de uma plataforma colaborativa é o *Moodle* - Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment - O seu autor, Martin Dougiamas, em 1999, tendo como objectivo desenvolver um suporte sócio-construtivista, criou um ambiente virtual de aprendizagem, facilitador da construção de espaços de trabalho, de comunicação e de colaboração. Trata-se de um projecto assente num software livre e de distribuição gratuita através da Internet, a sua utilização é fácil, intuitiva e flexível, permitindo a adaptação a uma enorme variedade de contextos educativos. Esta plataforma tem um impacto a nível mundial e é actualmente utilizada em mais de 175

países e está traduzida em cerca de 70 línguas. O *Moodle* pode ser utilizado para partilhar documentos, manter contacto entre as reuniões ou enviar informações uns aos outros. E pode ser usada por comunidades que mantêm ou não contacto presencial. (Silva, 2007)

Tendo em conta todos os aspectos positivos, que foram abordados, do trabalho colaborativo, coloca-se então a questão de onde vem a dificuldade de introduzir práticas de trabalho colaborativo? A esse respeito, Roldão afirma:

Não certamente da má vontade dos professores, ou da sua suposta resistência à mudança. [...] Dificilmente se pode pedir que o trabalho docente colaborativo seja acolhido pelos professores sem que as instituições mudem também as suas regras e deixem de permitir que o trabalho docente não seja partilhado nem discutido na sua realização diária. [...] O outro ingrediente que contradiz o trabalho colaborativo reside na normatividade, quer curricular quer organizacional, que induz uma lógica de cumprimento mais do que uma lógica de qualidade e eficácia, (2007, p.28-29).

2.2. Estudo Empírico - Método

O presente estudo diz respeito à questão do trabalho colaborativo entre profissionais de educação, mais especificamente, aos aspectos que envolvem o trabalho colaborativo. Deste modo, pretendeu-se identificar quais os pontos que mais se destacam quanto a esta temática, comparando-os com os resultados mais significativos da investigação realizada.

2.2.1. Problema:

O problema abordado foi a situação contraditória entre a colaboração entre docentes *versus* a persistente da prática individual de trabalho, no sentido de compreender se a introdução de lógicas colaborativas traz, ou não, mais-valias à qualidade de ensino, contribuindo assim, para uma melhor consecução das aprendizagens. Optou-se por esta problemática, pois a meu ver, merece uma concordância generalizada entre professores e educadores.

2.2.2. Objectivos:

Os objectivos a alcançar com esta investigação são, recolher a opinião de Docentes do 1º ciclo e Educadores de Infância sobre o trabalho colaborativo, verificar

quais os pontos em que a opinião dos Docentes do 1º ciclo e Educadores de Infância divergem e/ou têm em comum sobre o trabalho colaborativo, conhecer quais os entraves ao trabalho colaborativo entre Profissionais de Educação e saber se o trabalho colaborativo entre Profissionais de Educação é uma boa estratégia para melhorar o rendimento escolar dos alunos.

Quanto ao estudo, a definição do tema de investigação foi feita nos meses de Novembro 2009 até Março de 2010, enquanto a construção do questionário foi feita em Abril e Maio de 2010, tendo sido a recolha de dados no mês de Julho de 2010. O tratamento dos dados obtidos pelos questionários, assim como a elaboração da parte teórica foram concluídos no mês de Agosto e Setembro.

A recolha dos dados foi feita em quatro escolas do 1º ciclo do ensino básico, nomeadamente Eb1 de Samil, Sagrado Coração de Jesus, Toural e Mae d' Água, quatro jardins-de-infância nomeadamente Jardim de Infância nº1, nº2, Coxa e Caritas e ainda uma creche, ponto pequeno.

Quanto à população-alvo a quem foi dirigida a investigação, esta é composta por 32 profissionais de Educação de Bragança. Um primeiro grupo composto por Docentes do 1º Ciclo do Ensino Básico e um segundo grupo composto Educadores de Infância, mais propriamente por 16 docentes do 1º ciclo do Ensino Básico e 16 Educadores (as) de Infância, não se fez distinção entre escolas públicas e privadas.

Para a recolha de dados da investigação recorreu-se a inquérito por questionário como instrumento de pesquisa. O questionário era composto por perguntas com resposta fechada, “como forma de complementar a informação obtida por outros métodos” (Duffy, cit. in Bell, 1993, p. 110). Foi usada uma escala de avaliação simples, de forma a obter respostas concretas e precisas. (ver anexo VI)

Por fim, como forma de analisar os dados obtidos pelos questionários recorreu-se a gráficos, onde é possível uma melhor organização, para a leitura e análise dos mesmos.

A escolha desta amostra é significativa, apesar disso pode considerar-se estudo de caso, mas num contexto reduzido como é a cidade de Bragança, penso ser o suficiente para concluir com alguma certeza, o que de facto pensão os Profissionais de Educação sobre o assunto a investigar.

2.3. Leitura e Análise dos Dados

Embora este trabalho seja de características essencialmente quantitativa, procedeu-se a uma pequena análise quantitativa das questões do questionário a seguir apresentados.

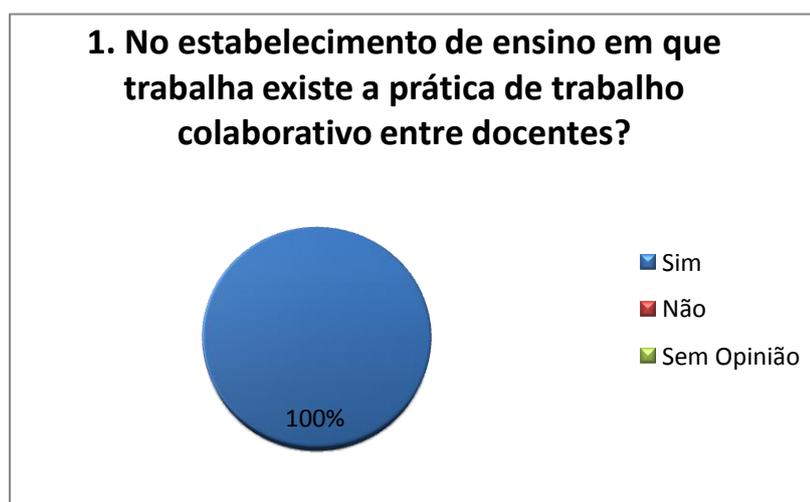


Gráfico 1- Resultados dos docentes do 1º Ciclo para a questão nº1

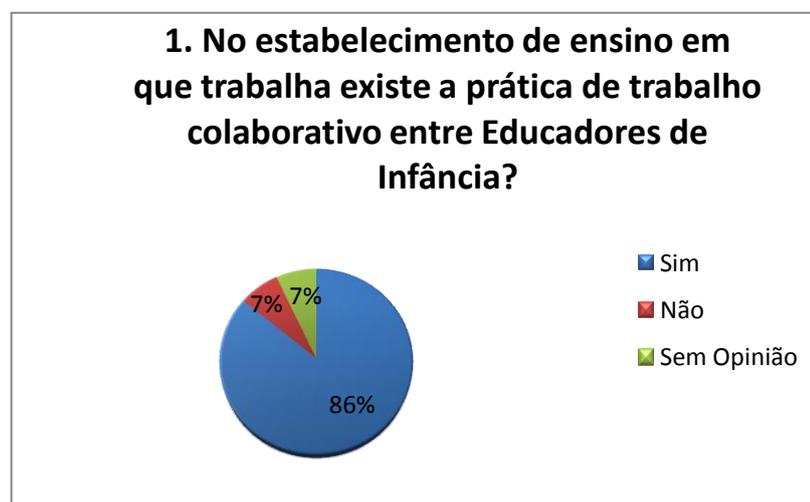


Gráfico 2 - Resultado dos Educadores de Infância

Relativamente à questão número 1 do questionário, verifica-se que no gráfico correspondente à resposta dos docentes, 100% dos inquiridos afirmam que existe a prática do trabalho colaborativo na instituição em que trabalham, enquanto no gráfico 2 correspondente aos educadores de infância, 7% dos inquiridos afirma não haver trabalho colaborativo entre educadores de infância e 7% não tem opinião sobre a questão, sendo que 86% afirmam que essa prática existe.

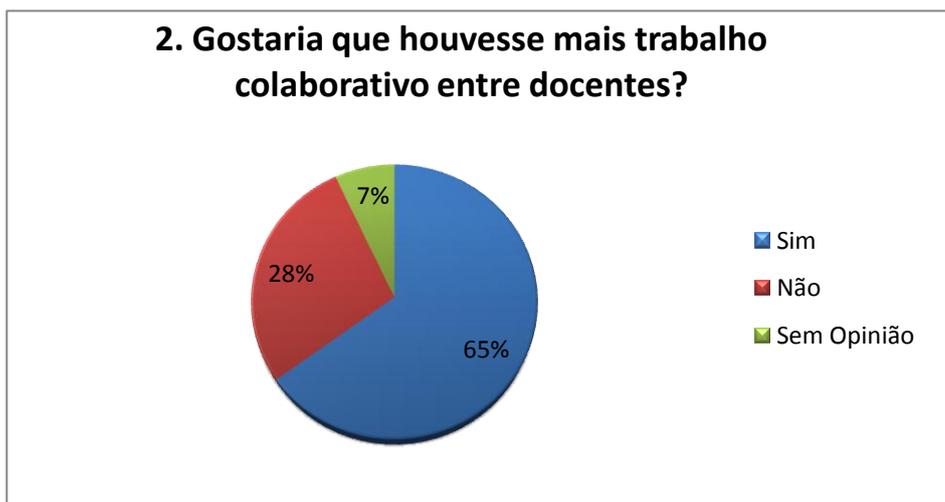


Gráfico 3 - Resultados dos docentes do 1ªCiclo para a questão nº2

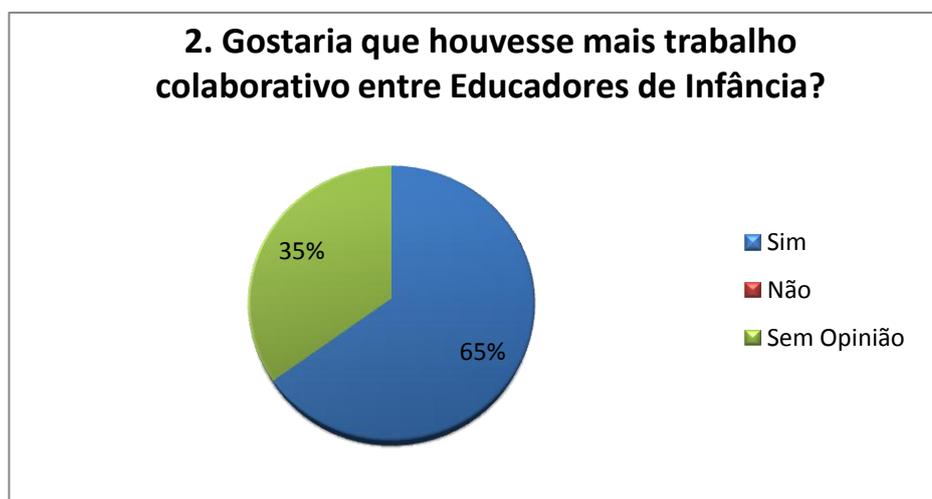


Gráfico 4 - Resultados dos educadores de infância para a questão nº2

Quanto a questão número 2 do questionário, verifica-se que no gráfico correspondente à resposta dos docentes, 65% dos inquiridos afirmam que gostariam que houvesse mais trabalho colaborativo entre colegas e 28% afirmam que não gostariam que houvesse mais trabalho colaborativo entre docentes e apenas 7% não revelou a sua opinião sobre o assunto.

Também o gráfico respectivo a resposta dos educadores de infância 65% dos inquiridos, afirmam que gostariam que houvesse mais trabalho colaborativo entre educadores de infância, enquanto 35% não tem opinião definida sobre a questão.

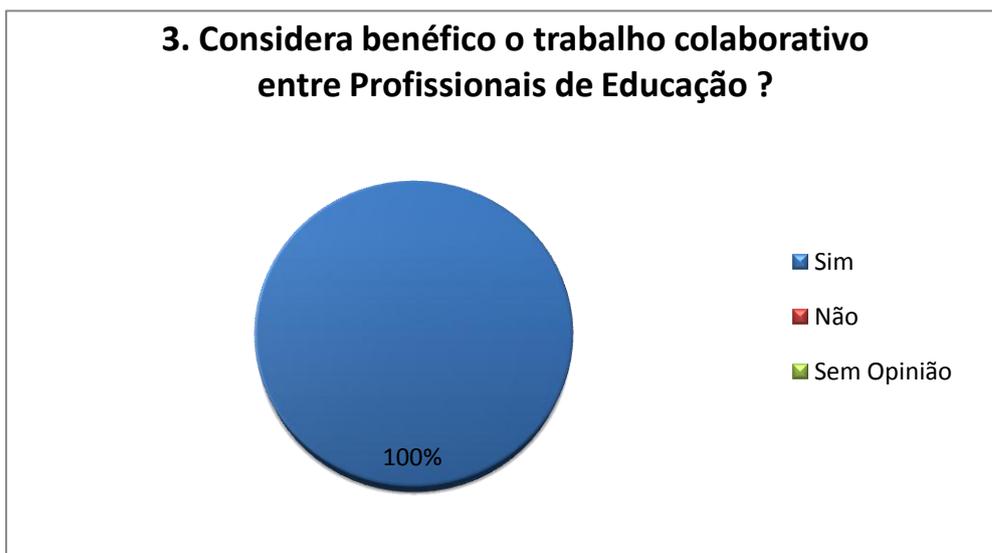


Gráfico 5 - Resultados dos docentes do 1º Ciclo para a questão nº3

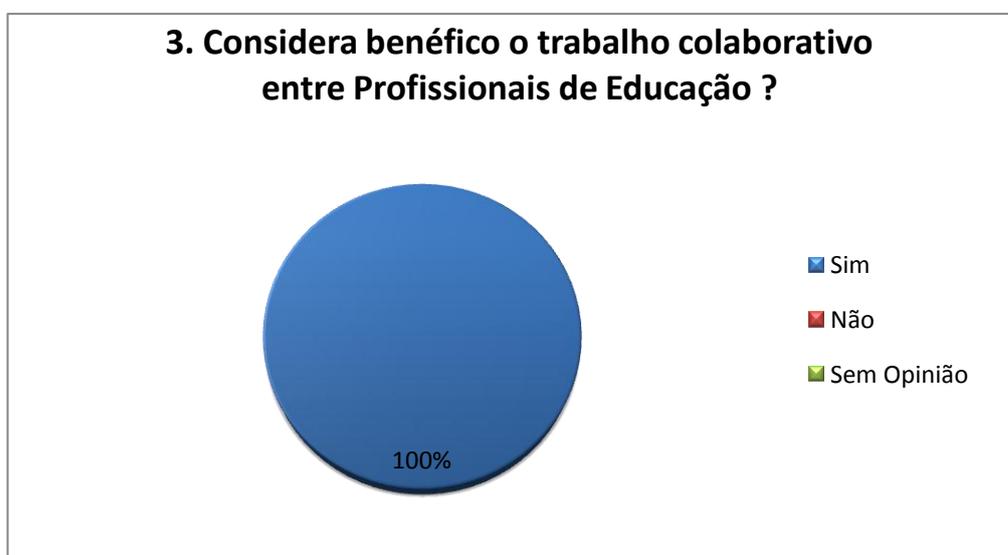


Gráfico 6 - Resultados dos educadores de infância para a questão nº3

Os dois gráficos correspondentes às respostas dos docentes e dos educadores de infância, verifica-se que ambos os grupos consideram benéfico o trabalho colaborativo entre profissionais de educação, tendo os 100% dos inquiridos respondendo com “sim” à questão.

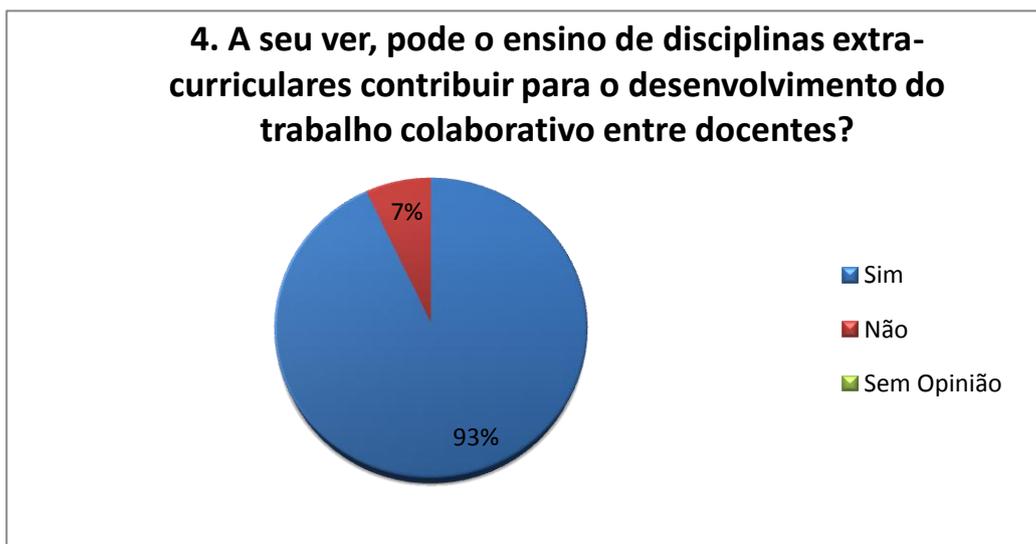


Gráfico 7 - Resultados dos docentes do 1º Ciclo para a questão nº4

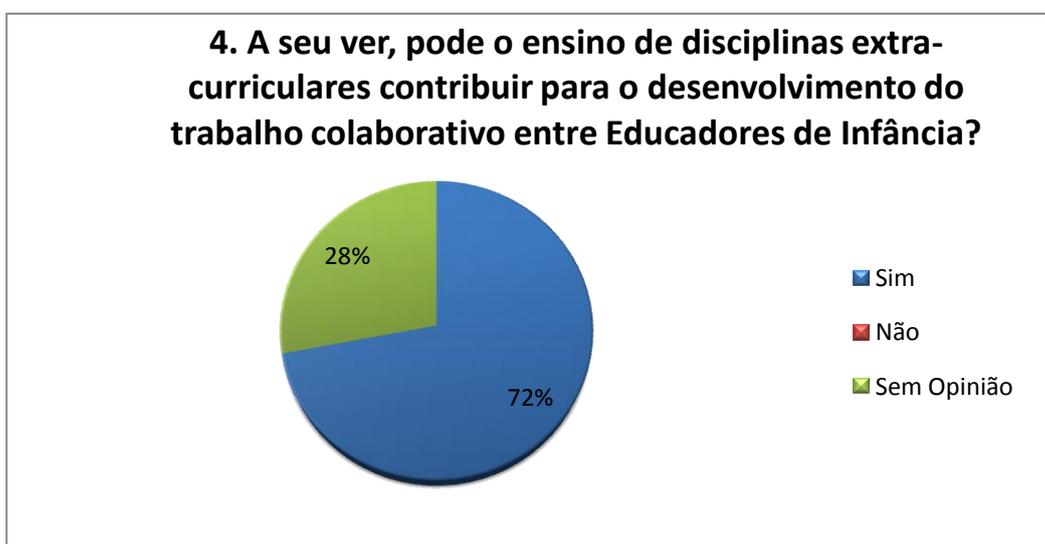


Gráfico 8- Resultados dos educadores de infância para a questão nº4

Tendo em conta esta questão, verifica-se que no gráfico que corresponde às respostas dos docentes do 1º Ciclo, a maioria dos inquiridos, 93% considera que as disciplinas extra-curriculares podem contribuir para o desenvolvimento do trabalho colaborativo entre docentes, apenas 7% afirma que não contribui.

No gráfico com o resultado das respostas dos educadores de infância, verifica-se que 72% dos inquiridos afirmam que as disciplinas extra-curriculares podem sim contribuir para o desenvolvimento do trabalho colaborativo entre educadores e 28% não tem opinião formada sobre a questão.

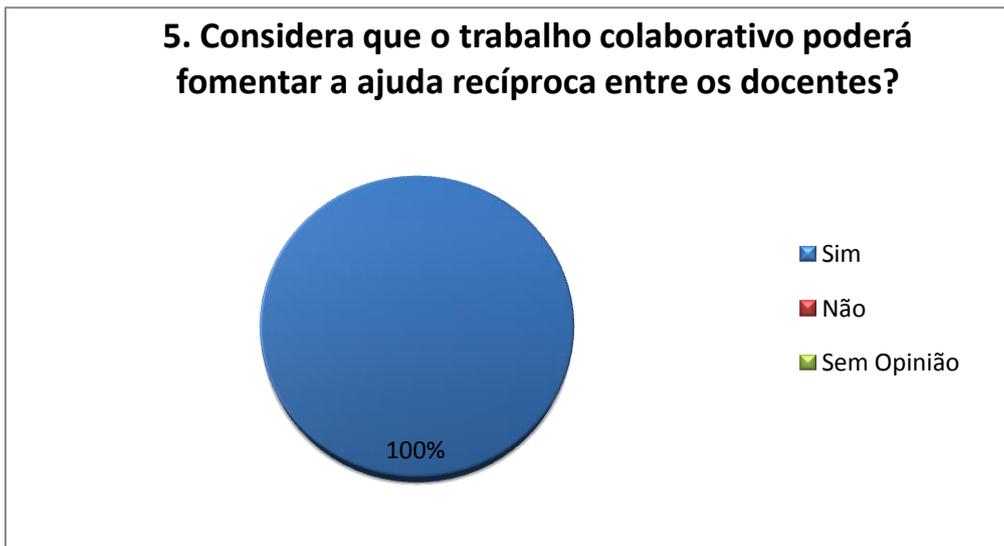


Gráfico 9- Resultados dos docentes do 1º Ciclo para a questão nº5

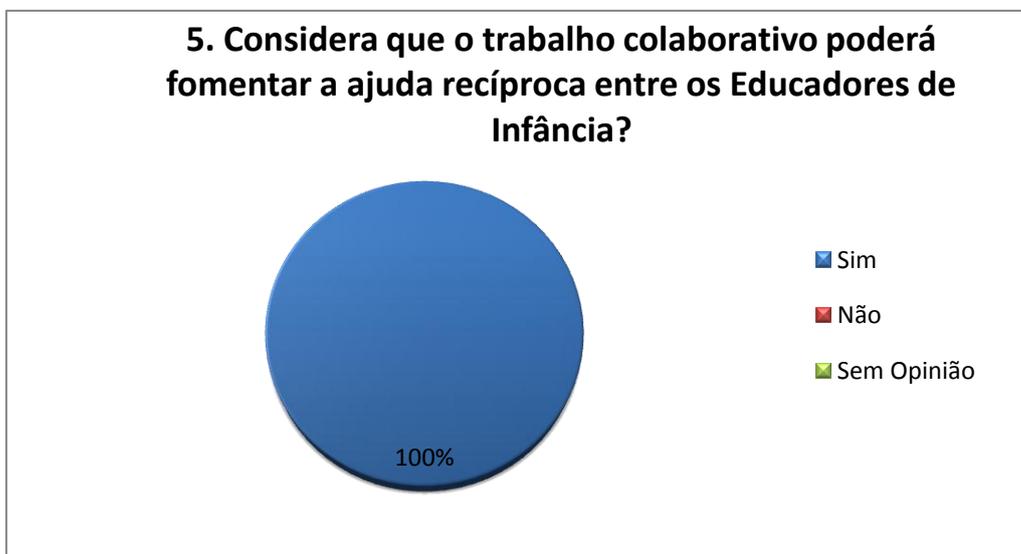


Gráfico 10 - Resultados dos educadores de infância para a questão nº5

Relativamente a esta questão, verifica-se igualmente que ambos os grupos de inquiridos partilham claramente a mesma opinião quando se trata em saber se o trabalho colaborativo pode fomentar a ajuda recíproca entre os profissionais de educação, tendo os 100% dos inquiridos respondido com “sim” à questão.

6.Considera que a organização dos horários e das turmas dos estabelecimentos de Ensino facilita o trabalho colaborativo?

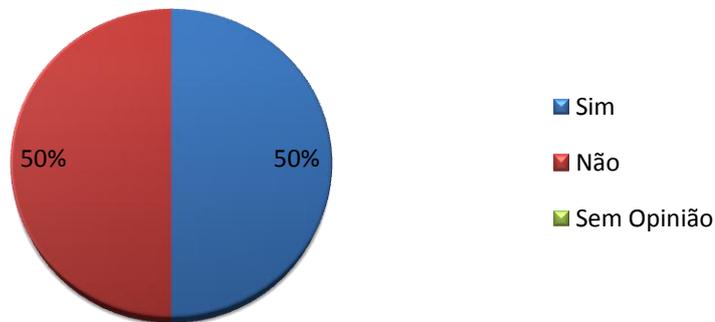


Gráfico 11 - Resultados dos docentes do 1º Ciclo para a questão nº6

6.Considera que a organização dos horários e das turmas dos estabelecimentos de Ensino facilita o trabalho colaborativo?

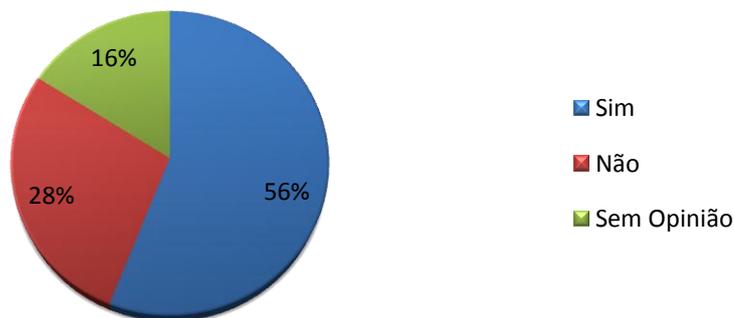


Gráfico 12 - Resultados dos educadores de infância para a questão nº6

Atendendo a esta questão, verifica-se que no gráfico que corresponde aos inquiridos docentes do 1º ciclo do ensino básico, 50% dos inquiridos afirmam que realmente a organização de horários e turmas não facilita o trabalho colaborativo entre docentes.

O gráfico relativo as respostas dos educadores de infância mostra-nos que 56% dos inquiridos afirmam que “sim”, a organização de horários e turmas não facilita o trabalho colaborativo entre docentes, 16% afirmam que “não” e 28% não manifestaram a sua opinião.

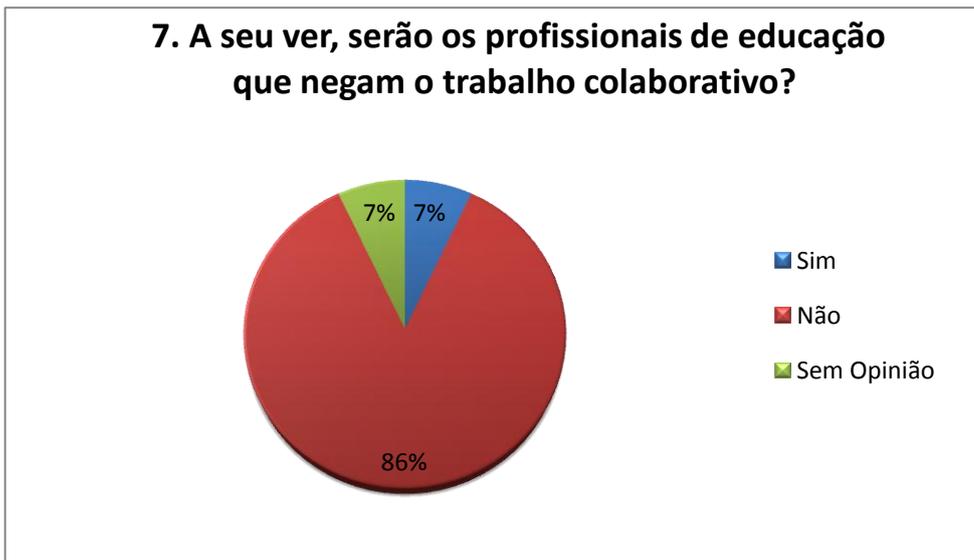


Gráfico 13 - Resultados dos docentes do 1º Ciclo para a questão nº7

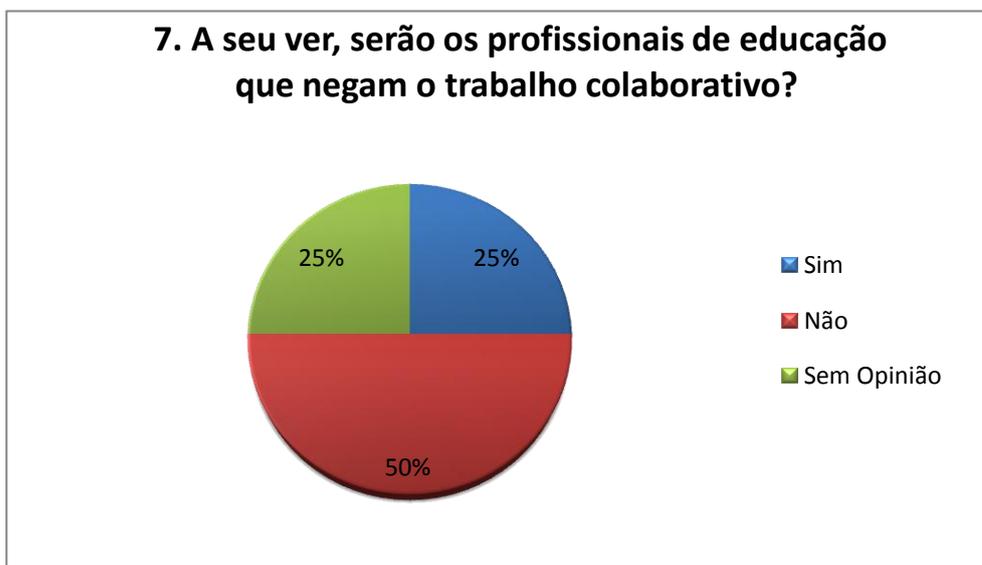


Gráfico 14 - Resultados dos educadores de infância para a questão nº7

Quanto a questão número 7, verifica-se que no gráfico número 13, 86% dos inquiridos afirmam que não são os profissionais de educação que negam o trabalho colaborativo, 7% afirma que sim e 7% do grupo dos docentes, não manifestou a sua opinião sobre a questão.

Relativamente ao segundo gráfico verifica-se que as opiniões divergem um pouco mais, visto que 50% dos inquiridos responderam que “não” à questão, 25% responderam que “sim” e 25% não quiseram manifestar a sua opinião.

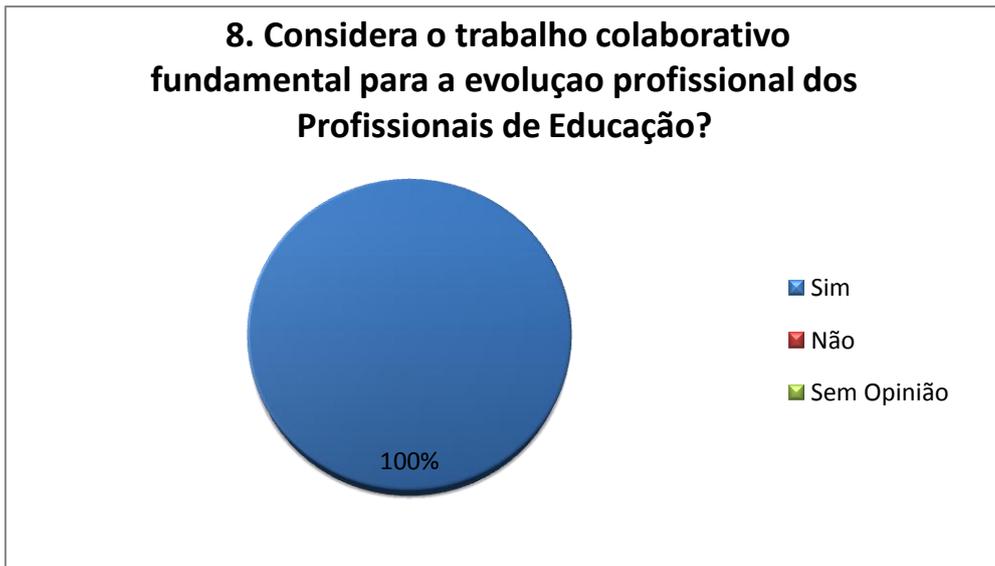


Gráfico 15 - Resultados dos docentes do 1º Ciclo para a questão nº8

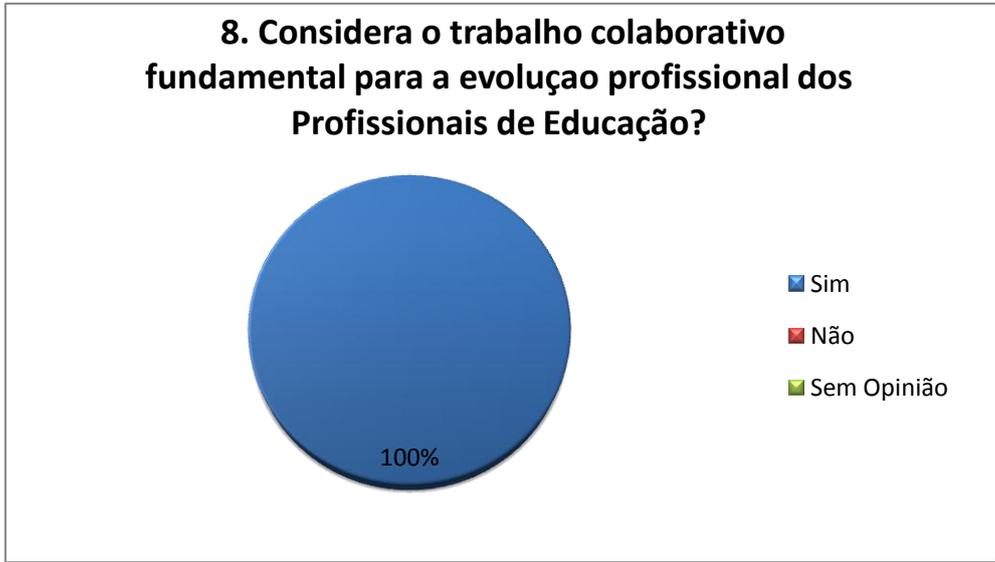


Gráfico 16 - Resultados dos educadores de infância para a questão nº8

Quanto à questão número 8, verifica-se que as respostas tanto do grupo dos docentes, como dos educadores de infância, os 100% dos inquiridos consideram o trabalho colaborativo fundamental para a evolução profissional dos profissionais de educação.

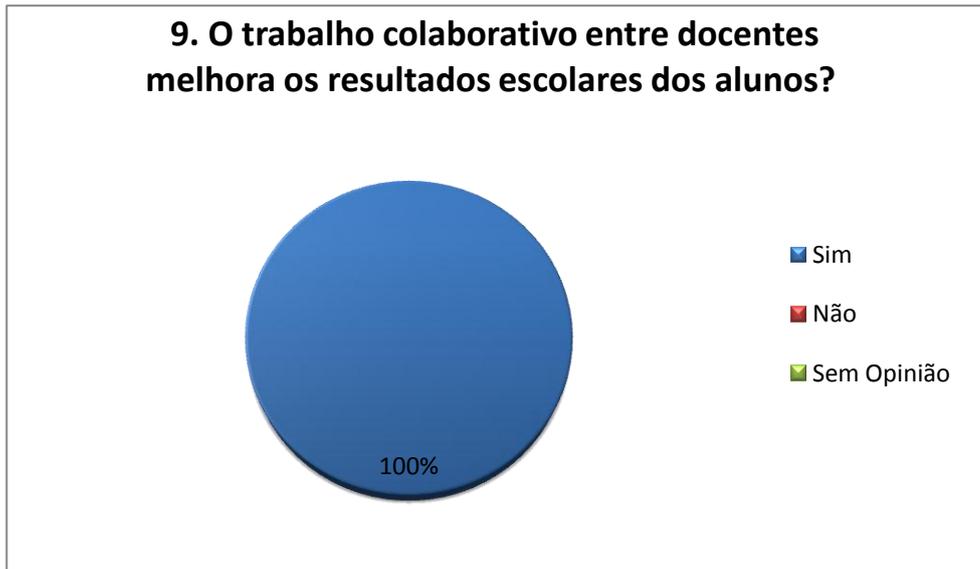


Gráfico 17- Resultados dos docentes do 1º Ciclo para a questão nº9

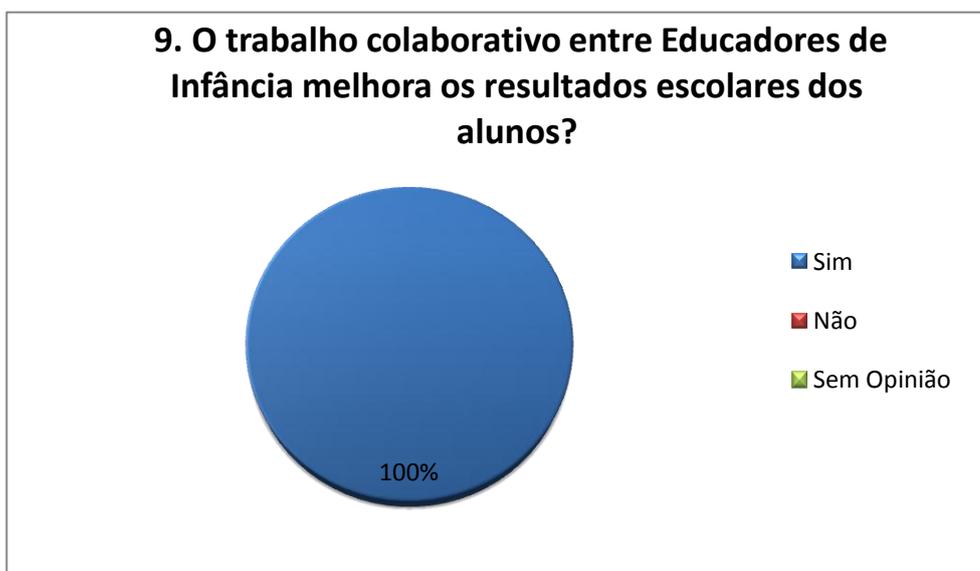


Gráfico 18- Resultados dos educadores de infância para a questão nº9

Atendendo a estes dois gráficos, constata-se que ambos os grupos de inquiridos consideram que o trabalho colaborativo entre docentes e educadores de infância melhoram os resultados escolares dos alunos. Tendo 100% dos inquiridos respondido com “sim” à questão.

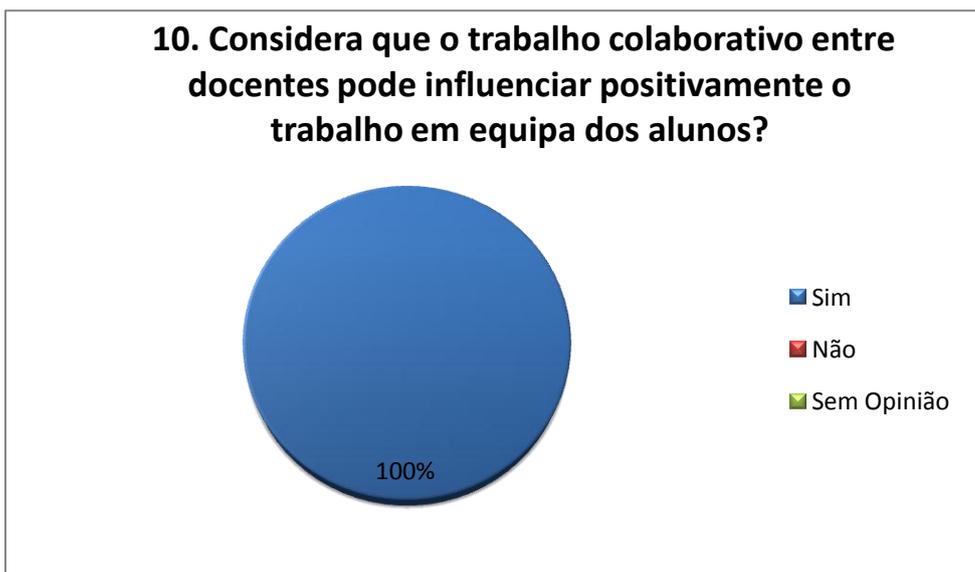


Gráfico 19 - Resultados dos docentes do 1º Ciclo para a questão nº10

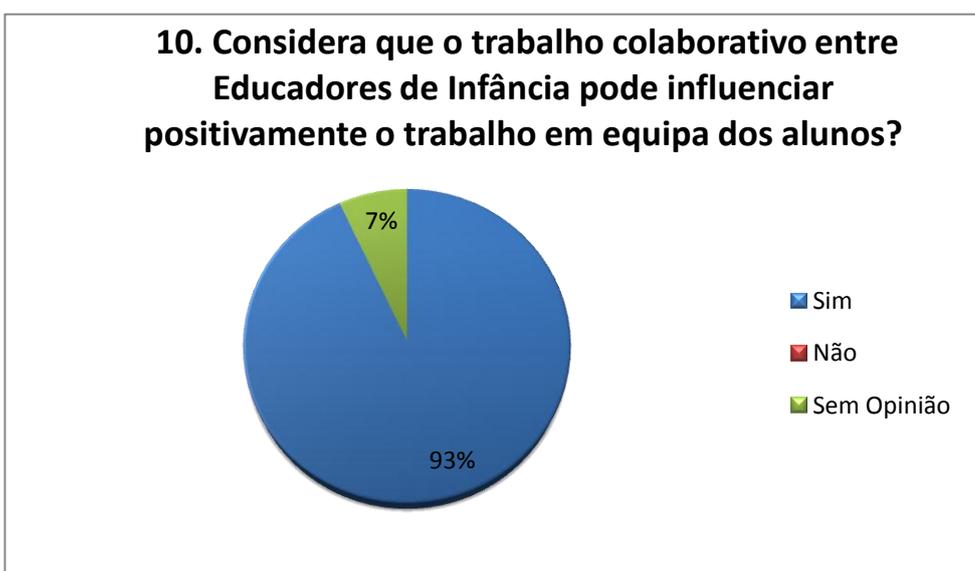


Gráfico 20- Resultados dos educadores de infância para a questão nº10

Esta questão teve como objectivo averiguar se os docentes e educadores de infância consideram que o trabalho colaborativo influencia positivamente o trabalho em equipa dos alunos.

No gráfico correspondente aos resultados dos docentes do 1º Ciclo, verifica-se que 100% dos inquiridos responderam com “sim” à questão.

No gráfico correspondente aos resultados dos educadores de infância, verifica-se que 93% dos inquiridos respondeu com “sim” e 7% respondeu “sem opinião”.

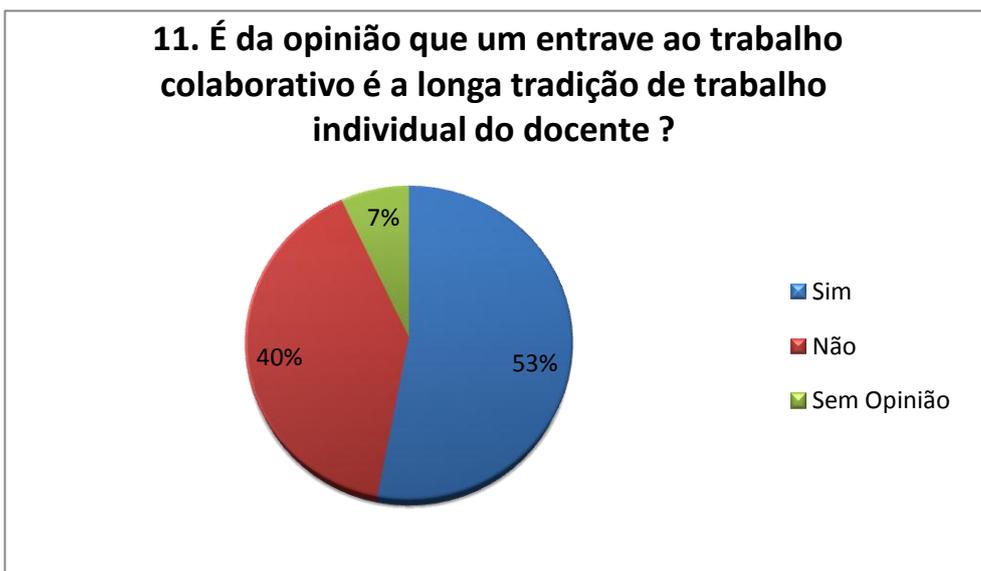


Gráfico 21- Resultados dos docentes do 1º Ciclo para a questão nº11

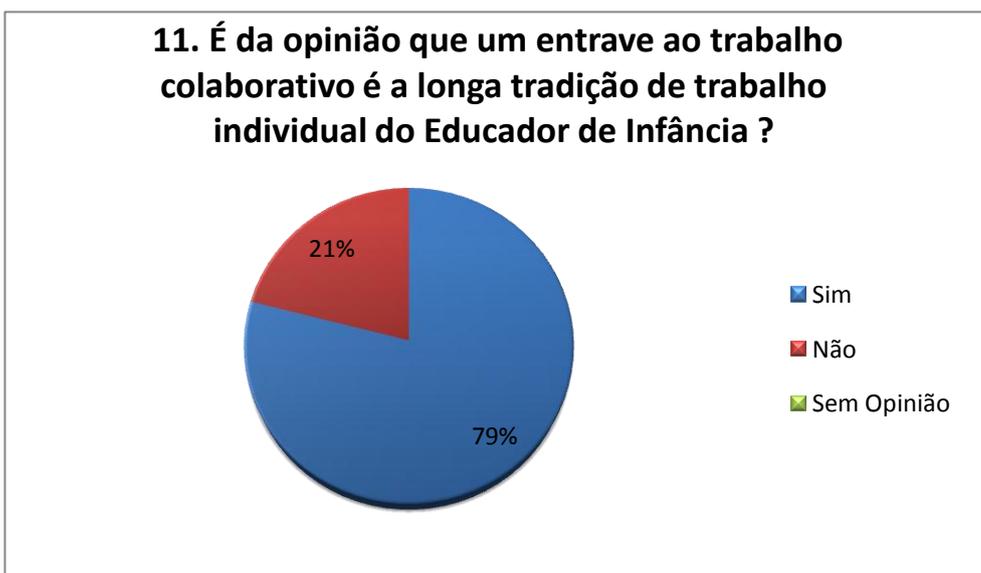


Gráfico 22- Resultados dos educadores de infância para a questão nº11

Relativamente a esta questão e às respostas dos docentes do 1º Ciclo inquiridos, 53% responderam com “sim” à questão, 40% responderam com “não” e 7% não manifestou a sua opinião sobre a questão.

Relativamente ao gráfico dos educadores de infância, verifica-se que 79% dos inquiridos respondeu com “sim” à questão e 21% inquiridos com “não”.

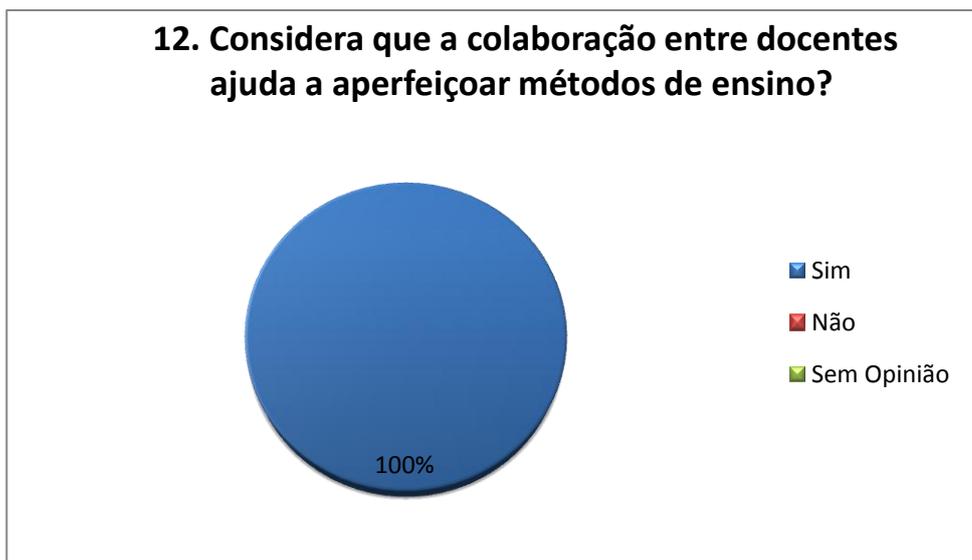


Gráfico 23- Resultados dos docentes do 1º Ciclo para a questão nº12

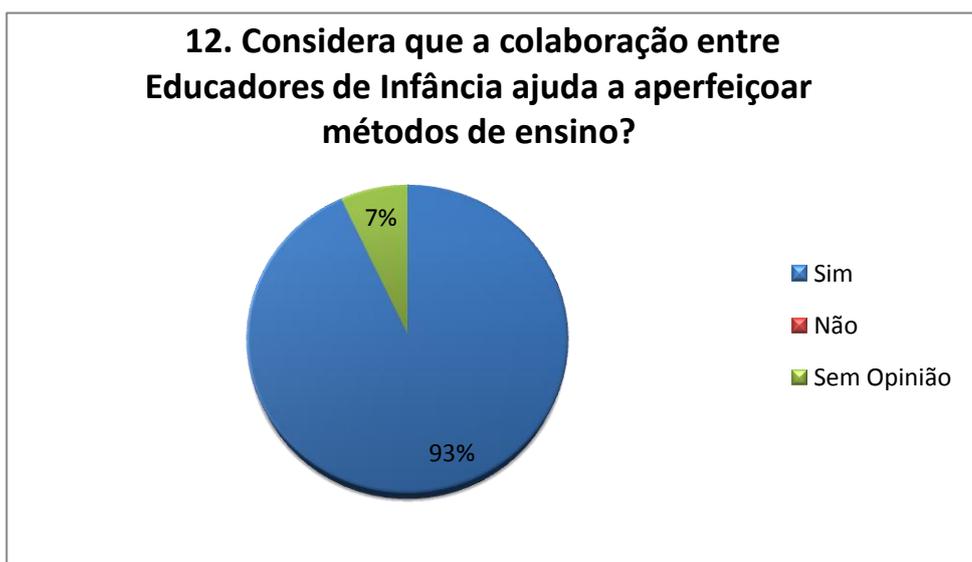


Gráfico 24- Resultados dos educadores de infância para a questão nº13

Atendendo à questão, considera que a colaboração entre docentes ajuda a aperfeiçoar métodos de ensino? 100% dos inquiridos respondeu com “sim” à questão.

No gráfico correspondente às respostas dos educadores de infância, verifica-se que 93% dos inquiridos responderam que “sim” à questão e apenas 7% não se manifestou sobre a questão proposta.

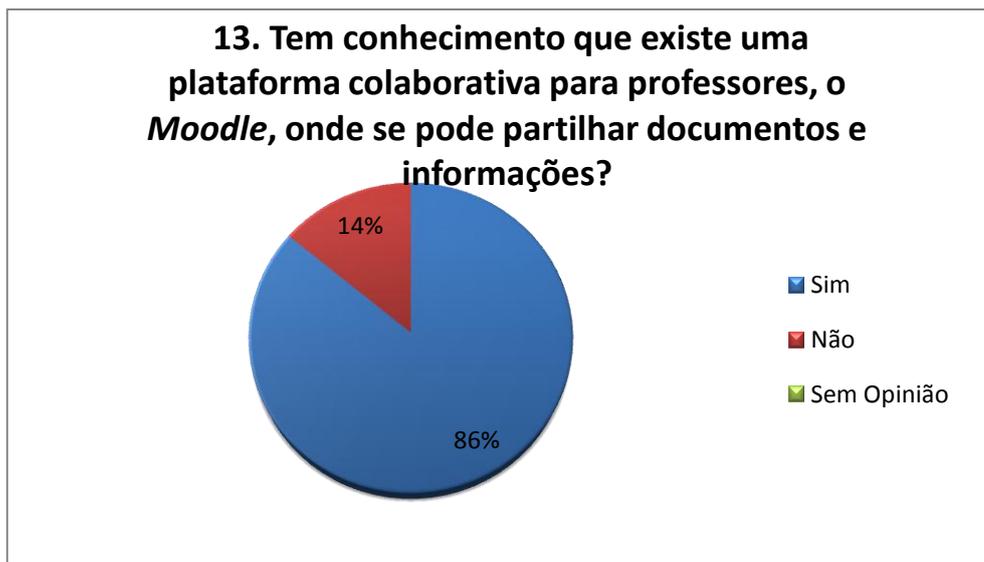


Gráfico 25- Resultados dos docentes do 1º Ciclo para a questão nº13

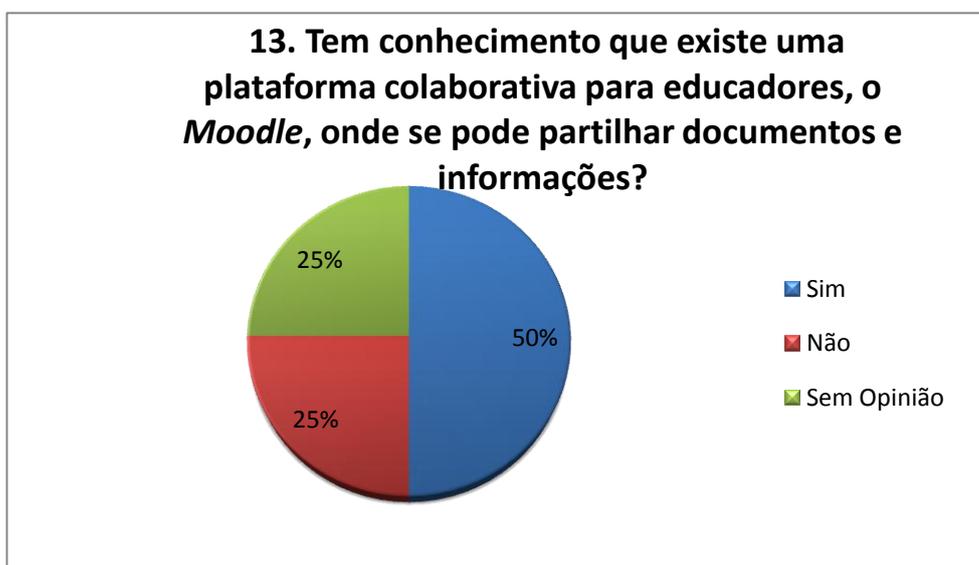


Gráfico 26- Resultados dos educadores de infância para a questão nº13

Relativamente a esta questão, verifica-se que existe uma grande diversidade entre as questões dos docentes do 1º Ciclo e dos educadores de infância.

No gráfico que corresponde às respostas dos docentes, pode verificar-se que 86% dos inquiridos responderam com “sim” à questão e 14% com “não.”

No gráfico que corresponde às respostas dos educadores de infância, verifica-se que 50% dos inquiridos respondeu com “sim”, 25% com “não” e 25% não tem opinião sobre a questão.



Gráfico 27- Resultados dos docentes do 1º Ciclo para a questão nº14



Gráfico 28- Resultados dos educadores de infância para a questão nº14

Quanto à questão número 14, verifica-se no gráfico correspondente às respostas dos docentes, 93% dos inquiridos responderam com “não” e 7% respondeu “sem opinião” à questão.

No gráfico relativo as respostas dos educadores de infância, 72% dos inquiridos responderam com “não”, 14% com ”sim” e 14% com “sem opinião”.

15. Considera que se houvesse mais apoio aos docentes que haveria menos casos de Síndrome de Burnout (exaustão profissional)?

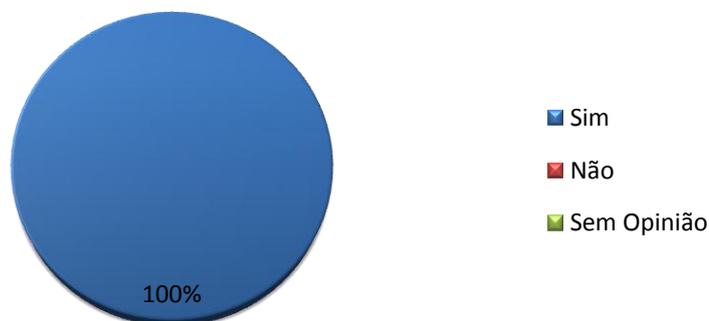


Gráfico 29- Resultados dos docentes do 1º Ciclo para a questão nº15

15. Considera que se houvesse mais apoio aos Educadores de Infância que haveria menos casos de Síndrome de Burnout (exaustão profissional)?

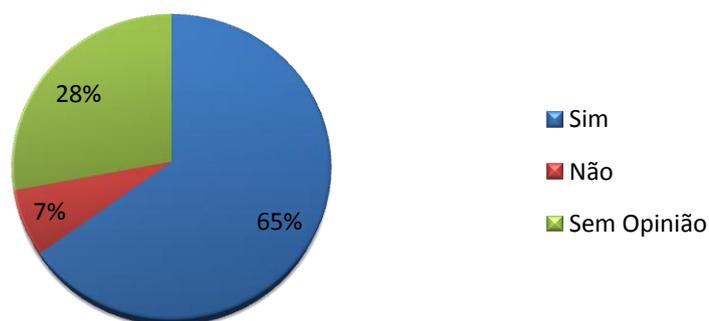


Gráfico 30- Resultados dos educadores de infância para a questão nº15

Relativamente à última questão do inquérito, verifica-se que no gráfico correspondente às respostas dos docentes do 1º Ciclo, 100% dos inquiridos consideram que se houvesse mais apoio aos docentes que haveria menos casos de síndrome de Burnout, tendo todos os inquiridos respondido com “sim” à questão.

No gráfico dos educadores de infância, verifica-se que 65% dos inquiridos responderam com “sim” à questão, 7% respondeu com “não” à questão e 28% inquiridos não manifestaram a sua opinião relativamente à questão.

2.3.1. Interpretação dos dados

A interpretação dos dados é algo que deve ser feita com a maior seriedade e responsabilidade, pois todo o trabalho está dependente dessa interpretação fidedigna e imparcial.

Nesta parte do trabalho será feita uma abordagem global da interpretação dos dados, visto que em cada gráfico está sucintamente comentado e cada resultado apresentado. Neste ponto serão também aprofundadas e interpretadas algumas questões que são de extrema importância, por isso será feita uma análise cuidadosa.

Questões \ Docentes	Docentes do 1º Ciclo			Educadores de Infância		
	Sim	Não	Sem Opinião	Sim	Não	Sem Opinião
1	16	0	0	14	1	1
2	11	4	1	11	0	5
3	16	0	0	16	0	0
4	15	1	0	12	0	4
5	16	0	0	16	0	0
6	8	8	0	7	4	5
7	1	14	1	4	8	4
8	16	0	0	16	0	0
9	16	0	0	16	0	0
10	16	0	0	15	0	1
11	9	6	1	13	3	0
12	16	0	0	15	0	1
13	14	2	0	8	4	4
14	0	15	1	2	12	2
15	16	0	0	11	1	4

Tabela6 - Síntese dos resultados obtidos dos inquéritos

Sendo assim, e olhando para os resultados analisados dos inquéritos, temos condições para afirmar que existe um consenso muito evidente em muitas questões, principalmente aquelas que a sua finalidade é aferir se consideram ou não o trabalho colaborativo essencial a uma boa formação de práticas educativas e também se esse trabalho ajudará os alunos a terem um melhor desempenho. Estes resultados, conferem a legitimidade para afirmar que todos os profissionais inquiridos, quer do 1º Ciclo, quer do Pré-escolar, sabem e têm consciência da importância do trabalho colaborativo. O que ajuda desde já a tirar algumas conclusões, a mais saliente é que neste sentido existe uma concordância de profissionais de dois sistemas de ensino diferentes, que se complementam.

Iniciando esta análise primeiramente com os resultados provenientes dos inquéritos por questionário, aos Docentes do 1º Ciclo do Ensino Básico devemos afirmar que nesta interpretação de dados nem tudo é consensual, tomando como exemplo, a questão nº 6 e analisando-a: Considera que a organização dos horários e das turmas dos estabelecimentos de Ensino facilita o trabalho colaborativo? – Surpreendentemente ou não, 50% das respostas dizem que esta prática facilita o trabalho colaborativo e 50% das respostas dizem o oposto.

Também na questão nº 11 - É da opinião que um entrave ao trabalho colaborativo é a longa tradição de trabalho individual do docente? Existe uma forte tendência para não haver consenso uma vez que 53% dos inquiridos dizem que sim, que este facto deve-se a uma longa tradição de um trabalho individualizado, 40% dizem que não e 7% não tem opinião formada sobre o assunto. Devemos reflectir e mais uma vez perceber, que os profissionais de educação são pessoas com várias experiências de vida e completamente diversificadas, o que pode explicar esta diferença de opiniões, sem contar também, que as idades dos inquiridos são diferentes, a experiência de trabalho é totalmente diferente, as práticas de ensino são diferentes, as exigências não são as mesmas e as metodologias de ensino divergem muito.

Devemos realçar, que em termos de 1º Ciclo, todos as questões tiveram um denominador comum, a forma mais ou menos consensual dos inquiridos, o que nos transmite que este nível de ensino principalmente na cidade de Bragança, está ciente dos mesmos problemas e necessidades que são precisos combater. É necessário que o ensino se torne mais colaborativo para assim se tornar mais produtivo para melhorar os

resultados tanto das suas próprias práticas, como e principalmente melhorar os resultados dos seus alunos.

Sendo este um trabalho direccionado para o 1º Ciclo, não poderia deixar de fazer uma referência vinculada ao pré-escolar, intimamente e directamente ligados, facto que muitas vezes os profissionais esquecem.

O que mais ressaltou nesta fase da investigação é que ao contrário dos profissionais do 1º Ciclo, entre os profissionais do Pré-escolar, existe menos consenso e mais disparidade entre as respostas analisadas, talvez porque cada profissional adopte um modelo próprio de trabalho, tentando assim colmatar as necessidades do seu grupo de trabalho.

Analisando a questão nº 2 - Gostaria que houvesse mais trabalho colaborativo entre os Educadores de Infância? Deve-se salientar que 65% dos inquiridos responderam que sim que deveria haver mais trabalho cooperativo entre os Educadores de Infância e 35% responderam que não. Analisando mais profundamente esta questão, pode inferir-se que poderá ainda haver no nível de ensino pré-escolar, quem continue a querer trabalhar individualmente, não achando que o trabalho cooperativo seja indispensável a uma boa prática educativa.

A questão nº 6 - Considera que a organização dos horários e dos grupos de crianças dos estabelecimentos facilita o trabalho colaborativo? É também revelador de alguma falta de consensualidade, visto que 42% responderam que sim, que essa organização facilita o trabalho colaborativo, 28% responderam que não e existem 30% não têm opinião.

Uma outra área teórica que contribui para esclarecer a valia do trabalho colaborativo provem das organizações que, debruçando-se sobre os processos interactivos mais eficazes na construção de dinâmicas produtivas no interior de qualquer organização, destacam a importância de factores como liderança e, não por acaso, a competência colaborativa dos actores, a sua habilidade e disposição para intervir em grupos e assumir papéis diversos,
Roldão (2007, p.26).

Analisando agora a questão nº 11 - É da opinião que um entrave ao trabalho colaborativo é a longa tradição de trabalho individual do Educador de Infância? Pode afirmar-se que esta análise se assemelha muito com a opinião expressa na resposta nº2, pois 79% dos inquiridos responderam que sim, que ainda é um entrave a prática do ensino colaborativo, o facto de ter sido durante décadas esse o caminho escolhido por muito profissionais de educação sobre tudo no pré-escolar, e apenas 21% dos inquiridos

responderam com não. O trabalho colaborativo era, a alguns anos atrás, um mito, apenas realizado por alguns “iluminados” que perceberam que o caminho está na partilha e não no individualismo. O resultado desta resposta, aponta claramente o que deve ser mudado nas instituições de ensino. Roldão (2007), afirma que o trabalho docente é predominantemente individualista, construída e enraizada na cultura profissional e nas escolas.

De realçar ainda que existe uma questão, que foi propositadamente deixada para o fim desta análise, que é a questão nº 7 - A seu ver, serão os profissionais de educação que negam o trabalho colaborativo? Visto que a resposta pode ser um sinal claro de tentativa de mudança às velhas e erradas tradições de individualismo, que nada trazem de novo para um mundo onde a partilha começa a ser essencial em todos os sentidos. Sendo assim, 28% dos inquiridos disseram que sim, que são os profissionais de educação que negam o trabalho colaborativo, 50% responderam que não e 22% não têm opinião sobre esta matéria. Concluímos então, que existe uma abertura cada vez mais forte por parte dos profissionais de educação para que se partilhe os ensinamentos e as aprendizagens, assim como os métodos e até as actividades, pois é convicção da maior parte dos inquiridos que os profissionais de educação querem partilhar e com isso dar um passo muito importante em direcção a novos desafios.

Para finalizar, destacou-se que tanto Docentes do 1º Ciclo como Educadores de Infância têm vontade de mudar, o que tem sido prática corrente, nestas últimas décadas. Existe a consciência que o caminho certo é o trabalho colaborativo entre profissionais de educação e que acima de tudo, tudo será bom e valerá o esforço, se for para ajudar as crianças e os alunos a atingir os seus objectivos, criando uma comunidade mais virada para a partilha, para a ajuda e para a cordialidade.

2.3.2. Implicações do estudo para a prática profissional

Uma das mensagens mais importantes que surge do estudo do impacto produzido pelos diversos esforços de desenvolvimento curricular nos últimos quinze ou vinte anos, é que a formação do professor constitui o factor chave que determina a qualidade da educação científica que a escola pode proporcionar. Os novos materiais por muito atractivos que sejam, por muito bem apoiados que estejam nas teorias psicológicas, por muito detalhados e sustentados que sejam, jamais poderão ser eficazes se os professores não forem capazes de os compreender e utilizá-los cabalmente,
(Harlen, 1983, p. 185).

É neste sentido que este estudo pode e terá implicações para a prática profissional, pois é com base numa boa formação como professor que no futuro todos possamos ser profissionais de educação por excelência.

Este estudo tentou reflectir sobre as práticas do trabalho colaborativo entre docentes do 1ª ciclo e também entre educadores de Infância, saber se as suas práticas eram partilhadas e se essas práticas poderiam ser relevantes para um melhor aproveitamento escolar por parte dos alunos, a peça mais fundamental deste estudo.

Pode não ser visto como tal, mas este estudo está directamente ligado aos alunos, pois como não poderia deixar de ser, estes são o motor de todo um processo educativo. É afirmado isto, porque pode para alguns este trabalho não ser tão prático como inicialmente seria, a questão é que este trabalho é uma forte arma e ferramenta para podermos encarar um futuro profissional com mais ambição e menos individualismo. Este trabalho serviu para abordar e realçar uma nova metodologia de trabalho, uma metodologia que pode fazer a diferença para a vida do docente e a vida do aluno, uma metodologia que serve de muleta para quem se dedica com coração à educação.

É tradição, ou era tradição, pelo menos no meu ponto de vista e apenas por observação directa, que os profissionais de educação, eram profissionais virados para si mesmo, mostrando pouca iniciativa para partilhar as suas técnicas, as suas formas de ensinar, principalmente mostrar a colegas trabalhos que poderiam ajudar outros a construir uma melhor prestação profissional, a discutir problemas e situações do quotidiano, entre outros. O facto é que essa atitude, tem vindo a mudar, como já foi referido durante esta investigação e essa mudança melhora significativamente o trabalho de uma equipa de professores e como consequência melhora os resultados dos próprios alunos.

Depois deste estudo, sinto que as atitudes estão a mudar, apesar de pensar que pode melhorar ainda mais, principalmente em prol dos alunos.

Com este trabalho foi intenção, perceber se o trabalho colaborativo é uma boa prática para o futuro profissional e se essa prática beneficiaria quem mais deveria ser beneficiado, os alunos. Penso que este trabalho servirá para que se possa, além de muitas coisas, reflectir sobre o que são boas práticas no ensino e se colaborando com colegas, essas práticas poderão ser tornadas ainda melhores.

Fica ainda a certeza que o mesmo foi feito para melhor me preparar para um futuro profissional no 1º Ciclo, sendo que o estudo foi também efectuado no pré-

escolar. Esta certeza vem no seguimento de que só conhecendo bem os alunos com quem trabalhamos, poderemos realizar boas práticas educativas, e só partilhando informações, práticas e aprendizagens se conseguirá, um dia, atingir o que todos os bons profissionais querem, o melhor resultado para as suas crianças, para os seus alunos.

2.4. Considerações finais

A realização de um estágio ou de um trabalho no final de um ciclo ou de uma etapa, assim como apresentação dos resultados finais dessa mesma etapa pode-se afigurar como uma tarefa imponente e uma barreira a transpor entre a parte teórica e a parte prática de uma vida profissional.

Vencida a luta e o receio inicial, depressa nos familiarizamos com um novo ambiente educativo. As pessoas com quem tive a sorte e oportunidade de estagiar tiveram um papel importante neste estágio e nesta nova fase da minha vida, que sempre me encaminharam para o caminho mais correcto sem nunca me terem deixado enveredar por caminho menos seguros.

Devo referir ainda que o trabalho de investigação sobre o tema “Trabalho Colaborativo entre Docentes”, irá com certeza ajudar-me a ser um profissional esclarecido sobre as vantagens e desvantagens nesta matéria, e a ganhar uma noção real sobre a realidade actual, entre os profissionais no activo. Este esclarecimento será de uma grande valia para mim, pois com esta aprendizagem, consegui pôr em prática, durante a realização do meu estágio, o trabalho colaborativo entre docentes e crianças, obtendo resultados positivos e encorajadores.

De salientar ainda, que este trabalho teve desde início, algumas limitações, começando pela falta de bibliografia e estudos disponíveis na língua portuguesa e nas bibliotecas do distrito. Outra das limitações, prendeu-se com o facto de ter de realizar o trabalho de investigação, ao mesmo tempo que fazia o estágio e trabalhava como Educador de Infância. Acresce o facto de as datas limites de entrega dos trabalhos serem bastante apertadas, visto que para a realização de um trabalho desta natureza, normalmente o tempo de elaboração do mesmo é bastante mais flexível. Todos esses factores não dificultaram a entrega e recolha, análise e comparação de mais inquéritos, para que a amostra retirada fossem mais fidedignos e mais real. Neste sentido, outra das limitações foi a realização de inquéritos de resposta fechada, o que limita as escolhas e

opiniões, mas neste sentido era este que fazia mais sentido visto que o espaço e tempo de manobra eram quase nulos.

A maior limitação de todas, foi sem dúvida a falta de informação que durante um ano lectivo, foi escasseando entre os alunos deste Mestrado, relativamente a elaboração deste trabalho final, informações essa que vinham a conta gotas e que por vezes não eram depois corroboradas pelos docentes da disciplina em causa. De salientar que este facto não é imputado a ninguém em particular, mas ao catapultar de informações vindas das entidades superiores.

Para investigações futuras, nesta área, recomenda-se um período de tempo mais alargado onde possam entrar outras variáveis, como por exemplo, diferença de opinião entre públicos e privados, respostas abertas com a finalidade de auferir opiniões concretas sem preciso supor. Recomenda-se também a realização por exemplo de “tertúlias” onde a palavra de ordem seria partilhar, onde o investigador possa concluir se existe abertura ou falta dela para a cada vez mais os profissionais adiram a um trabalho colaborativo.

Seria importante ainda auferir no terreno, se realmente é só a opinião dos profissionais de educação ou se realmente os alunos têm vantagem de aprendizagem quando existe entre os docentes uma prática de trabalho colaborativo.

Por fim, foi com enorme satisfação que se conclui que o ensino em Portugal está a mudar para melhor, pelo menos neste sentido e que tanto professores do 1º Ciclo como Educadores de Infância tem noção que o trabalho colaborativo é o caminho a seguir, deixando preocupações individuais para trás. Existe o receio da parte de quem fez esta investigação, que devido a várias medidas instituídas nestes últimos anos, levem estes profissionais a regredir neste sentido e que tudo volte a ser como há algum tempo atrás, cada um por si.

Estes receios prendem-se com algumas políticas educativas que vêm sendo adoptadas pelas entidades governamentais deste País, dando como exemplo a avaliação dos docentes, que se centra em objectivos. Estes objectivos tem muito haver com trabalho realizado pelos docentes o que pode causar uma falta de partilha entre eles e assim prejudicar o trabalho colaborativo.

2.5. Referências Bibliográficas

- Barros, E. (2008). *Modernizar e melhorar as escolas através das Tic*. In Revista Trimestral Noesis, nº74 Julho/Setembro.
- Bell, J. (1993). *Como realizar um projecto de investigação*. Gradiva.
- Benevides - Pereira, A. (2003). *O Estado da Arte do Burnout no Brasil*. Revista Eletrônica InterAção Psy, nº 1, pp. 4-11.
- Bertrand, Y. (2001). *Teorias contemporâneas de educação*. 2ª Edição. Horizontes Pedagógicos. Instituto Piaget.
- Bock, Ana Mercês Bahia et alii. (1989). *Psicologias: Uma introdução ao estudo de psicologia*. São Paulo.
- Bruner, J. (1964). *On Knowing: Essays for the Left Hand*. Cambridge. Harvard University Press.
- Bruner, J. (1960). *The Process of Education*. Cambridge. Harvard University Press.
- Carmo, H. & Ferreira, M. (1998). *Metodologias da Investigação*. Lisboa. Universidade Aberta.
- Carvalho, A. (1995). *Novas metodologias em Educação*. Porto: Porto Editora.
- Carvalho, R. (2001). *História do Ensino em Portugal: Desde a Fundação da Nacionalidade até ao Fim do Regime de Salazar-Caetano*. 3ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Codo, W. (1999). *Educação: carinho e trabalho*. Petrópolis: Vozes.

-
- Cooper, M. Hooper C. & Thompson M. (2005). *Child and Adolescent Mental Health. Theory and Practice*. Great Britain: Oxford University Press.
 - Damiani, M. (2008). *Entendendo o Trabalho colaborativo*. Educar. Curitiba, nº31. Editora UFPR.
 - De Ketele, J. M. (1980). *Méthodologie de l'observation*. Bruxelles: de Boeck.
 - Delbrouck, M. (2006). *Síndrome de Exaustão (Burnout)*, Lisboa. Climpis Editores.
 - Ferguson, D. (2006). *Working together: Groupwork, Teamwork, and collaborative work among Teachers*. University of Oregon. Niusi.
 - Freire, Paulo. (1999). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 11.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
 - Garcia, M. (2003). *Trabajo Social en Gerontología*, Madrid. Editorial Síntesis.
 - Hargreaves, A. (1998). *Os professores em tempos de mudança – o trabalho e a cultura dos Professores na idade pós-moderna*. Alfragide: McGraw-Hill.
 - Harlen, W. (1983). *Enseñanza y aprendizaje de las ciencias*. Madri, MEC e Morata.
 - Herbert, Michelle L. *et al.* (1998). *Investigação Qualitativa Fundamentos e Práticas*. 2ª edição Porto. Instituto Piaget.

-
- Johnson, B. (2003). *Teacher collaboration: good for some, not so good for others*. Educational Studies.
 - Kerlinger, F. (1980). *Metodologia da pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: EPU.
 - Lakatos, E. MARCONI M. (1992). *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas.
 - Paquette, C. (1985). *Intervenir avec coherence*. Montreal: Québec –Amérique.
 - Pardal, L. & Correia, E. (1995). *Métodos e Técnicas de Investigação Social*. Porto. Areal Editores.
 - Paré, A. (1976). *Quelques Propos sur l'apprentissage*. Pedagogie Ouvertw. Vol.1,nº2.
 - Rodriguez, G. et al. (1999). *Metodologia de la Investigacion Cualitativa*. Málaga. Ediciones Aljibe. 2ªEdição.
 - Roldão, M. (2007). *Colaborar é Preciso*. in Revista Trimestral Noesis, nº71 Outubro /Dezembro.
 - Silva, T. (2007). *Plataformas colaborativas*. in Revista Trimestral Noesis, nº71 Outubro /Dezembro.
 - Yin, Robert. (2005). *Estudo de Caso – Planejamento e Métodos*. 3ª Edição São Paulo. Bookman.

2.6. Referências Webgráficas

- AEPEC - Associação da Educação Pluridimensional e da Escola Cultural. (s/d). Acedido a 13 de Agosto de 2010. Disponível em:
http://www.aepec.org/entrada/index.php?option=com_content&view=article&id=45&Itemid=60
- *Dinâmica de grupos*. In Infopédia. Porto: Porto Editora, 2003-2010. Consultado a 17 de Setembro de 2010 Disponível em:
[http://www.infopedia.pt/\\$dinamica-de-grupos](http://www.infopedia.pt/$dinamica-de-grupos)
- High Scope Educational Research Foundation. (2010), *Program Quality Assessment* Vol. 29, nº1/Spring 2010. Acedido a 5 de Setembro de 2010. Disponível em:
http://www.highscope.org/file/NewsandInformation/ReSourceReprints/Spring2010/ReSource2010spring_72.pdf
- Junta da Freguesia de Samil. (2010). Acedido a 28 de Setembro de 2010. Disponível em:
<http://www.samil.pt/>
- Ministério da Educação, (s/d), *Educação e Formação em Portugal*. Consultado a 10 de Agosto. Disponível em:
<http://www.gepe.min-edu.pt/np3/9.html>
- Ministério da Educação, (2007), *Educação e Formação em Portugal*. Acedido a 10 de Agosto de 2010. Disponível em:
http://www.gepe.min-edu.pt/np4/?newsId=7&fileName=educacao_e_formacao.pdf
- Ministério da Educação. (2009), *De A a Z da Educação*. Acedido a 13 de Agosto de 2010. Disponível em:

<http://www.minedu.pt/np3content/?newsId=3308&fileName=AaZdaEducacao.pdf>

- PINTO, L. (2005), *Sobre a Educação Não-Formal*, Cadernos d'inducar. Consultado a 9 de Agosto de 2010. Disponível em:
<http://www.inducar.pt/webpage/contents/pt/cad/sobreEducacaoNF.pdf>
- RODRIGUES, M. (2005). *Do jardim de infância à escola: estudo longitudinal duma coorte de alunos*. Revista interacções, NO. 1, PP. 7-24. Acedido a 2 de Agosto de 2010. Disponível em:
<http://nonio.eses.pt/interaccoes/artigos/A1.pdf>
- UNESCO. (s/d), *The Four Pillars of Education*. Consultado a 9 de Agosto de 2010. Disponível em:
<http://www.unesco.org/delors/fourpil.htm>

ANEXOS

ANEXO I -

Reglamento Interno Escola Básica 1 de Samil

Agrupamento de Escolas Augusto Moreno

EB1 de Samil

Regimento Interno da Escola

Ano Lectivo 2009-2010

1 – INTRODUÇÃO

O bom funcionamento da Escola depende da participação de todos os membros da comunidade escolar que a constituem.

É necessário, assim, o cumprimento dos deveres e o respeito pelos direitos de cada um, bem como a participação e o empenhamento de todos, para que seja útil e possível a sua aplicação.

O regimento Interno desta escola é um instrumento organizador da vida da comunidade escolar. Nele se definem regras, competências e responsabilidades de cada um dos membros desta comunidade conducentes à normalização da vida escolar.

As disposições constantes deste Regimento Interno aplicam-se somente à esta escola EB1 de Samil, pertencendo ao Agrupamento de Escolas Augusto Moreno, durante o ano lectivo de 2009/2010.

2 -LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

A Escola Básica 1 de Samil fica situada na localidade de Samil, à entrada da aldeia e dista da cidade de Bragança cerca de 3km.

Foram anexadas a esta escola, EB1 de Samil, a Escola de Alfaião e a Escola de S. Pedro de Sarracenos.

A EB1 de Samil, faz parte do Agrupamento de Escolas Augusto Moreno, pertencendo à freguesia de Samil, concelho de Bragança.

É um edifício do plano camarário, constituído por:

- a) Duas salas de aula;
- b) Duas entradas com um pequeno átrio;
- c) Três casas de banho;
- d) Água canalizada e saneamento;
- e) Um recreio bastante espaçoso.

Dada a configuração e a idade do edifício, agravada pelo clima rigoroso desta região, a condição de trabalho não são as melhores para as crianças, para os professores e funcionária da EB1 de Samil.

É frequentada por 16 crianças, distribuídas do seguinte modo: Turma W: 8 alunos do 1º e 2º anos, turma Z: 8 alunos do 3º e 4º anos.

O corpo docente é formado por 3 professores: Dois professores titulares de turma: Regina Correia (W), Marília (Z) e uma professora colocada administrativamente, Vera da Conceição Apolinário.

A coordenação fica a cargo da professora Regina Correia.

Possui uma auxiliar de acção educativa, para a limpeza de todo o edifício e auxílio em todas as tarefas da sua competência.

3 - CALENDÁRIO ESCOLAR

CALENDÁRIO ESCOLAR	
Início do ano lectivo	01 de Setembro
Início das actividades escolares	10 de Setembro
Encerramento das actividades escolares	19 de Junho
1ª Interrupção	19 de Dezembro a 3 de Janeiro
2ª Interrupção	15 de Fevereiro a 17 de Fevereiro
3ª Interrupção	27 de Março a 11 de Abril

4 - ORGANIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS POR TURMAS

Distribuição dos alunos por turmas

Os alunos, foram distribuídos por duas turmas, tendo em atenção os níveis de aprendizagem e as faixas etárias.

5 - ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DE DOCENTES

O Conselho de Docentes é constituído por todos os docentes que fazem **parte** do Agrupamento de Escolas Augusto Moreno.

Reúne ordinariamente, cada segunda **quartas-feiras** de cada mês, das **18h às 20h**, **extraordinariamente**, sempre que apareçam assuntos de carácter urgente.

Destas reuniões, serão sempre lavradas actas que depois de redigidas em actas-----, serão entregues à Coordenadora de Conselho de Docentes, Ilda Martins da Igreja, para serem aprovadas e arquivadas.

Composição dos conselhos de docentes do 1º ciclo é a seguinte:

EB1 nº 1 Estacada;

EB1 nº 2 S. Sebastião;

EB 1 nº5 Estação;

EB1 nº6 Toural;

EB 1 2 3 Augusto Moreno;

EB 1 nº8 Artur Mirandela;

EB1 Samil;
EB1 Quintanilha;
J. Infância de Gimonde;
J. Infância da Estação.

9 - REUNIÕES COM OS ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO

As reuniões com os Encarregados de Educação, tem como finalidade fazer a ligação da Escola com os Encarregados de Educação de forma a envolvê-los no processo educativo, informando-os e esclarecendo-os.

9.1 - Atendimento aos Encarregados de Educação

O atendimento aos Encarregados de Educação será feito nos seguintes dias:

Turmas Horário
1ª Quarta– feira de cada mês - 15,30h-16,30h

No entanto sempre que se verifique uma situação excepcional, os Encarregados de Educação poderão contactar o professor e marcar uma hora de atendimento.

Regras da utilização dos espaços:

- A entrada para as aulas deve fazer-se sem atropelos e com respeito.
- Exige-se que todos mantenham limpas as salas de aulas e recreios.
- Cada aluno deve responsabilizar-se pela conservação, manutenção e limpeza da respectiva mesa e cadeira de trabalho e do material didáctico disponível.
 - A arrumação da sala é da responsabilidade dos alunos e professores, antes de a abandonarem.
 - Não é permitido mascar pastilha elástica na sala de aula.
 - Não é permitida a utilização de equipamento que prejudique o normal funcionamento das aulas (telemóvel, PSP etc.

EDUCAÇÃO FÍSICA

As aulas de Educação Física decorrem nas salas de aulas, recinto da escola e numa sala anexa à Junta de Freguesia.

É obrigatório o uso de equipamento adequado à sua prática.

VISITAS DE ESTUDO E OU SAÍDAS DA ESCOLA

As visitas de estudo e ou saídas da escola que impliquem a alteração do horário, carecem sempre de autorização escrita dos encarregados de educação.

As visitas de estudo devem ser objecto de Planificação/ análise em conselho docentes.

As saídas da escola, impossíveis de planificar a médio prazo, devem ser comunicadas, no dia anterior, ao Conselho Executivo do Agrupamento

10 -HORÁRIO E VIGILÂNCIA DOS RECREIOS

Vigilância dos recreios

Os recreios serão discretamente vigiados pelos professores e auxiliar de Acção Educativa.

ORGANIZAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DO PESSOAL NÃO DOCENTE

11.1- Tarefas atribuídas

A Auxiliar de Acção Educativa, Zulmira Gomes , cumpre o horário estabelecido estando atribuídas as seguintes tarefas:

- Limpar o espaço escolar;
- Vigiar as instalações escolares;
- Auxiliar na distribuição do leite escolar;
- Vigiar os recreios;
- Auxiliar em visitas de estudo;
- Zelar o material escolar;

11.2 Horários

Auxiliar de Acção Educativa	Horário	
	Manhã	Tarde
Zulmira Gomes		

AVALIAÇÃO

1- O procedimento relativo à avaliação dos alunos encontra-se definido nos Despachos Normativos n.º 209/2002, n.º1/2005, n.º15 de 2005, n.º 50/2005 e n.º18/2006 e Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de Janeiro.

2- A participação dos encarregados de educação no processo de avaliação é assegurada (para além de outros meios previstos na legislação em vigor) da seguinte forma:

- a) Presença dos respectivos representantes nas reuniões dos Conselhos de Turma, excepto nas que se destinam à avaliação sumativa dos alunos;
- b) Conhecimento e explicitação, através de documento escrito, dos critérios gerais de avaliação definidos em Conselho Pedagógico;
- c) Conhecimento de informação intermédia do aproveitamento escolar do aluno via director de turma ou professor responsável pela organização do ensino e da aprendizagem.

d) Conhecimento do Plano de Recuperação a aplicar ao aluno que manifesta dificuldades de aprendizagem.

3-De acordo com o artigo 4º do Despacho Normativo 50/2005, na tomada de decisão acerca de uma retenção repetida em qualquer ano de escolaridade, deve o aluno ser submetido a uma avaliação extraordinária que ponderará as vantagens educativas de nova retenção.

4 - A proposta de retenção ou progressão do aluno está sujeita à anuência do Conselho Pedagógico com base em relatório que inclua: processo individual do aluno; apoios, actividades de enriquecimento curricular e planos aplicados; contactos estabelecidos com os encarregados de educação, incluindo parecer destes sobre o proposto; parecer dos serviços de psicologia e orientação, proposta de encaminhamento do aluno para um plano de acompanhamento, percurso alternativo ou cursos de educação e formação.

5 - A programação individualizada e o itinerário de formação do aluno são elaborados com o conhecimento e acordo prévio do encarregado de educação.

6- O Conselho Pedagógico tomará, com base no processo atrás referido, a decisão de progressão ou retenção do aluno.

7- Um aluno retido no 2º ou 3º ano de escolaridade deverá integrar até ao final de ciclo a turma a que já pertencia, salvo se houver decisão em contrário do competente Conselho de Docentes ou do Conselho Pedagógico da escola ou do agrupamento, sob proposta fundamentada do Professor Titular de turma e ouvido, sempre que possível, o professor da eventual nova turma.

8 - Como resposta às diferentes situações dos alunos com N.E.E e no contexto da sua diversidade, a avaliação, enquanto parte integrante de ensino/ aprendizagem, constitui um instrumento regulador das aprendizagens, orientador do percurso escolar e certificador das diversas aquisições realizadas ao longo do percurso escolar.

CRITÉRIOS GERAIS DE AVALIAÇÃO

1º Ciclo

O Conselho Pedagógico, em reunião ordinária realizada no dia 30-09-09 , deu cumprimento ao ponto 15 do Despacho Normativo nº 1/2005, definindo os Critérios Gerais de Avaliação, (conforme anexo 1).

A avaliação do aluno baseia-se na recolha de elementos relativos aos vários domínios de aprendizagem, nomeadamente ao domínio da aquisição de saberes e competências específicas de cada área disciplinar e ao domínio das atitudes e valores, adiante discriminados:

- Avaliação Diagnóstica feita no início do ano escolar;
- Avaliação Formativa: Sistemática, contínua e por competências;
- Avaliação Sumativa (no final dos períodos, no final do ano lectivo e no final de ciclo).

Aspectos a considerarem:

1 - Idade cronológica do aluno.

2 - Aproveitamento escolar positivo à maioria das áreas curriculares disciplinares, tendo em conta as competências definidas no plano curricular de turma.

3 – Aproveitamento positivo em Língua Portuguesa e Matemática – interesse do aluno na realização de actividades da escola.

4 – O aluno ter capacidade de comunicação.

Nota: O aluno será retido se não houver resposta positiva à maioria dos aspectos considerados incluindo o ponto três.

O aluno será retido se tiver absentismo não justificado de acordo com o regulamento.

Os trabalhos devem ser classificados usando a seguinte terminologia:

- Não Satisfaz
- Satisfaz Pouco
- Satisfaz
- Satisfaz Bastante
- Excelente

Metodologias

Mensalmente, em Conselho de Docentes os professores poderão ponderar e sugerir novas formas de combater o insucesso.

Análise dos trabalhos dos alunos.

Envio de informações aos Encarregados de Educação

Critérios de Avaliação

A avaliação é o resultado do trabalho realizado nas Áreas Curriculares Disciplinares e nas Áreas Curriculares não Disciplinares (Formação Cívica, Estudo Acompanhado e Área de Projecto).

A avaliação é feita através de:

- Fichas;
- Trabalhos (pesquisa ou experimental);
- Desempenho motor (área psicomotora);
- Participação oral;
- Progresso realizado.

A avaliação é também o resultado da observação dos comportamentos de:

- Autonomia;

- Criatividade;
- Cooperação, com colegas e professores, em actividades;
- Iniciativa/curiosidade pelo saber;
- Perseverança;
- Respeito/cumprimento de regras de conduta: saber estar; saber falar; saber ouvir;
- Cordialidade;
- Cumprir tarefas em casa e na sala de aula;
- Cumprir prazos;
- Cuidar dos espaços e materiais (cadernos diários, etc.);
- Ser assíduo;
- Ser pontual;
- Trazer material (manual, cadernos diários/dossiers).

Segunda retenção

Na tomada de decisão acerca de uma segunda retenção, no mesmo ciclo, deve ser envolvido o Conselho de Docentes e o Encarregado de Educação do aluno nos termos que a seguir se indicam:

a) Na reunião de avaliação do 3º período o professor titular da turma propõe a retenção do (s) aluno (s) cujas competências demonstradas não permitam o desenvolvimento das competências essenciais definidas para o final do respectivo ciclo;

b) O professor titular da turma deverá ouvir o encarregado de educação do aluno ficando registada (em documento próprio) a sua posição relativamente à segunda retenção do seu educando no mesmo ciclo;

c) O professor titular da turma constituirá e entregará ao Coordenador do Conselho de Docentes (no prazo de cinco dias úteis) um processo que contenha:

Fotocópia do processo individual do aluno;

Relatório das competências/aprendizagens não realizadas pelo aluno;

Parecer do encarregado de educação e outros serviços de apoio existentes na escola, caso se justifique;

Parecer do professor titular da turma.

d) O Conselho de Docentes tomará com base no processo referido em c), a decisão de progressão ou retenção do aluno.

1. Assiduidade e pontualidade;

2. Solidariedade e respeito no relacionamento com os colegas e com todos os elementos da comunidade escolar;

3. Participação nos trabalhos das áreas curriculares disciplinares e curriculares não disciplinares;
4. Execução dos trabalhos de casa;
5. Capacidade de iniciativa, autonomia e organização.
6. Responsabilização pelo material, equipamento, instalações escolares e respeito pelas normas de segurança.

Nota: A quantificação é equitativamente distribuída pelos pontos acima referidos

1º Ciclo

Áreas curriculares.

A avaliação é expressa através de uma síntese descritiva em todas as áreas curriculares

Áreas curriculares não disciplinares (Estudo Acompanhado, Formação Cívica, Informática e Área de Projecto) –

A avaliação é qualitativa atribuindo a menção **Não Satisfaz, Satisfaz pouco, Satisfaz, Satisfaz Bastante e Excelente.**

Menções nos Testes de Avaliação

Os testes escritos devem conter sempre uma apreciação qualitativa de acordo com a terminologia do quadro seguinte:

1º Ciclo	
Não satisfaz	0% - 48%
Satisfaz Pouco	48% - 50%
Satisfaz	50% - 74%
Satisfaz Bastante	74% - 89%
Excelente	90% - 100%

A avaliação será feita ao longo do ano, através de registos da professora, em relação a todas as áreas, pela observação directa dos alunos, pela sua participação e interesse, bem como pelos trabalhos realizados, à medida que as actividades vão sendo desenvolvidas.

Momentos de avaliação

Os momentos de avaliação dos alunos terão o seguinte calendário:

1º momento	Dezembro
2º momento	Março
3º momento	Junho

Entrega das avaliações:

As avaliações de cada período lectivo serão entregues aos Encarregados de Educação após cada momento de avaliação, de acordo com o parecer do Conselho Executivo do Agrupamento. Assim prevê-se a entrega das avaliações para as seguintes datas:

1º período	Dezembro
2º período	Março
3º período	Junho

Docentes - Direito dos Docentes

☞Ⓛ Direito de participação no processo Educativo.

1. O direito de participação exerce-se nas áreas do sistema de ensino, da escola, da aula e da relação escola meio.
2. O direito de participação, que, consoante os casos, é exercido individualmente, em grupo ou através das organizações profissionais ou sindicais do pessoal docente, compreende:
 - a) O direito de responder a consultas sobre opções fundamentais para o sector educativo;
 - b) O direito de emitir recomendações no âmbito da análise crítica do sistema educativo;
 - c) O direito de intervir na orientação pedagógica através da liberdade de iniciativa, a exercer no quadro dos planos de estudo aprovados e dos projectos educativos das escolas na escolha dos métodos de ensino, das tecnologias e técnicas de educação e dos tipos de meios auxiliares de ensino mais adequados;
 - d) O direito de participar em experiências pedagógicas, bem como nos respectivos processos de avaliação;
 - e) O direito de eleger e ser eleito para órgãos colegiais ou singulares do estabelecimento de educação ou ensino.

☞Ⓛ Direito à formação e informação para o exercício da função educativa;

- 1- O direito à formação e informação para o exercício da função educativa é garantido:
 - a) Pelo acesso a acções de formação contínua regulares, destinadas a actualizar e aprofundar os conhecimentos e as competências profissionais dos docentes;
 - b) Pelo apoio a auto formação dos docentes, de acordo com os respectivos planos individuais de formação.

☞Ⓛ Direito ao apoio técnico, material e documental;

1. Utilizar todo o material, serviços e instalações do agrupamento de escolas, quando necessárias ao desenvolvimento do seu trabalho.

☞ ❶ **Direito à segurança na actividade profissional**

1. O direito à segurança na actividade profissional compreende:
 - a) A protecção por acidente em serviço, nos termos da legislação aplicável;
 - b) A prevenção e tratamento das doenças que venham a ser definidas por portaria conjunta dos ministérios da educação e da saúde como resultando necessária e directamente do exercício continuado da função docente.
1. O direito à segurança na actividade profissional compreende ainda a penalização da prática de ofensa corporal ou outra violência sobre o docente no exercício das suas funções ou por causa destas.

☞ ❷ **Direito à negociação colectiva**

1. É reconhecido ao pessoal docente o direito à negociação colectiva, nos termos legalmente previstos.

Os docentes têm ainda direito a:

- ser respeitado por todos os elementos da escola e da comunidade
- conhecer a distribuição de tarefas de cada um dos membros da direcção executiva, tendo acesso, deste modo a melhor informação
- ser devidamente elucidado, pelos órgãos competentes (Direcção Executiva, Conselho Pedagógico, Assembleia, Conselho de Docentes) sobre qualquer problema ou assunto relativo à sua vida profissional.

DEVERES DOS DOCENTES

- a) Contribuir para a formação e realização integral dos alunos, promovendo o desenvolvimento das capacidades, estimulando a sua autonomia e criatividade, incentivando a formação civicamente responsáveis e democraticamente intervenientes na vida da comunidade;
- b) Reconhecer e respeitar as diferenças culturais e pessoais dos alunos e demais membros da comunidade educativa, valorizando os diferentes saberes e culturas e combatendo processos de exclusão e discriminação;
- c) Colaborar com todos os intervenientes no processo educativo, favorecendo a criação e o desenvolvimento de relações de respeito mútuo, em especial entre docentes, alunos, encarregados de educação e pessoal não docente;
- d) Participar na organização e assegurar a realização das actividades educativas;

e) Gerir o processo de ensino - aprendizagem, no âmbito dos programas definidos, procurando adoptar mecanismos de diferenciação pedagógica susceptíveis de responder às necessidades individuais dos alunos;

f) Respeitar a natureza confidencial da informação relativa aos alunos e respectivas famílias;

g) Contribuir para a reflexão sobre o trabalho realizado individual e colectivamente;

h) Enriquecer e partilhar os recursos educativos, bem como utilizar novos meios de ensino que lhe sejam propostos, numa perspectiva de abertura à inovação e de reforço da qualidade da educação e ensino;

i) Co-responsabilizar-se pela preservação e uso adequado das instalações e equipamentos e propor medidas de melhoramento e renovação;

j) Actualizar e aperfeiçoar os seus conhecimentos, capacidades e competências, numa perspectiva de desenvolvimento pessoal e profissional;

l) Empenhar-se e concluir as acções de formação em que participar;

m) Assegurar a realização, na educação pré-escolar e no ensino básico, de actividades educativas de acompanhamento de alunos destinadas a suprir a ausência imprevista e de curta duração do respectivo docente;

n) Cooperar com os restantes intervenientes no processo educativo na detecção da existência de casos de crianças ou jovens com necessidades educativas especiais;

São também deveres dos docentes:

-ser pontual e assíduo

-ser correcto com todos os alunos, funcionários, encarregados de educação e superiores hierárquicos.

-cumprir no plano profissional todas as disposições legais emanadas pelo ME, as resoluções tomadas pela Assembleia, pelo Conselho Pedagógico e pela Comissão Executiva sempre que as mesmas não contrariem os princípios básicos de uma correcta orientação pedagógica.

-incentivar os alunos a hábitos de trabalho, de disciplina e de bom comportamento.

-não fumar, excepto nos locais para isso destinado.

-conhecer toda a legislação que diga respeito a si próprio e aos alunos.

-rubricar toda a correspondência enviada para a escola, não podendo ser alegado desconhecimento da mesma.

-guardar total sigilo de todos os assuntos tratados nas reuniões em particular e na escola em geral.

ALUNOS

1.1 Direitos dos alunos - *São direitos dos alunos:(conforme anexo 2)*

DEVERES DOS ALUNOS - *São deveres dos alunos: (conforme anexo 2)*

PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO

Direitos dos pais e encarregados de educação

São direitos dos pais e encarregados de educação:

- Participar na vida do Agrupamento de Escolas e nas actividades da Associação de Pais e Encarregados de Educação.

-informar-se, ser informado e informar a comunidade educativa sobre todas as matérias relevantes no processo educativo do seu educando.

-comparecer na escola ou no agrupamento de escolas por sua iniciativa e quando para tal for solicitado.

-colaborar com o professor no âmbito do processo de ensino-aprendizagem do seu educando.

-ser convocado para reuniões com o professor titular da turma e ter conhecimento da hora semanal de atendimento.

-ser informado, no final de cada período escolar do aproveitamento e do comportamento do seu educando.

-participar, a título consultivo, no processo de avaliação do seu educando, ou sempre que as estruturas de orientação educativa o considerem necessário.

-articular a educação na família com o trabalho escolar.

-cooperar com todos os elementos da comunidade educativa no desenvolvimento de uma cultura de cidadania, nomeadamente através da promoção de regras de convivência na escola.

-conhecer o regimento interno

DEVERES DOS PAIS ENCARREGADOS DE EDUCATIVOS

São deveres dos pais encarregados de educação:

-informar-se sobre todas as matérias relevantes no processo educativo do seu educando.

-comparecer na escola ou agrupamentos de escolas quando para tal for solicitado

-colaborar com os professores no âmbito do processo do ensino-aprendizagem do seu educando.

-articular a educação na família com o trabalho escolar.

-cooperar com todos os elementos da comunidade educativa no desenvolvimento de uma cultura de cidadania nomeadamente através da promoção de regras de convivência na escola ou no agrupamento de escolas.

-responsabilizar-se pelo cumprimento do dever de assiduidade do seu educando.

-participar nas reuniões convocadas pelos órgãos de administração e gestão e pelas estruturas de orientação educativa, bem como pela associação de pais e encarregados de educação.

FIM

Critérios:

A avaliação contínua e por competências será feita dando cumprimento ao Despacho Normativo 30/2001.

- Avaliação Diagnóstica feita no início do ano escolar;
- Avaliação Formativa: Sistemática, contínua e por competências;
- Avaliação Sumativa (no final dos períodos, no final do ano lectivo e no final de ciclo).

Critérios de progressão ou retenção:

A avaliação final será feita nos três dias após o fim das actividades lectivas.

Aspectos a considerarem:

1 - Idade cronológica do aluno.

2 - Aproveitamento escolar positivo à maioria das áreas curriculares disciplinares, tendo em conta as competências definidas no plano curricular de turma.

3 – Aproveitamento positivo em Língua Portuguesa e Matemática – interesse do aluno na realização de actividades da escola.

4 – O aluno ter capacidade de comunicação.

Nota: O aluno será retido se não houver resposta positiva à maioria dos aspectos considerados incluindo o ponto três.

O aluno será retido se tiver absentismo não justificado de acordo com o regulamento.

Os trabalhos devem ser classificados usando a seguinte terminologia:

- Não Satisfaz
- Satisfaz Pouco
- Satisfaz
- Satisfaz Bastante
- Excelente

Metodologias

Mensalmente, em Conselho de Docentes os professores poderão ponderar e sugerir novas formas de combater o insucesso.

Análise dos trabalhos dos alunos.

Envio de informações aos Encarregados de Educação

CrITÉrios de AvaliaÇão

A avaliação é o resultado do trabalho realizado nas Áreas Curriculares Disciplinares e nas Áreas Curriculares não Disciplinares (Formação Cívica, Estudo Acompanhado e Área de Projecto).

A avaliação é feita através de:

- Fichas;
- Trabalhos (pesquisa ou experimental);
- Desempenho motor (área psicomotora);
- Participação oral;
- Progresso realizado.

A avaliação é também o resultado da observação dos comportamentos de:

- Autonomia;
- Criatividade;
- Cooperação, com colegas e professores, em actividades;
- Iniciativa/curiosidade pelo saber;
- Perseverança;
- Respeito/cumprimento de regras de conduta: saber estar; saber falar; saber ouvir;
- Cordialidade;
- Cumprir tarefas em casa e na sala de aula;
- Cumprir prazos;
- Cuidar dos espaços e materiais (cadernos diários, etc.);
- Ser assíduo;
- Ser pontual;
- Trazer material (manual, cadernos diários/dossiers).

Segunda retenção

Na tomada de decisão acerca de uma segunda retenção, no mesmo ciclo, deve ser envolvido o Conselho de Docentes e o Encarregado de Educação do aluno nos termos que a seguir se indicam:

a) Na reunião de avaliação do 3º período o professor titular da turma propõe a retenção do (s) aluno (s) cujas competências demonstradas não permitam o desenvolvimento das competências essenciais definidas para o final do respectivo ciclo;

b) O professor titular da turma deverá ouvir o encarregado de educação do aluno ficando registada (em documento próprio) a sua posição relativamente à segunda retenção do seu educando no mesmo ciclo;

c) O professor titular da turma constituirá e entregará ao Coordenador do Conselho de Docentes (no prazo de cinco dias úteis) um processo que contenha:

1. Fotocópia do processo individual do aluno;
2. Relatório das competências/aprendizagens não realizadas pelo aluno;
3. Parecer do encarregado de educação e outros serviços de apoio existentes na escola, caso se justifique;

Parecer do professor titular da turma.

3. O Conselho de Docentes tomará com base no processo referido em c), a decisão de progressão ou retenção do aluno.

DIREITOS e DEVERES do ALUNO

A auto-disciplina, o sentido de ordem e responsabilidade são elementos indispensáveis ao papel formativo que a escola, no seu todo, deve desempenhar. A postura e o comportamento dos diferentes elementos que constituem a Comunidade Escolar devem ser não apenas o reflexo do cumprimento de um conjunto de regras pré-estabelecidas mas, antes de mais, a expressão da assunção consciente da função que cada um exerce, enquanto agente educativo dinâmico e interveniente no seio da sua comunidade.

Direitos do aluno:

- Respeito pela sua pessoa, ideias e bens, por parte de todos os membros da Comunidade Escolar;
- Salvaguarda da sua segurança na frequência da escola respeitando a sua integridade física;
- Assistência pronta e adequada no caso de acidente ou doença súbita ocorrida no âmbito das actividades escolares;
- Ter na escola condições que permitam uma aprendizagem capaz e um desenvolvimento global e harmonioso da sua personalidade;
- Participar na vida escolar e no processo ensino-aprendizagem, dentro dos limites fixados por lei e neste **regulamento**;
- Conhecer o **Regulamento** Interno;

- Ser ouvido e esclarecido sobre todos os assuntos que lhe digam respeito, pelo professor;
- Usar as instalações a si destinadas, respeitando as normas de utilização e de segurança dos equipamentos e materiais instalados;
- Participar na concepção e desenvolvimento de actividades de complemento extra curricular;
- Beneficiar, sempre que necessário, de medidas de apoio específicas adequadas às suas necessidades educativas, de acordo com os recursos existentes na escola;
- Beneficiar das medidas previstas no âmbito do apoio sócio-educativo;
- Ter direito à aula quando tenha chegado atrasado por motivo justificável, mesmo que já tenha havido marcação de falta;
- De acordo com o ponto 9 do Despacho Normativo 30/2001 de 19 de Julho, o aluno tem direito à constituição e actualização de um Dossier Individual que o acompanha ao longo de todo o Ensino Básico;
- Ter acesso ao dossier individual, carecendo o mesmo, de pedido de autorização prévia ao professor Titular da Turma e sendo feito na presença do mesmo.

Deveres do aluno:

- Tratar com dignidade e respeito todos os membros da Comunidade Educativa;
- Respeitar orientações e determinações dos Órgãos de Gestão, professor de turma, professores e pessoal não docente;
- Participar nas actividades desenvolvidas pela Escola no âmbito curricular e extra curricular;
- Permanecer na Escola durante o horário lectivo, salvo se autorizado pelo respectivo Encarregado de Educação ou acompanhado do mesmo;
- Zelar pela conservação e limpeza das instalações escolares;
- Respeitar a propriedade dos bens de todos os elementos da Comunidade Educativa;
- Respeitar as normas de funcionamento das diferentes estruturas e serviços Escolares;
- Cumprir o Regulamento Interno;
- Integrar-se no desenvolvimento de actividades de apoio e complementos educativos;
- Comunicar imediatamente ou no mais curto espaço de tempo, ao Órgão de Gestão, qualquer situação irregular, quer do funcionamento da Escola quer de natureza comportamental;
- Participar na recepção da Escola, ao respectivo funcionário, qualquer achado;
- Circular nos espaços escolares sem perturbar a ordem e o normal funcionamento das actividades escolares;
- Aguardar o Professor fora da sala de aula;

- Entrar na sala de aula, ordeiramente, depois de receber, para tal, a ordem do Professor;
- Manter a disposição do mobiliário e equipamento existentes na sala de aula, exceptuando quando o Professor assim o determinar;
- Entrar e sair, das salas de aula, ordeiramente e sem barulho;
- Não permanecer na sala de aula nos períodos em que decorre o intervalo, estando o Professor ou o Auxiliar de Acção Educativa ausente;
- Utilizar correctamente os espaços e equipamentos destinados à colocação dos sacos e pastas portadoras do material escolar e afins;
- Ser pontual e assíduo respeitando o regime e assiduidade correspondente à sua situação escolar, designadamente no que respeita à obrigatoriedade da escolaridade. “Regime de assiduidade dos Alunos sujeitos à escolaridade obrigatória” (Dec. - Lei nº 301/93, de 31 de Agosto).

➤ No caso dos alunos sujeitos à escolaridade obrigatória, as suas faltas deverão ser justificadas, no prazo de cinco dias.

Serão consideradas injustificadas:

- As faltas em relação às quais o encarregado de educação não tenha apresentado qualquer justificação, ou justificação fora de prazo, ou ainda as justificadas que não mereçam a aceitação da entidade com competências na matéria;
- As faltas não determinadas por razões ponderosas, nomeadamente doença do aluno, devidamente comprovada pelo médico, doença contagiosa de afastamento obrigatório, calamidade pública, falecimento de pessoa de família do aluno ou outros casos reconhecidos com força maior;
- Em caso de doença, e sempre que esta não ultrapasse os cinco dias, as faltas deverão ser justificadas pelo Encarregado de Educação, sempre que sejam de duração superior deverão ser justificadas com uma declaração do médico;
- Ao proceder-se ao registo de faltas, deverão discriminar-se as justificadas e as injustificadas;
- O Professor titular de turma informará mensalmente o Encarregado de Educação do número de faltas injustificadas do aluno.

DIREITOS e DEVERES do ENCARREGADO de EDUCAÇÃO

Está constitucionalmente consagrado aos Pais/ Encarregados de Educação, o direito e o dever de colaborar com a Escola na educação dos filhos, emitir parecer sobre as linhas gerais da política educativa e intervir na gestão escolar.

Direitos do Encarregado de Educação:

- Participar na vida da escola, individualmente ou através da Associação de Pais e Encarregados de Educação;

- Ser informado e informar, a Comunidade Educativa, sobre todas as matérias relevantes no processo educativo do seu educando;
- Comparecer na Escola por sua iniciativa ou quando para tal for solicitado;
- Ter conhecimento da hora de atendimento e participar em reuniões com o Professor sempre que solicitado;
- Ser informado, no final de cada período escolar, acerca do aproveitamento do seu educando;
- Participar no processo de avaliação do seu educando, sempre que para tal seja solicitado pelas Articular a educação na família com o trabalho escolar.
- Ter acesso ao Dossier Individual do Aluno, depois de autorizado pelo Professor titular de turma.

Deveres do Encarregado de Educação:

- Participar na vida da escola e nas actividades promovidas pela Associação de Pais e Encarregados de Educação;
- Informar-se e informar a escola sobre todas as matérias relevantes no processo educativo do seu educando;
- Comparecer na escola sempre que para tal for solicitado;
- Colaborar com os professores, no âmbito do processo ensino-aprendizagem do seu educando;
- Cooperar com todos os elementos da Comunidade Educativa no desenvolvimento de uma cultura de cidadania, nomeadamente através da promoção das regras de convivência na escola;
- Responsabilizar-se pelo cumprimento do dever de assiduidade do seu educando;
- Participar nas reuniões de convocadas pelos Órgãos de Administração e Gestão e pelas Estruturas de Orientação Educativa, bem como pela Associação de Pais e Encarregados de Educação;
- Conhecer o **Regulamento** Interno da Escola.

DIREITOS e DEVERES do PROFESSOR

Nos termos do Estatuto da Carreira Docente (Dec -Lei na 1/98, de 2 de Janeiro), ao Pessoal Docente, são atribuídos os direitos e os deveres gerais para os funcionários e agentes do estado, previstos no estatuto disciplinar dos funcionários e agentes da Administração Central, Regional e Local (Dec -Lei na 24/84, de 16 de Janeiro).

Direitos do Professor:

- Ser tratado com dignidade e respeitado na sua pessoa, ideias e bens;

- Ser devidamente informado sobre todos os assuntos relacionados com o exercício da função educativa;
- Dispor de apoio técnico, material e documental;
- Dispor de segurança na sua actividade profissional;
- Propor e participar em acções de formação;
- Ser elegível e eleitor para os vários órgãos e cargos de gestão escolar;
- Participar no processo educativo;
- Propor e desenvolver projectos e programas de manifesto interesse para a Comunidade Educativa;
- Ter livre acesso ao Dossier Individual do aluno.

Deveres do Professor:

- Contribuir para a formação integral dos alunos, promovendo o desenvolvimento das suas capacidades, estimulando a sua autonomia e criatividade, incentivando a formação de cidadãos civicamente responsáveis e democraticamente intervenientes na vida da comunidade;
- Reconhecer e respeitar as diferenças culturais e pessoais dos alunos e demais membros da Comunidade Educativa, valorizando os diferentes saberes e culturas e combatendo processos de exclusão e discriminação;
- Colaborar com todos os intervenientes no processo educativo, favorecendo a criação e o desenvolvimento de relações de respeito mútuo, em especial entre Docentes, Alunos, Encarregados de Educação e Pessoal Não Docente;
- Gerir o processo de ensino-aprendizagem, no âmbito dos programas definidos, procurando identificar alunos que exijam recursos e/ou adaptações, dando posterior conhecimento ao Órgão de Administração e Gestão da Escola e adoptar mecanismos de diferenciação pedagógica susceptíveis de responder às necessidades individuais dos alunos;
- Respeitar a natureza confidencial da informação relativa aos alunos e respectivas famílias;
- Contribuir para a reflexão sobre o trabalho realizado individual e colectivamente;
- Enriquecer e partilhar os recursos educativos, bem como utilizar novos meios de ensino que lhe sejam propostos, numa perspectiva de abertura à inovação e de reforço da qualidade da educação e ensino;
- Co-responsabilizar-se pela preservação e uso adequado das instalações e equipamentos, e propor medidas de melhoramento e renovação;
- Actualizar e aperfeiçoar os seus conhecimentos, capacidades e competências de desenvolvimento pessoal e profissional;

- Desempenhar todos os cargos que lhe são atribuídos ou para que são eleitos com dinamismo, competência e sentido de responsabilidade;
- Respeitar as deliberações e orientações emanadas dos Órgãos de Gestão e das Estruturas de Orientação e Apoio Educativo, bem como as disposições contidas no Regulamento Interno;
- Participar em todas as actividades educativas da escola aprovadas pelos órgãos competentes;
- Cumprir e fazer cumprir o dever de assiduidade;
- Ser pontual, sendo o primeiro a entrar na sala de aula e o último a sair, certificando-se da limpeza e arrumação da mesma;
- Não permitir que os alunos abandonem a sala de aula, antes da hora da saída, exceptuando situações devidamente autorizadas;
- Não alterar o horário lectivo sem autorização prévia do Órgão de Gestão;
- Cumprir os requisitos legalmente estabelecidos no tocante à participação e justificação de faltas;
- Consultar os locais habituais de afixação de legislação, convocatória e outros assuntos;
- Comunicar ao Órgão de Gestão, em tempo útil, qualquer situação anómala verificada dentro ou fora da sala de aula;

ANEXO II -

Lista de Verificação

Lista de Verificação

Ao nível da Linguagem Oral e Abordagem à Escrita

<i>EB1 Samil</i>		<i>Sala de 1º e 2º ano</i>										
<i>Ano Lectivo 2009/2010</i>												
<i>Identificação dos Alunos</i>	<i>Registo de Comunicação Oral (Atingido no final do ano lectivo)</i>	<i>A</i>	<i>B</i>	<i>C</i>	<i>D</i>	<i>E</i>	<i>F</i>	<i>G</i>	<i>H</i>	<i>I</i>	<i>J</i>	<i>K</i>
1 (1ºano)		-	X	X	X	X	X	X	X	-	X	-
2 (1ºano)		-	X	X	X	X	X	X	X	-	X	-
3 (1ºano)		-	X	X	X	X	X	X	X	-	X	-
4 (2ºano)		-	X	X	X	X	X	X	X	-	X	-
5 (2ºano)		-	X	X	X	X	X	X	X	-	X	-
6 (2ºano)		-	X	X	X	X	X	X	X	-	X	-
7 (2ºano)		-	X	X	X	-	X	X	X	-	X	X
8 (2ºano)		-	X	X	X	-	X	X	X	-	X	X

Legenda:

A – Não fala

B – Articula correctamente as palavras

C – Conta

D – Reconta

E – Memoriza

F – Relaciona o que ouve

G – Relata factos

H – Pergunta se não percebe

I – Dialoga só com os colegas

J – Dialoga com os colegas e adultos

K – Tem dificuldades de aprendizagem

Lista de Verificação
Registo sobre a turma

Atitudes	Sim	Não	Às Vezes
São alunos activos?	X		
São alunos participativos?	X		
Têm autonomia?	X		
São alunos observadores?	X		
São alunos atentos?	X		
São alunos organizados?	X		
São alunos asseados?	X		
São alunos cuidadosos?	X		
São alunos responsáveis?			X
São alunos criativos?	X		
São alunos que colaboram?	X		
São crianças sociáveis?	X		
São alunos dinâmicos?	X		
São alunos violentos fisicamente?		X	
São alunos violentos verbalmente?		X	

Lista de Verificação

Contexto sala de aula

Questões	Sim	Não	Talvez
Os alunos têm facilidade para desencadear a locomoção de movimentos?	X		
Mostram-se participativos na realização das actividades?	X		
Têm autonomia?	X		
Nos jogos em grupo ou individuais os alunos deslocam-se de uma forma hábil?	X		
Usam uma linguagem clara e concisa para a sua faixa etária?	X		
Expressam-se correctamente?	X		
Os alunos têm uma rotina diária flexível?	X		
A rotina proporciona um leque alargado de experiências pela acção?	X		
Na concepção das actividades, verificam-se níveis de motricidade?	X		
O tempo é devidamente planeado pelo Professor	X		
O Professor flexível?	X		
O espaço da sala está organizado de forma a promover o desenvolvimento da criança?			X
A divisão do espaço da sala de aula, condiciona as aprendizagens dos alunos?			X
O Professor organiza o espaço da sala indo de encontro às características das crianças?	X		

ANEXO III -

Escala de Classificação

Escala de classificação

Desenvolvimento Físico/Psicológico

Questões	Alunos:					
	Todos	Quase Todos	Alguns	Quase nenhuns	Nenhuns	Não Observado
Exprimem-se por iniciativa própria?	X					
Relatam acontecimentos vividos ou imaginados?	X					
Descrevem pinturas, desenhos, gravuras, fotografias?	X					
Contam histórias?	X					
Completam histórias?	X					
Comunicam oralmente descobertas realizadas por si?	X					
Emitem opinião sobre trabalhos?	X					
Estão atentos?		X				
Estão sossegados durante as actividades?		X				
Ajudam-se nas actividades?		X				
Arrumam a sala de aula?	X					
São cuidadosos com o material escolar?			X			
Têm as mesas de actividades e estudo arrumadas?		X				
Dão sugestões?	X					
Levantam-se do lugar?				X		
Total	9	4	1	1	0	0

ANEXO IV -

Plano Anual de Actividades

Plano anual de actividades

Data	Actividades	Intervenientes	Local	Avaliação
10/9/08	Convívio Canções Reconhecimento das instalações	Comunidade escolar	Escola	
Outubro	Dia mundial da alimentação	Comunidade escolar	Escola	
11 / 11/08 S. Martinho	Lenda de S. Martinho Jogos populares - Canções sobre o tema - Magusto escolar	Comunidade escolar	A determinar	
17 / 11/08 Dia do Não Fumador	- Produção de texto - Elaboração de cartazes - Dramatização de 1 texto	Comunidade escolar	Escola	
Dezembro Natal	Decoração da sala de aula - Elaboração de enfeites de Natal - Entoar canções De Natal - Dramatização de textos - Construção de poemas	Comunidade escolar	Escola	
Janeiro	- Construção de uma	Comunidade	A determinar	

Reis / Janeiras	<p>coroa para a cabeça dos Reis Magos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Leitura e dramatização da história sobre os Reis Magos 	escolar		
<p>Fevereiro</p> <p>Carnaval</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Decoração da Escola Samil - Construção de fantasias carnavalescas - Desfile de Carnaval 	Comunidade escolar	Escola	
<p>Março a Maio</p> <p>Primavera</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Realização de um cartaz - Construção de poemas - Plantação de árvores 	Comunidade Escolar	Escola	
Dia do Pai	<ul style="list-style-type: none"> - Construção de uma lembrança para oferecer ao pai - Produção e leitura de poemas 	Alunos Turma	Sala de aula	
Dia da Árvore	<ul style="list-style-type: none"> - Leitura de textos sobre a importância das árvores - Construção de cartazes - Construção de regras a Ter em conta para proteger 	Comunidade Escolar	Escola	

	a natureza			
23/04/09 Páscoa	<ul style="list-style-type: none"> - Construções relacionadas com a festividade - Desenho e pintura de vários cartazes - Leitura de textos - Diálogo sobre o significado e a importância da data 	Comunidade Escolar	Escola	
Semana da leitura	<ul style="list-style-type: none"> - Construção de cartazes sobre o tema -Sessão de poesia; -Leitura de um conto -Dramatização 	Comunidade Escolar	Sala de aula	
25/04/09 Dia da Liberdade	<p>Construção de texto colectivos sobre a sua importância</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apresentação de trabalhos através de acetatos 			
1 de Maio	<ul style="list-style-type: none"> - Palestras e debates 	Comunidade Escolar	Escola	
3/05/09 Dia da Mãe	<ul style="list-style-type: none"> - Construção de poemas - Construção de algumas lembranças para oferecer 	Turma e professoras	Sala de aula	

18/05/09(??) Dia Internacional dos Museus	Visitas guiadas aos Museus Exploração da História do Museu local	Alunos Professoras Auxiliar de Acção Educativa	Museus locais	
1/06/09 Dia da Criança	Participação nas actividades programadas pela Junta de Freguesia	Alunos/ Prof. e Auxiliar de Acção Educativa	A determinar	
??Dia das Bibliotecas escolares Dia do livro Infantil Encerramento Do ano lectivo AULAS TERMINAM	Realização de actividades relacionadas com o plano nacional de leitura.?? Primeira semana de Julho 19/07/09	Alunos Professoras Auxiliar de Acção Educativa??	Bibliotecas locais??	

ANEXO V -

Planificação “ n° 4”

Planificação “ n°19”

Anexo à planificação “n°19”

Fotografias da actividade realizada na aula n°19

PLANO AULA 4

Escola EB1: de Samil
Estagiário: Sérgio Fernandes
Prof.^a Orientadora: Regina - **Prof. Coordenador:** Carlos Lopes - **Ajuste Temporal:** LP: 9h às 10.30/ Mat: 11h às 12h.30m/EM: 14h às 15h.30m.

Ano de escolaridade: 2.º ano

Data: 9/12/2009

Área: Língua Portuguesa
 Matemática/Est. Do Meio
Tema: Translineação do rr -
 ss/ Figuras simétricas/Á
 descoberta das Instituições

Ajuste Espacial (Organização do Ambiente Educativo):



COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS	CONTEÚDOS	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	RECURSOS	AVALIAÇÃO
<p>→ Comunicar oralmente com progressiva autonomia e clareza. Objectivos: - Expressar-se com autonomia e clareza em conversas, diálogos e momentos de avaliação do trabalho realizado;</p> <p>→ Escrita. - Capacidade para escrever palavras com as letras rr e ss; - Conhecimento da forma como se faz a translineação do rr e ss; - Desenvolver o gosto pela escrita;</p>	<p>→ Construção frásica; → Capacidade de análise e de síntese; → Leitura e interpretação de uma história. → Escrever de forma correcta palavras que contenham rr e ss; → Reconhecer e aplicar de forma correcta a translineação de rr e ss;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de um trabalho sobre o tema, como se escrevem palavras com rr e ss; • Translineação do rr e ss; • Registo no quadro e no caderno dos alunos, de uma síntese do tema. 	<p>→ Humanos: - Alunos - Professores</p> <p>→ Materiais: - Imagens; - Material de uso corrente; - Computador</p>	<p>→ Observação Directa das realizações do aluno;</p> <p>→ Observação Indirecta, controlo dos registos feitos pelo aluno no caderno diário.</p>

<p>→Contactar, a um nível apropriado, com as ideias e os métodos fundamentais da matemática e apreciar o seu valor e a sua natureza;</p> <p>→Figuras simétricas em relação a um eixo;</p> <p>Objectivos: → Explorar situações que conduzam à descoberta de figuras simétricas; → Construção de várias figura simétricas; → Procurar estratégias para realizar figuras simétricas em relação a um eixo;</p> <p>→O dinamismo das inter-relações dentro da sala de aula;</p> <p>Objectivos: → Participação na discussão sobre a importância de procurar soluções individuais e colectivas visando o bom funcionamento de todas as actividades dentro da sala de aula; → Reconhecimento de que o bem estar dentro da sala de aula, depende de hábitos individuais e de regras previamente definidas;</p>	<p>→ Figuras simétricas em relação a um eixo;</p> <p>→ À descoberta das Instituições;</p> <p>→ Todos devemos participar na escola;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Dialogo com os alunos para abordar o conteúdo a trabalhar; • Realização de propostas de trabalho de consolidação das aprendizagens trabalhadas; • Realização de várias figuras simétricas; <p>→ Exploração do livro de estudo do meio, afim de introduzir o tema a abordar;</p> <p>→ Realização de uma proposta de trabalho, onde será diagnosticado os conhecimentos adquiridos pelos alunos, em relação ao conteúdo transmitido;</p> <p>→ Construção de um quadro de tarefas;</p>	<p>-Propostas de trabalho; -Lápis; -Borracha; -Computador; _Quadro interactivo; -Internet;</p> <p>-Propostas de trabalho; - Lápis; - Borracha; - Lápis; - Livro de estudo do meio;</p>	
--	--	---	---	--

PLANO AULA 19

Escola EB1: de Samil
Estagiário: Sérgio Fernandes
Prof.^a Orientadora: Regina Correia-Prof. **Coordenador:** Carlos Lopes-**Ajuste Temporal:** LP: 9h às 10.30/ Mat: 11h às 12h.30m/EM: 14h às 15h.30m.

Ano de escolaridade: 2.º ano

Data: 12/05/2010

Área: Língua Portuguesa/Matemática/Est. Do Meio
Tema: Através de um texto identificar qualidades e acções / Dinheiro (euros) / Meios de comunicação social

Ajuste Espacial (Organização do Ambiente Educativo):

- ♦ Para a disciplina de Matemática a sala vai ser alterada de forma, a transformar a mesma num espaço mais amplo e com maior mobilidade.

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS	CONTEÚDOS	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	RECURSOS	AValiação
<p>→Compreensão do oral:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Capacidade de extrair e reter a informação essencial de discursos em diferentes variedades do Português, incluindo o Português padrão; <p>→Expressão oral:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Capacidade de se exprimir de forma confiante, clara e audível, com adequação ao contexto e ao objectivo comunicativo; <p>→Escrita:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Capacidade para decifrar de forma automática, cadeias grafemáticas, para localizar informação em material escrito e para apreender o significado global de um texto curto; <p>Objectivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Identificação de nomes, adjectivos e verbos em frases e textos; 	<p>→ Verbos;</p> <p>→ Nomes;</p> <p>→ Adjectivos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Diálogo livre e orientado sobre vivências decorridas nos dias anteriores; • Realização de uma actividade escrita, onde o objectivo principal será a leitura de um texto, com a finalidade de nele encontrar verbos, adjectivos e nomes. Interpretação do mesmo, através da resposta de algumas perguntas sobre o texto; • Realização de um texto sobre a Primavera; • Realização de um desenho, relacionado com o texto elaborado. 	<p>→ Humanos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Alunos - Professores <p>→ Materiais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Imagens; - Material de desgaste; -Quadro Interactivo; 	<p>→ Observação Directa das realizações do aluno;</p> <p>→ Observação Indirecta, controlo dos registos feitos pelo aluno no caderno diário.</p>

Planificação Matemática

ESCOLA: Eb1 Samil

DATA: 11/ 05/ 2010

ANO (S) DE ESCOLARIDADE: 2 °

PROFESSOR ESTAGIÁRIO: SÉRGIO FERNANDES

TÓPICOS MATEMÁTICOS:

- Dinheiro

CONTEÚDOS:

- Moedas, notas e contagem
- Comparação e ordenação de valores

OBJECTIVOS:

- Conhecer e relacionar as moedas e notas do euro e realizar contagens de dinheiro
- Representar valores monetários
- Resolver problemas envolvendo dinheiro

ESTRATÉGIAS:

1. Antes de os alunos entrarem na sala será escondido nos mais variados locais da sala dinheiro, tanto notas como moedas.
2. De seguida faz-se a apresentação do tema escolhido para a aula e os objectivos a explorar.
3. Antes da apresentação do texto serão feitas perguntas aos alunos individualmente
 - Para que serve o dinheiro?
 - O que é que entendes por dinheiro?
 - Que tipo de moedas há?
 - Quantas moedas de cêntimo conhecem?
 - Quantas notas diferentes conhecem?
 - 1 Euro em quantos cêntimos se divide?

4. Apresentação do seguinte texto:

O DINHEIRO

- *O dinheiro é o meio usado na troca de bens, na forma de moedas e notas.*
- *O Euro é a moeda oficial de 16 dos 27 países da União Europeia. O Euro existe na forma de notas e moedas desde 1 de Janeiro de 2002.*

- O Euro divide-se em 100 cêntimos, existindo notas de 5, 10, 20, 50, 100, 200 e 500 euros e moedas de 1, 2, 5, 10, 20, 50 cêntimos e 1 e 2 euros.

- Cada moeda em circulação tem uma face comum e uma face que depende do país para que foi cunhada.

- Zona Euro – Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Malta, Países Baixos e Portugal.

OBJECTIVO: Conhecer e relacionar moedas e notas de Euro

TAREFA 1- VAMOS RELEMBRAR O DINHEIRO

ACTIVIDADE 1- Está atento às imagens que serão apresentadas e responde em voz alta às seguintes perguntas:

1.1- Que símbolo é este?



1.2- Que notas e moedas de Euro conheces ? Diz em voz alta o nome das moedas e notas de euro.





OBJECTIVO: Representar valores monetários

TAREFA 2- REPRESENTA VALORES MONETÁRIOS

ACTIVIDADE 1- Completa os cartões.

	<input type="text"/> cent		
	<input type="text"/> cent		<input type="text"/> €
	<input type="text"/> cent		<input type="text"/> €
	<input type="text"/> cents		<input type="text"/> €
	<input type="text"/> cents		
	<input type="text"/> cents		
	<input type="text"/> €		
	<input type="text"/> €		

TAREFA 3 – CAÇA AO EURO

ESTRATÉGIA: A turma é organizada em grupos de 5 elementos e cada grupo escolhe um porta-voz.

ACTIVIDADE 1- O porta – voz de cada grupo procura o dinheiro escondido na sala de aula, volta para a mesa do seu grupo colocando-o no porta-moedas que se encontra em cima da mesa.

ACTIVIDADE 2- Qual a quantia de dinheiro encontrada? Façam o registo nas tabelas apresentadas. Coloca um traço (/) por cada moeda e nota encontrada.

NOTAS		TOTAL	MOEDAS		TOTAL
5 Euros			1 Cêntimo		
10 Euros			2 Cêntimos		
20 Euros			5 Cêntimos		
50 Euros			10 Cêntimos		
100 Euros			20 Cêntimos		
200 Euros			50 Cêntimos		
500 Euros			1 Euro		
			2 Euros		

ACTIVIDADE 5 – Façam a contagem do dinheiro.

- Determinem quantos euros encontraram.
- Determinem quantos cêntimos encontraram.

ACTIVIDADE 6 – O porta - voz de cada grupo vai ao quadro preencher as tabelas que se apresentam a seguir.

Moedas	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Total
1 Cêntimo				
2 Cêntimos				
5 Cêntimos				
10 Cêntimos				
20 Cêntimos				
50 Cêntimos				
1 Euro				
2 Euro				

Notas	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Total
5 Euros				
10 Euros				

20 Euros				
50 Euros				
100 Euros				
200 Euros				
500 Euros				

ACTIVIDADE 7 – Vamos comparar os resultados

- 7.1 – Qual dos grupos teve mais moedas de 1 Cêntimo?
- 7.2- Qual dos grupos teve mais moedas de 2 Cêntimos?
- 7.3 - Qual dos grupos teve mais moedas de 5 Cêntimos?
- 7.4 - Qual dos grupos teve mais moedas de 10 Cêntimos?
- 7.5 - Qual dos grupos teve mais moedas de 20 Cêntimos?
- 7.6 - Qual dos grupos teve mais moedas de 50 Cêntimos?
- 7.7 - Qual dos grupos teve mais moedas de 1 Euro?
- 7.8 - Qual dos grupos teve mais moedas de 2 Euros?
- 7.9 – Qual dos grupos teve mais notas de 5 Euros?
- 7.10- Qual dos grupos teve mais notas de 10 Euros?
- 7.11 - Qual dos grupos teve mais notas de 20 Euros?
- 7.12- Qual dos grupos teve mais notas de 50 Euros?
- 7.13- Qual dos grupos teve mais notas de 100 Euros?
- 7.14 - Qual dos grupos teve mais notas de 200 Euros?
- 7.15 - Qual dos grupos teve mais notas de 500 Euros?
- 7.16 - Qual foi o grupo que ganhou mais vezes?

OBJECTIVO: Resolver problemas envolvendo dinheiro

TAREFA 4 – VAMOS AO SUPERMERCADO

ACTIVIDADE 1 – O porta – voz de cada grupo vai às compras com o dinheiro encontrado.

- Em primeiro lugar é seleccionado o vendedor.
- De seguida é apresentada a banca com os produtos.



- O vendedor terá a seu poder moedas e notas para efectuar os trocos.



- 1.1- Quanto dinheiro tens?
- 1.2- Quais os produtos que podes comprar com esse dinheiro?
- 1.3- Escolhe os produtos que queres comprar.
- 1.4- De seguida conta o dinheiro.
- 1.5- Efectua o pagamento.
- 1.6- Recebe os trocos e confirma-os.

Fotografias da actividade realizada na aula nº 19 (Aula sobre a moeda “o Euro”)



Fotografia 1



Fotografia 2



Fotografia 3



Fotografia 4



Fotografia 7



Fotografia 8



Fotografia 9



Fotografia 10

ANEXO VI -

Inquérito “Trabalho colaborativo entre docentes”

Inquérito “Trabalho colaborativo entre educadores de infância”

Trabalho colaborativo entre docentes

Inquérito por Questionário

Este questionário foi elaborado por Sérgio Fernandes, aluno da Escola Superior de Educação de Bragança, a frequentar o Mestrado em Educação Pré-Escolar e 1º ciclo, no âmbito do Relatório Final de Estágio.

Os questionários têm como finalidade a recolha de dados, para a realização de um trabalho, sobre o tema “trabalho colaborativo entre docentes”.

Agradeço a sua colaboração.

Assinale com um X a resposta que seja a sua escolhida por si.

Questões	Sim	Não	Sem Opinião
1 – No estabelecimento de ensino em que trabalha existe a prática de trabalho colaborativo entre Educadores de Infância?			
2 – Gostaria que houvesse mais trabalho colaborativo entre os Educadores de Infância?			
3 - Considera benéfico o trabalho colaborativo entre Profissionais de Educação?			
4 – A seu ver, pode o ensino de disciplinas extra-curriculares contribuir para o desenvolvimento do trabalho colaborativo entre Educadores de Infância?			
5- Considera que o trabalho colaborativo poderá fomentar a ajuda recíproca entre Educadores de Infância?			
6 - Considera que a organização dos horários e dos grupos de crianças dos estabelecimentos facilita o trabalho colaborativo?			
7- A seu ver, serão os profissionais de educação que negam o trabalho colaborativo?			
8 - Considera o trabalho colaborativo fundamental para a evolução profissional dos Profissionais de Educação?			

Questões	Sim	Não	Sem Opinião
9 - O trabalho colaborativo entre Educadores de Infância melhora os resultados das aprendizagens das crianças?			
10 - Considera que o trabalho colaborativo entre Educadores de Infância pode influenciar positivamente o trabalho em equipa das crianças?			
11 – É da opinião que um entrave ao trabalho colaborativo é a longa tradição de trabalho individual do Educador de Infância?			
12- Considera que a colaboração entre Educador de Infância ajuda a aperfeiçoar métodos de ensino?			
13- Tem conhecimento que existe uma plataforma colaborativa para Educadores de Infância, o <i>Moodle</i> , onde se pode partilhar documentos e informações?			
14- No seu estabelecimento de ensino foi implementada essa plataforma?			
15- Considera que se houvesse mais apoio aos Educador de Infância, que haveria menos casos de síndrome de Burnout (exaustão profissional)?			

Trabalho colaborativo entre docentes

Inquérito por Questionário

Este questionário foi elaborado por Sérgio Fernandes, aluno da Escola Superior de Educação de Bragança, a frequentar o Mestrado em Educação Pré-Escolar e 1º ciclo, no âmbito do Relatório Final de Estágio.

Os questionários têm como finalidade a recolha de dados, para a realização de um trabalho, sobre o tema “trabalho colaborativo entre docentes”.

Agradeço a sua colaboração.

Assinale com um X a resposta que seja a sua escolhida por si.

Questões	Sim	Não	Sem Opinião
1 – No estabelecimento de ensino em que trabalha existe a prática de trabalho colaborativo entre docentes do 1º Ciclo?			
2 – Gostaria que houvesse mais trabalho colaborativo entre docentes?			
3 - Considera benéfico o trabalho colaborativo entre Profissionais de Educação?			
4 – A seu ver, pode o ensino de disciplinas extra-curriculares contribuir para o desenvolvimento do trabalho colaborativo entre docentes do 1º ciclo?			
5- Considera que o trabalho colaborativo poderá fomentar a ajuda recíproca entre docentes do 1º Ciclo?			
6 - Considera que a organização dos horários e das turmas dos estabelecimentos de Ensino facilita o trabalho colaborativo?			
7- A seu ver, serão os profissionais de educação que negam o trabalho colaborativo?			
8 - Considera o trabalho colaborativo fundamental para a evolução profissional dos Profissionais de Educação?			

Questões	Sim	Não	Sem Opinião
9 - O trabalho colaborativo entre docentes melhora os resultados escolares dos alunos?			
10 - Considera que o trabalho colaborativo entre docentes pode influenciar positivamente o trabalho em equipa dos alunos?			
11 – É da opinião que um entrave ao trabalho colaborativo é a longa tradição de trabalho individual do docente do 1º Ciclo?			
12- Considera que a colaboração entre docentes ajuda a aperfeiçoar métodos de ensino?			
13- Tem conhecimento que existe uma plataforma colaborativa para professores, o <i>Moodle</i> , onde se pode partilhar documentos e informações?			
14- No seu estabelecimento de ensino foi implementada essa plataforma?			
15- Considera que se houvesse mais apoio aos docentes que haveria menos casos de síndrome de Burnout (exaustão profissional)?			